

RESOLUÇÃO Nº 12/2008
(Minas Gerais de 19.12.08)

*Institui o Regimento Interno do Tribunal de Contas do
Estado de Minas Gerais*

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com base no disposto no inciso I do § 3º do art. 77 da Constituição do Estado de 1989 e no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008, resolve aprovar o seguinte REGIMENTO INTERNO:

REGIMENTO INTERNO

TÍTULO I

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

CAPÍTULO I

DA JURISDIÇÃO

Art. 1º O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, órgão constitucional de controle externo da gestão dos recursos públicos estaduais e municipais, com sede na Capital, presta auxílio ao Poder Legislativo, tem jurisdição própria e privativa sobre as matérias e pessoas sujeitas à sua competência, nos termos da Constituição da República, da Constituição do Estado de Minas Gerais e da Lei Complementar nº 102 de 17 de janeiro de 2008.

Parágrafo único. O controle externo de que trata o caput deste artigo compreende a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e abrange, dentre outros, os aspectos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos que gerem receita ou despesa pública.

Art. 2º Sujeitam-se à jurisdição do Tribunal:

I - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens ou valores públicos estaduais ou municipais ou pelos quais responda o Estado ou o Município;

II - a pessoa física ou jurídica, pública ou privada que assuma, em nome do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, obrigação de natureza pecuniária;

III - aquele que der causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resultem dano ao erário estadual ou municipal;

IV - aquele que deva prestar contas ao Tribunal ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei;

V - o responsável pela aplicação de recurso repassado pelo Estado ou por Município, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congêneres;

VI - o responsável por entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado que receba contribuições para-fiscais e preste serviço de interesse público ou social;

VII - o dirigente ou liquidante de empresa encampada ou sob intervenção, ou que, de qualquer modo, venha a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado, de Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal;

VIII - os sucessores dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos do inciso XLV do art. 5º da Constituição da República.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Compete ao Tribunal:

I - apreciar as contas prestadas, anualmente, pelo Governador e sobre elas emitir parecer prévio no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento;

II - apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos e sobre elas emitir parecer prévio no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados do seu recebimento;

III - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, de órgão de qualquer Poder do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal;

IV - fiscalizar os atos de gestão da receita e da despesa públicas, assim como os de que resultem criação ou extinção de direitos ou obrigações, no que se refere aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

V - fixar a responsabilidade de quem tiver dado causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao Estado ou a Município;

VI - promover tomada de contas para fins de julgamento, nos casos em que estas não tenham sido prestadas no prazo ou na forma legal;

VII - apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade da administração direta e indireta dos Poderes do Estado e de Município, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

VIII - apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão de servidores da administração direta e indireta dos Poderes do Estado e de Município, ressalvadas as melhorias posteriores que não tenham alterado o fundamento legal do ato concessório;

IX - realizar, por iniciativa própria ou a pedido da Assembleia Legislativa, de Câmara Municipal ou de comissão de qualquer dessas Casas, inspeção e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em unidade da administração direta ou indireta dos Poderes do Estado ou de Município;

X - emitir parecer, quando solicitado pela Assembleia Legislativa ou por Câmara Municipal, sobre empréstimo e operação de crédito que o Estado ou Município realizem e fiscalizar a aplicação dos recursos deles resultantes;

XI - emitir parecer em consulta sobre matéria de sua competência, na forma estabelecida neste Regimento;

XII - fiscalizar as contas das empresas, incluídas as supranacionais, de cujo capital social o Estado ou o Município participem de forma direta ou indireta, nos termos do ato constitutivo ou de tratado;

XIII - fiscalizar a aplicação de recurso repassado ou recebido pelo Estado ou por Município, por força de convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere;

XIV - prestar as informações solicitadas por comissão do Poder Legislativo estadual ou municipal ou por, no mínimo, um terço dos membros da Casa Legislativa, sobre assunto de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre os resultados de auditoria e inspeção realizadas nas unidades dos Poderes ou em entidade da administração indireta;

XV - aplicar ao responsável, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei;

XVI - fiscalizar os procedimentos licitatórios, de modo especial os editais, as atas de julgamento e os contratos celebrados;

XVII - fiscalizar contrato, convênio, ajuste ou instrumento congênere que envolva a concessão, a cessão, a doação ou a permissão de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, de responsabilidade do Estado ou de Município;

XVIII - estabelecer prazo para que o dirigente de órgão ou entidade tome as providências necessárias ao cumprimento da lei, se apurada ilegalidade;

XIX - sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado e comunicar a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal;

XX - representar ao Poder competente sobre irregularidade ou abuso apurado, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades;

XXI - acompanhar e fiscalizar a aplicação das disponibilidades de caixa do Tesouro Público no mercado financeiro nacional de títulos públicos e privados de renda fixa, e sobre ela emitir parecer para a apreciação do Poder Legislativo;

XXII - fiscalizar a atuação de dirigentes e liquidantes das entidades encampadas pelo Estado ou por Município, das entidades submetidas à intervenção destes e das que, de qualquer modo, venham a integrar, em caráter provisório ou permanente, o seu patrimônio;

XXIII - fiscalizar a aplicação de recursos públicos estaduais ou municipais repassados a entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado;

XXIV - verificar a legalidade de fianças e demais garantias contratuais;

XXV - determinar a averbação de apostilas, títulos declaratórios de direito ou de quaisquer outros atos que modifiquem assentamentos feitos em razão dos incisos VII e VIII deste artigo;

XXVI - corrigir erros ou enganos materiais de cálculos em parcelas ou somas de quaisquer atos;

XXVII - decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato;

XXVIII - decidir sobre a sustação da execução de contrato, no caso de não se efetivar, em 90 (noventa) dias, a medida prevista no § 1º do art. 76 da Constituição do Estado;

XXIX - expedir atos normativos sobre matéria de sua competência, no exercício do poder regulamentar;

XXX - fiscalizar a observância, para cada conta de recurso, da ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos das obrigações relativas a fornecimento de bens, locação, realização de obras e prestação de serviços, efetuados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual e municipal;

XXXI - fiscalizar os procedimentos de seleção de pessoal, de modo especial os editais de concurso público e as atas de julgamento.

§ 1º Para o exercício de sua competência, o Tribunal poderá requisitar de órgãos e entidades estaduais ou municipais a prestação de serviços técnicos especializados, bem como valer-se de certificado de auditoria passado por profissional ou entidade habilitados na forma da lei e de notória idoneidade técnica.

§ 2º O titular de cada Poder, no âmbito estadual e municipal, encaminhará ao Tribunal, em cada exercício, o rol dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos e outros documentos ou informações considerados necessários, na forma estabelecida em atos normativos do Tribunal.

§ 3º O Tribunal poderá solicitar a Secretário de Estado ou de Município, a supervisor de área ou à autoridade de nível hierárquico equivalente outros elementos indispensáveis ao exercício de sua competência.

Art. 4º Compete privativamente ao Tribunal:

I - eleger o seu Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor;

II - elaborar e alterar seu Regimento Interno por iniciativa do Presidente ou de Conselheiro;

III - submeter à Assembleia Legislativa projeto de lei relativo à criação, transformação e extinção de cargos e à fixação dos vencimentos dos seus servidores;

IV - conceder licença, férias e outros afastamentos a seus membros;

V - determinar a realização de concurso público para provimento dos cargos de Auditor, de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal e daqueles que compõem seu Quadro de Pessoal, julgando e homologando seus resultados;

VI - elaborar sua proposta orçamentária, observados os limites fixados na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - fixar o valor de diárias de viagens de membros e servidores do seu Quadro;

VIII - apresentar sua prestação de contas anual à Assembleia Legislativa, acompanhada do relatório de controle interno, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102/2008;

IX - enviar à Assembleia Legislativa, trimestral e anualmente, relatório das suas atividades, para fins do disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 102/2008;

X - divulgar, no Diário Oficial de Contas e em destaque no seu portal na internet, os demonstrativos de sua despesa, nos termos do § 3º do art. 73 da Constituição do Estado;

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

XI - organizar e submeter ao Governador lista tríplice para provimento de cargo de Conselheiro, com relação às vagas a serem preenchidas por Auditor e Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 1º O Tribunal observará fielmente os princípios e as normas relativos ao controle interno, no âmbito da sua gestão administrativa, financeira, operacional e patrimonial.

§ 2º No relatório anual a que se refere o inciso IX do caput deste artigo, o Tribunal apresentará análise da evolução dos custos da atividade de controle e da eficiência, eficácia e economicidade dessa atividade.

TÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO

Seção I
DOS CONSELHEIROS

Art. 5º O Tribunal compõe-se de sete Conselheiros, nomeados em conformidade com a Constituição do Estado.

Art. 6º Os Conselheiros terão as mesmas garantias, direitos, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Subseção I
DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

Art. 7º Os Conselheiros serão escolhidos:

I - três pelo Governador, com a aprovação da Assembleia Legislativa, sendo:

a) um, dentre Auditores indicados em lista tríplice, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente;

b) um, dentre Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal indicados em lista tríplice, segundo os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente;

c) um de sua livre nomeação;

II - quatro pela Assembleia Legislativa.

Art. 8º Os Conselheiros do Tribunal serão nomeados pelo Governador, dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - idade superior a trinta e cinco e inferior a sessenta e cinco anos;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso III deste artigo.

Parágrafo único. Não podem ocupar cargo de Conselheiro, simultaneamente, parentes consanguíneos ou afins, na linha reta ou na colateral, até o segundo grau.

Art. 9º Os Conselheiros tomarão posse em sessão solene do Tribunal Pleno ou perante o Presidente, excepcionalmente.

§ 1º No ato de posse, o Conselheiro prestará o compromisso de bem desempenhar as funções do cargo, em conformidade com a Constituição da República e a Constituição do Estado, e com as leis federais e estaduais.

§ 2º O Conselheiro a ser empossado encaminhará ao Tribunal, previamente, as informações e documentos necessários à formação de seu registro e pasta funcionais.

§ 3º O termo de posse será lavrado em livro próprio e assinado pelo Presidente do Tribunal e pelo empossado.

Art. 10. O prazo para a posse do Conselheiro é de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da publicação do ato de nomeação no Órgão Oficial do Estado, prorrogável por igual período.

§ 1º O exercício do cargo terá início dentro do prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data da posse, prorrogável por igual período.

§ 2º Não se verificando a posse e o exercício no prazo fixado, o Presidente do Tribunal comunicará o fato ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao Governador, para os fins de direito.

Art. 11. Nomeado e empossado, o Conselheiro somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

Subseção II
DOS DEVERES

Art. 12. São deveres dos Conselheiros:

- I- cumprir e fazer cumprir, com independência, serenidade e exatidão, as disposições legais, regimentais e atos de ofício;
- II- não exceder, injustificadamente, os prazos para decidir ou despachar;
- III- determinar as providências necessárias para que os atos processuais se realizem nos prazos legais e regimentais;
- IV- tratar com urbanidade as partes e seus procuradores, os Auditores, os membros do Ministério Público junto ao Tribunal e os servidores;
- V- atender aos que o procurarem, a qualquer momento, quando se tratar de providência que reclame e possibilite solução de urgência;
- VI- comparecer, pontualmente, à hora de iniciar o expediente ou a sessão e não se ausentar, injustificadamente, antes de seu término;
- VII- manter conduta compatível com as atribuições do cargo.

Subseção III
DAS VEDAÇÕES

Art. 13. É vedado aos Conselheiros:

- I - exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- II - exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe e sem remuneração;
- III - exercer comissão, remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da administração direta ou indireta, ou em concessionárias de serviço público;
- IV - exercer profissão liberal, emprego particular ou comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou cotista sem ingerência;
- V - celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista, fundação, sociedade instituída e mantida pelo poder público ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes para todo e qualquer contratante;
- VI - dedicar-se à atividade político-partidária;
- VII - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

Subseção IV
DA VACÂNCIA

Art. 14. Dar-se-á a vacância do cargo de Conselheiro:

- I - pela renúncia;
- II - pela aposentadoria;
- III - pela perda do cargo de Conselheiro;
- IV - pelo falecimento.

Parágrafo único. Na vacância do cargo de Conselheiro, o Presidente do Tribunal designará Auditor, por meio de portaria, até novo provimento, observado o critério de rodízio, nos termos do parágrafo único do art. 265 da Constituição do Estado.

Art. 15. O Presidente do Tribunal, para fins de provimento do cargo de Conselheiro por Auditor ou por membro do Ministério Público junto ao Tribunal, convocará sessão extraordinária, no prazo de até 30

(trinta) dias da vacância, para votação da lista tríplice, com quorum de pelo menos 5 (cinco) Conselheiros efetivos, incluído o Presidente.

Art. 16. A lista tríplice a que se refere o art. 15 deste Regimento obedecerá, alternadamente, aos critérios:

I - de antiguidade, hipótese em que a lista de Procuradores será elaborada pelo Procurador Geral e a de Auditores, pelo Presidente do Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias da vacância;

II - de merecimento, hipótese em que o Presidente apresentará ao Tribunal Pleno os nomes dos Auditores e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal que satisfaçam os requisitos constitucionais.

§ 1º Na hipótese do inciso II deste artigo, cada Conselheiro indicará, em votação secreta, três nomes, se houver, de Auditores ou de Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 2º Em caso de empate, será adotado o critério de antiguidade, nos termos do parágrafo único do art. 21 deste Regimento.

§ 3º Após a votação da lista tríplice pelo Tribunal Pleno, o Presidente a encaminhará ao Governador.

Art. 17. Os critérios para avaliação do merecimento, para fins do disposto no inciso II do art. 16 deste Regimento, serão estabelecidos em resolução, observando-se, prioritariamente, a produtividade, a qualidade do trabalho e as atividades especiais desenvolvidas no exercício do cargo.

Subseção V

DAS FÉRIAS E LICENÇAS

Art. 18. Os Conselheiros terão direito a férias após um ano de exercício.

§ 1º As férias do Conselheiro corresponderão, quanto à duração, às que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional assegura aos membros do Poder Judiciário.

§ 2º Não poderão gozar férias, simultaneamente, dois Conselheiros integrantes da mesma Câmara.

Art. 19. As férias poderão ser gozadas coletiva ou individualmente, conforme regulamentação em resolução.

Parágrafo único. Não poderão gozar férias, simultaneamente, o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal.

Art. 20. A licença e o afastamento serão concedidos pelo Presidente, nas hipóteses e termos previstos em lei, quando não ultrapassar o prazo de um ano e, caso exceda esse período, deverão ser submetidos ao Tribunal Pleno.

§ 1º Compete ao Tribunal Pleno a concessão de licença e afastamento ao Presidente do Tribunal.

§ 2º A concessão de licença e afastamento aos Conselheiros, incluído o Presidente, e aos Auditores será regulamentada em ato normativo próprio.

Subseção VI

DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 21. O Conselheiro será substituído, em caso de falta e de impedimento, pelo Auditor convocado pelo Presidente do Tribunal Pleno ou das Câmaras, em regime de rodízio, observada a ordem de antiguidade.

Parágrafo único. A antiguidade no Tribunal será determinada:

I - pela data da posse;

II - pelo tempo de serviço público;

III - pela idade.

Art. 22. O Auditor, em substituição, exercerá a função de Conselheiro, sendo vedada sua participação nas eleições de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal.

Parágrafo único. Nas substituições, o Auditor terá os vencimentos do Conselheiro, salvo se convocado pelo Presidente do respectivo Colegiado apenas para completar o quorum necessário à realização das sessões.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 23. Integram a estrutura organizacional do Tribunal:

- I** - Tribunal Pleno;
- II** - Câmaras;
- III** - Presidência;
- IV** - Vice-Presidência;
- V** - Corregedoria;
- VI** - Ouvidoria;
- VII** - Auditoria;
- VIII** - Ministério Público junto ao Tribunal;
- IX** - Escola de Contas e
- X** - Serviços Auxiliares.

§ 1º São órgãos deliberativos o Tribunal Pleno e as Câmaras.

§ 2º Os Serviços Auxiliares terão as atribuições e especificações disciplinadas em resolução.

§ 3º O Tribunal poderá instituir comissões, de caráter permanente ou temporário, para a realização de funções específicas, observando-se o disposto em resolução.

§ 4º Para auxiliar no desempenho de suas funções, o Tribunal poderá instalar unidades regionais em cada uma das macrorregiões do Estado.

Seção I

DO TRIBUNAL PLENO

Art. 24. O Tribunal Pleno é o órgão máximo de deliberação, composto pelos 7 (sete) Conselheiros.

Parágrafo único. O Tribunal Pleno será presidido pelo Presidente do Tribunal e, nos seus impedimentos, sucessivamente, pelo Vice-Presidente ou pelo Conselheiro mais antigo no exercício da função.

Art. 25. Compete ao Tribunal Pleno:

- I** - emitir parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador;
- II** - deliberar sobre licitações, de modo especial sobre editais e atas de julgamento, procedimentos de dispensa e inexigibilidade, bem como sobre as contratações, nos casos em que o valor seja igual ou superior a cem vezes o limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea c, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
- III** - deliberar sobre a legalidade da fiança e demais garantias contratuais em matéria de sua competência;
- IV** - emitir parecer em consulta sobre matéria de sua competência, na forma estabelecida neste Regimento;
- V** - emitir parecer, quando solicitado pela Assembleia Legislativa ou por Câmara Municipal, sobre empréstimo e operação de crédito que o Estado ou Município realize;
- VI** - deliberar acerca da realização de fiscalizações, no âmbito de sua competência, e decidir sobre os processos delas decorrentes;
- VII** - decidir sobre denúncia e representação em matéria de sua competência;
- VIII** - deliberar sobre prejulgados;
- IX** - julgar exceção de suspeição ou de impedimento de Conselheiro, Auditor e Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal;
- X** - expedir atos normativos no exercício do poder regulamentar do Tribunal;

XI - prestar informações ao Poder Legislativo do Estado e dos Municípios, quando solicitadas, observado o disposto no inciso XIV do art. 3º da Lei Complementar nº 102/2008;

XII - aprovar os enunciados da súmula de jurisprudência e fixar a orientação em casos de conflitos de decisão;

XIII - emitir o alerta, nos termos do § 1º do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sobre matéria sujeita à sua competência;

XIV - fixar o valor das diárias de viagens dos membros e dos servidores do Tribunal;

XV - autorizar que se ausentem do país os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, com direito ou não a vencimentos, conforme o caso;

XVI - representar ao Poder competente sobre irregularidade e abuso apurado, indicando o ato inquinado e definindo responsabilidades;

XVII - deliberar sobre projeto de lei que o Tribunal deva encaminhar ao Poder Legislativo;

XVIII - eleger o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor;

XIX - sortear, na última sessão ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, o Conselheiro Relator, o Revisor e o Auditor, para o acompanhamento da execução orçamentária das contas prestadas pelo Governador, observado o princípio da alternância;

XX - deliberar sobre a lista tríplice, no caso de vaga de Conselheiro a ser provida por Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, observados, alternadamente, os critérios de antiguidade e merecimento;

XXI - deliberar acerca de processos administrativo-disciplinares envolvendo membros do Tribunal;

XXII - dirimir as questões relativas à antiguidade no âmbito do Tribunal;

XXIII - deliberar sobre recurso ordinário;

XXIV - decidir sobre pedido de reexame e embargos de declaração apresentados contra suas próprias deliberações, bem como sobre agravo interposto contra suas próprias decisões, decisão monocrática proferida em matéria de sua competência originária e decisão de Câmara;

XXV - deliberar sobre os pedidos de rescisão;

XXVI - decidir sobre os recursos administrativos interpostos, pelos Conselheiros, Auditores, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal e pelos servidores do Tribunal.

Art. 26. Compete, ainda, ao Tribunal Pleno:

I - deliberar sobre matérias que lhe forem submetidas por decisão das Câmaras, em razão de sua relevância, mediante proposição de Conselheiro, Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal;

II - apreciar assuntos administrativos que lhe forem submetidos pelo Presidente do Tribunal;

III - decidir sobre processos de competência das Câmaras, nos casos em que não houver voto vencedor;

IV - julgar os processos de competência da Câmara e do Pleno no caso de apensamento por conexão;

V - apreciar, incidentalmente, a constitucionalidade das leis ou de atos do poder público.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso I, a apreciação da matéria poderá ser rejeitada por maioria dos membros do Tribunal Pleno.

Seção II

DAS CÂMARAS

Subseção I

DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 27. O Tribunal divide-se em 2 (duas) Câmaras compostas cada uma por 3 (três) Conselheiros.

§ 1º Integram cada Câmara 2 (dois) Auditores, escolhidos pelo critério de sorteio.

§ 2º A composição da Câmara será renovada a cada 2 (dois) anos, coincidindo com a eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor.

§ 3º Atua, obrigatoriamente, nas sessões das Câmaras, um representante do Ministério Público junto ao Tribunal.

Art. 28. Os membros das Câmaras e os Auditores serão escolhidos por sorteio realizado na Sessão do Tribunal Pleno em que ocorrer a eleição para Presidente, Vice-Presidente e Corregedor.

§ 1º A Primeira Câmara será presidida pelo Vice-Presidente e a Segunda Câmara, pelo Conselheiro efetivo mais antigo no exercício do cargo, entre os seus membros.

§ 2º O Presidente de Câmara será substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo Conselheiro efetivo mais antigo no exercício do cargo, entre os que dela fizerem parte.

Art. 29. Para o funcionamento e a deliberação da Câmara, é indispensável a presença do Presidente ou de seu substituto e de mais 2 (dois) de seus membros, computando-se, para esse efeito, os Auditores convocados em substituição.

§ 1º O Presidente de cada Câmara convocará Auditor para completar o quorum, preferencialmente, entre aqueles que a integram.

§ 2º O Auditor convocado para exercer as funções do cargo de Conselheiro em caso de vacância não poderá funcionar na mesma Câmara em que atua.

Art. 30. Os Auditores em atuação nas Câmaras presidem a instrução e relatam os processos que lhes forem distribuídos com proposta de voto a ser apreciada pelos membros do respectivo Colegiado.

Parágrafo único. Consideram-se membros dos Colegiados os Conselheiros e os Auditores quando em substituição ou quando designados para exercer as funções de Conselheiro em caso de vacância.

Art. 31. O Conselheiro empossado em virtude de vacância, ao entrar em exercício, será designado membro da Câmara em que ocorreu a vaga.

Subseção II

DA COMPETÊNCIA DAS CÂMARAS

Art. 32. Compete às Câmaras:

I - emitir parecer prévio sobre as contas prestadas, anualmente, pelos Prefeitos;

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, bem como daqueles que derem causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao erário, excetuadas as de competência do Tribunal Pleno;

III - deliberar acerca dos atos de receita e despesa estaduais e municipais;

IV - emitir o alerta, nos termos no § 1º do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sobre matéria de sua competência;

V - deliberar sobre licitações, de modo especial sobre editais e atas de julgamento, procedimentos de dispensa e inexigibilidade, bem como sobre as contratações, excetuados os casos previstos no inciso II do art. 25 deste Regimento;

VI - fiscalizar o repasse e a aplicação de recurso referente a convênio, acordo, ajuste e instrumento congênere;

VII - apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade da administração direta e indireta, estadual e municipal, excluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão ou função de confiança;

VIII - apreciar, para o fim de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, ressalvadas as melhorias posteriores que não tenham alterado o fundamento legal do ato concessório;

IX - decidir sobre denúncia e representação, em matéria de sua competência;

X - deliberar acerca da realização de fiscalizações, no âmbito de sua competência, e decidir sobre os processos delas decorrentes;

XI - deliberar sobre a legalidade da fiança e demais garantias contratuais em matéria de sua competência;

XII - decidir sobre pedido de reexame e embargos de declaração apresentados contra suas próprias deliberações, bem como sobre agravo interposto contra decisão monocrática proferida em matéria de sua competência;

XIII - deliberar sobre outras matérias não incluídas expressamente na competência do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. Nos atos de concessão de aposentadoria, reforma, pensão e nos atos de admissão de pessoal, o Relator poderá determinar o registro se a informação e o parecer forem favoráveis, com a expressa indicação de atendimento às disposições legais.

Art. 33. Cada Câmara conta com o apoio administrativo da Secretaria respectiva, que adotará as providências necessárias para o seu correto funcionamento.

Art. 34. Mediante deliberação de dois terços de seus membros, o Tribunal poderá ser dividido em Câmaras permanentes ou temporárias.

Subseção III

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DE CÂMARA

Art. 35. Compete ao Presidente de Câmara, além de relatar os processos que lhe forem distribuídos:

I - convocar e presidir as sessões da respectiva Câmara;

II - proferir voto em todos os processos submetidos à deliberação da respectiva Câmara;

III - proclamar o resultado das votações;

IV - resolver questões de ordem;

V - convocar, se necessário, Auditor para substituir membro da Câmara, preferencialmente, entre os que a integram;

VI - submeter as atas das sessões aos membros do Colegiado, para aprovação;

VII - comunicar ao Presidente do Tribunal, para a adoção das medidas cabíveis, as faltas cometidas por patronos das partes, sem prejuízo das penas de advertência e afastamento do recinto, para fins do disposto no inciso XVIII do art. 41 deste Regimento.

Parágrafo único. O impedimento ou a suspeição do Presidente não lhe retira a competência prevista no inciso III do caput deste artigo.

Seção III

DA PRESIDÊNCIA, VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

Subseção I

DA ELEIÇÃO E POSSE

Art. 36. O Tribunal elegerá, em escrutínio secreto, bianualmente, por maioria absoluta, o Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor, sendo vedada a recondução.

§ 1º A eleição a que se refere o caput deste artigo ocorrerá na última sessão plenária do biênio, sendo que dela participarão somente os Conselheiros efetivos, ainda que em gozo de férias ou licença.

§ 2º Na falta do quorum, deverá ser convocada nova sessão para esse fim.

§ 3º Serão utilizadas cédulas uniformes contendo o nome dos Conselheiros que poderão ser votados para cada cargo, por ordem de antiguidade.

§ 4º Apurado o resultado, será proclamado em primeiro lugar o Presidente, e, logo após, o Vice-Presidente e o Corregedor.

§ 5º Em caso de empate, será realizada, na mesma sessão, nova eleição.

§ 6º Na hipótese do parágrafo anterior, se, ainda assim, permanecer o empate, será considerado eleito o Conselheiro mais antigo na função.

Art. 37. A posse do Presidente, do Vice-Presidente e do Corregedor eleitos será dada em sessão solene, a ser realizada até o final do mês de fevereiro do ano subsequente à eleição.

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 15/2012, de 28/11/2012)

Parágrafo único. O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor permanecerão no exercício das respectivas funções até a posse de seus sucessores.

Art. 38. Além das hipóteses arroladas no art. 14 deste Regimento, dar-se-á a vacância se o eleito para o cargo de Presidente, de Vice-Presidente e de Corregedor deixar de tomar posse, injustificadamente, na data designada.

§ 1º Em caso de vacância da Presidência, da Vice-Presidência ou da Corregedoria, far-se-á nova eleição, salvo se a vaga ocorrer nos 6 (seis) últimos meses do biênio, caso em que as substituições se darão em conformidade com o disposto no art. 39 deste Regimento.

§ 2º O Conselheiro que, nos termos do parágrafo anterior, assumir a função nos últimos 6 (seis) meses do biênio, completará o tempo do mandato interrompido, sem prejuízo de seu direito de concorrer à eleição prevista no art. 36 deste Regimento.

§3º Observado o disposto no §1º deste artigo, o Conselheiro eleito para completar o mandato em curso será empossado na mesma sessão em que ocorrer a eleição, sendo vedada a sua recondução.

(Parágrafo com a redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 04/2012, de 25/04/2012.)

§ 4º Ocorrendo a vacância do cargo de Corregedor, assumirá a função o Conselheiro efetivo mais antigo em exercício no Tribunal que não esteja ocupando a Presidência ou a Vice-Presidência.

§ 5º Na hipótese de vacância, antes do término do mandato de seu titular e até a realização de nova eleição, assumirá o cargo:

I - o Vice-Presidente, em caso de vacância do cargo de Presidente;

II - o Conselheiro mais antigo em exercício na função, em caso de vacância do cargo de Vice-Presidente.

§ 6º A eleição a que se refere o § 5º deste artigo deverá ser convocada pelo Presidente em exercício e realizada em até 15 (quinze) dias da declaração de vacância dos cargos.

Art. 39. O Presidente do Tribunal será substituído pelo Vice-Presidente e, na ausência ou no impedimento deste, pelo Conselheiro mais antigo em exercício na função.

Parágrafo único. O Corregedor será substituído pelo Conselheiro mais antigo na função, que não esteja no exercício da Presidência ou da Vice-Presidência.

Art. 40. O Conselheiro no exercício da Presidência do Tribunal fará jus à parcela de natureza indenizatória de até 10% (dez por cento) do valor do subsídio.

Subseção II

DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE

Art. 41. Compete ao Presidente, sem prejuízo de outras atribuições legais e regulamentares:

I - dirigir o Tribunal e seus serviços auxiliares;

II - determinar a realização de concursos públicos para provimento dos cargos de Auditor, de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal e daqueles que compõem seu Quadro de Pessoal e homologar os seus resultados;

III - dar posse aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal;

IV - dar posse ao Presidente eleito, que empossará o Vice-Presidente e o Corregedor;

V - dar posse e fixar a lotação dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal;

VI - expedir atos de nomeação, admissão, exoneração, demissão, remoção, movimentação, disponibilidade, dispensa, aposentadoria, atos de reconhecimento de direitos e vantagens e outros atos relativos aos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal, nos termos da legislação em vigor;

VII - aplicar aos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal as penalidades cabíveis decorrentes de processos administrativo-disciplinares;

VIII - comunicar férias dos Conselheiros, conceder férias aos Auditores e aos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, expedir atos de reconhecimento de direitos e vantagens e conceder licença, por prazo não excedente a um ano, aos Conselheiros, Auditores e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, nos termos e casos previstos em lei;

- IX** - expedir ato de nomeação e de exoneração de ocupante de cargo de provimento em comissão;
- X** - conceder licença, férias e outros afastamentos legais aos detentores de cargo de provimento em comissão;
- XI** - ceder servidores a outro órgão, nos termos da legislação em vigor;
- XII** - autorizar que servidor do Tribunal se ausente do país, com ou sem vencimento;
- XIII** - convocar e presidir as sessões do Tribunal Pleno;
- XIV** - relatar a suspeição oposta a Conselheiro, a Auditor e a Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal;
- XV** - votar em enunciado de súmula, uniformização de jurisprudência, consulta, prejudgado e projeto de ato normativo, bem como para completar o quorum;
- XVI** - proferir voto de desempate, salvo se houver votado para completar o quorum;
- XVII** - designar intérprete, quando necessário;
- XVIII** - comunicar à Ordem dos Advogados do Brasil as faltas cometidas por patronos das partes, sem prejuízo das penas de advertência e afastamento do recinto;
- XIX** - mandar riscar expressões consideradas injuriosas às partes em processos de seu conhecimento ou devolver peças em que se tenha feito crítica desrespeitosa à autoridade ou a membro ou a servidor do Tribunal;
- XX** - remeter ao Poder Legislativo processo referente a contrato impugnado pelo Tribunal;
- XXI** - encaminhar ao Poder competente a proposta orçamentária do Tribunal, diretamente ou mediante delegação;
- XXII** - requisitar os recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários, incluídos os créditos suplementares e especiais destinados ao Tribunal, que lhe serão entregues em duodécimos até o dia 20 (vinte) de cada mês;
- XXIII** - submeter ao Tribunal Pleno as propostas relativas a projetos de lei que devam ser encaminhadas ao Poder Legislativo;
- XXIV** - mandar coligar documentos e provas para verificação de crime de responsabilidade decorrente de atos sujeitos à apreciação do Tribunal;
- XXV** - encaminhar representação ao Poder competente sobre irregularidades e abusos verificados no exercício do controle externo;
- XXVI** - decidir sobre requerimentos referentes a processos findos;
- XXVII** - determinar a adoção das medidas necessárias à restauração ou à reconstituição de autos;
- XXVIII** - ordenar a expedição de certidões de processos e documentos que se encontrem no Tribunal, salvo os de caráter sigiloso;
- XXIX** - apresentar ao Tribunal Pleno a prestação de contas anual e os relatórios de atividades e encaminhá-los à Assembleia Legislativa;
- XXX** - assinar e publicar o Relatório de Gestão Fiscal exigido pelo art. 54 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
- XXXI** - aprovar e dar cumprimento ao plano anual de fiscalização elaborado pelas unidades técnicas;
- XXXII** - ordenar a realização de inspeções e auditorias in loco;
- XXXIII** - presidir os procedimentos de distribuição e redistribuição de processos e documentos;
- XXXIV** - designar o Ouvidor, dentre os membros do Tribunal, Auditores, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal ou servidores;
- XXXV** - submeter ao Tribunal Pleno o relatório anual das atividades do Ouvidor;
- XXXVI** - constituir comissões e designar seus membros, exceto as de sindicância e de processo administrativo disciplinar;
- XXXVII** - elaborar a lista tríplice de Auditores, segundo o critério de antiguidade, no caso de provimento de vaga de Conselheiro, observado o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 102/2008;

XXXVIII - encaminhar ao Governador a lista tríplice de Auditores e de Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal para provimento de vaga de Conselheiro, segundo o critério de antiguidade, observado o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 102/2008;

XXXIX - apresentar ao Tribunal Pleno os nomes dos Auditores e dos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal que satisfaçam os requisitos constitucionais, para preenchimento de vaga de Conselheiro segundo o critério de merecimento;

XL - submeter ao Tribunal Pleno os relatórios semestrais de acompanhamento da execução das decisões apresentados pelo Ministério Público junto ao Tribunal, com a indicação das providências adotadas;

XLI - decidir sobre conflitos de competência, ouvido o Tribunal Pleno, se necessário;

XLII - exercer o juízo de admissibilidade das representações e das denúncias;

XLIII - representar o Tribunal perante os Poderes da União, dos Estados e Municípios e demais organizações;

XLIV - dar ciência ao Tribunal Pleno dos expedientes de interesse geral recebidos dos Poderes da União, Estado e Municípios ou de quaisquer outras entidades;

XLV - cumprir e fazer cumprir as decisões do Tribunal Pleno;

XLVI - convocar Auditor para substituição de Conselheiro, nos termos do parágrafo único do art. 14 e do art. 21 deste Regimento;

XLVII - fixar a jornada de trabalho dos servidores do Tribunal.

Excluído o inciso XLVII da redação original.

XLVIII - relatar os processos que estão em secretaria para inclusão em pauta;

(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 18/2010, de 01/12/2010.)

XLIX - votar em processos em que lhe foi concedida vista antes da sua posse.

(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 18/2010, de 01/12/2010.)

§ 1º Consideram-se processos findos, para efeito do disposto neste Regimento, em especial no inciso XXVI deste artigo, aqueles em que houver decisão definitiva transitada em julgado cujos autos tenham sido baixados em arquivo.

§ 2º O Presidente do Tribunal, no exercício de suas atribuições, deliberará por:

I - despacho;

II - portaria;

III - ordem de serviço.

Art. 42. Dos atos e decisões administrativas do Presidente caberá recurso administrativo ao Tribunal Pleno, no prazo e forma estabelecidos em resolução.

Subseção III

DA COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE

Art. 43. Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente em seus impedimentos, ausências, férias ou outro afastamento legal e sucedê-lo, no caso de vacância, observado o disposto no § 1º do art. 38 deste Regimento, exercendo as suas próprias funções, cumulativamente;

II - presidir a Primeira Câmara;

III - relatar suspeição oposta ao Presidente, quando não reconhecida de ofício;

IV - coordenar os trabalhos da comissão de jurisprudência e súmulas;

V - dirigir a Revista do Tribunal de Contas e designar Auditor para exercer a função de Vice-Diretor.

Subseção IV

DA COMPETÊNCIA DO CORREGEDOR

Art. 44. Compete ao Corregedor, além das funções de Conselheiro e de outras previstas em lei e resolução:

- I** - organizar e dirigir os serviços da Corregedoria;
 - II** - orientar os servidores do Tribunal para o fiel cumprimento dos deveres e obrigações legais e regulamentares no exercício de suas funções;
 - III** - verificar a fiel execução das atividades e o cumprimento dos deveres e das obrigações legais e regulamentares dos órgãos do Tribunal, mediante realização de correições e solicitação de informações;
 - IV** - efetuar o planejamento anual da atividade correcional, encaminhando-o ao Presidente e Conselheiros para conhecimento;
 - V** - acompanhar o cumprimento dos prazos fixados constitucionalmente em lei e neste Regimento, divulgando relatórios, trimestralmente, incluído o Portal do Tribunal na internet;
 - VI** - instaurar e presidir processo administrativo-disciplinar envolvendo Conselheiros, desde que autorizado pelo Tribunal Pleno, ou servidores do Tribunal, bem como a sindicância que o preceder, se for o caso;
 - VII** - designar os membros das comissões de sindicância e de processo administrativo-disciplinar e propor à Presidência a aplicação das penalidades e medidas corretivas cabíveis, na forma da lei;
 - VIII** - relatar processos de denúncias e representações relativos à atuação de servidores do Tribunal;
 - IX** - disponibilizar os dados constantes nos relatórios estatísticos, relativos às atividades desenvolvidas pelo Tribunal, e promover as respectivas publicações, trimestral e anualmente, no Diário Oficial de Contas, se for o caso, e no Portal do Tribunal na internet;
- (Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)*
- X** - elaborar, manter atualizado e difundir o Código de Ética dos Servidores aprovado pelo Tribunal Pleno;
 - XI** - fazer comunicação circunstanciada ao Tribunal Pleno ou ao Presidente, conforme o caso, propondo as providências que julgar necessárias, quando, no exercício de suas atribuições, constatar quaisquer irregularidades.

Parágrafo único. O Corregedor apresentará ao Tribunal, anualmente, relatório circunstanciado dos serviços realizados, procedendo da mesma forma quando deixar o cargo.

Seção IV

DA OUVIDORIA

Art. 45. A Ouvidoria tem por finalidade contribuir para o aprimoramento da gestão das ações de controle do Tribunal, atuando na defesa da legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência dos atos administrativos praticados por agentes, servidores e administradores públicos, bem como dos demais princípios aplicáveis à Administração Pública.

Parágrafo único. A Ouvidoria objetiva, ainda, receber sugestão de aprimoramento, crítica, reclamação ou informação a respeito dos serviços prestados pelo Tribunal.

Art. 46. O Ouvidor será designado pelo Presidente do Tribunal, dentre seus membros, Auditores, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal ou servidores e exercerá as funções típicas por 2 (dois) anos, vedada a recondução.

Parágrafo único. O Ouvidor exercerá suas funções pelo tempo a que se refere o caput, salvo se o mandato do Presidente se encerrar em data anterior.

Art. 47. O Ouvidor deverá encaminhar ao Presidente do Tribunal, anualmente, relatório circunstanciado de suas atividades, procedendo da mesma forma quando deixar o cargo.

Art. 48. O funcionamento da Ouvidoria será regulamentado em resolução do Tribunal.

Seção V

DA AUDITORIA

Art. 49. Os Auditores, em número de quatro, serão nomeados pelo Governador dentre cidadãos brasileiros que sejam detentores de diploma de curso superior, satisfaçam os requisitos exigidos para o

cargo de Conselheiro e tenham sido aprovados em concurso público de provas e títulos, observada a ordem de classificação.

Parágrafo único. Os Auditores tomarão posse perante o Presidente do Tribunal.

Art. 50. O Auditor tem os mesmos impedimentos e garantias do Juiz de Direito da entrância mais elevada na organização judiciária do Estado e, quando em substituição a Conselheiro, as mesmas garantias e impedimentos deste.

Art. 51. Os Auditores terão direito a férias, após um ano de efetivo exercício no cargo, que corresponderão, quanto à duração, às estabelecidas no art. 152 da Lei Estadual nº. 869/1952.

Parágrafo único. Não poderá estar em férias, simultaneamente, mais de 1 (um) Auditor de cada Câmara, exceto nos períodos estabelecidos para férias coletivas de Conselheiros.

Art. 52. O Auditor somente pode aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiver efetivamente exercido no Tribunal por 5 (cinco) anos e cumprido o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público.

Art. 53. Aos Auditores aplicam-se as mesmas causas de impedimento e suspeição a que se submetem os Conselheiros.

Parágrafo único. Os Auditores não poderão exercer funções nos serviços auxiliares do Tribunal, ressalvada a de Vice-Diretor da Revista e a participação em comissões internas temporárias, a critério do Presidente.

Art. 54. Compete ao Auditor:

I - substituir o Conselheiro em suas ausências e impedimentos, quando convocado pelo Presidente do Tribunal ou de suas Câmaras;

II - exercer, no caso de vacância, quando convocado pelo Presidente do Tribunal, as funções do cargo de Conselheiro até novo provimento, observado o critério estabelecido no parágrafo único do art. 265 da Constituição do Estado;

III - compor quorum das sessões, mediante convocação dos Presidentes dos respectivos Órgãos Colegiados;

IV - atuar junto à Câmara do Tribunal para a qual for sorteado, presidindo a instrução dos processos que lhe forem distribuídos e relatando-os com proposta de voto, por escrito, a ser apreciada pelos membros do respectivo Colegiado;

V - emitir parecer conclusivo no processo de prestação de contas do Governador ;

(Inciso com redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 01/2011, de 16/02/2011)

VI - desempenhar outras atribuições por determinação do Presidente ou do Tribunal Pleno.

Seção VI

DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Art. 55. O Ministério Público junto ao Tribunal compõe-se de quatro Procuradores nomeados pelo Governador, cujo provimento observará as regras previstas na Constituição da República e na Constituição do Estado.

Parágrafo único. Ao Ministério Público junto ao Tribunal aplicam-se os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.

Art. 56. O ingresso na carreira far-se-á no cargo de Procurador, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Minas Gerais, em sua realização, exigindo-se do bacharel em Direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

Art. 57. Aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal aplicam-se as disposições da Seção I do Capítulo IV do Título IV da Constituição da República pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura e, subsidiariamente, no que couber, o disposto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, na parte relativa a direitos, garantias, prerrogativas, vedações e regime disciplinar.

Art. 58. O Governador escolherá o Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, dentre aqueles indicados em lista tríplice elaborada e composta pelos integrantes da carreira, e o nomeará para

mandato de dois anos, permitida uma recondução, nos termos do § 5º do art. 77 da Constituição Estadual.

Parágrafo único. A lista tríplice será encaminhada ao Governador, bienalmente, até o dia 10 do mês de dezembro.

Art. 59. O Procurador Geral fará jus à parcela de natureza indenizatória de até 5% (cinco por cento) do valor do subsídio.

Art. 60. Em caso de vacância, ausência e impedimento, o Procurador Geral será substituído pelos Procuradores, observado o disposto no § 2º do art. 31 da Lei Complementar nº 102/08 e em ato normativo do Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 1º No caso de vacância, deverá ser elaborada nova lista tríplice, em 15 (quinze) dias após o fato, observado o disposto no caput do art. 58 deste Regimento, salvo se a vaga ocorrer nos 6 (seis) últimos meses do biênio, caso em que as substituições se darão em conformidade com o disposto no caput deste artigo.

§ 2º O Procurador, nas substituições a que se refere o caput deste artigo, terá direito ao acréscimo previsto no art. 59 deste Regimento, proporcional ao período de substituição.

Art. 61. Compete ao Ministério Público junto ao Tribunal, em sua missão de guarda da lei e fiscal de sua execução:

I - promover a defesa da ordem jurídica requerendo, perante o Tribunal, as medidas de interesse da Justiça, da administração e do erário;

II - comparecer às sessões do Pleno e das Câmaras e dizer de direito, verbalmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do Tribunal;

III - promover perante a Advocacia Geral do Estado ou, conforme o caso, perante as procuradorias dos Municípios, as medidas necessárias à execução das decisões do Tribunal, remetendo-lhes a documentação e as instruções necessárias;

IV - acompanhar a execução das decisões do Tribunal a que se refere o inciso III;

V - adotar as medidas necessárias ao arresto dos bens dos responsáveis julgados em débito, quando solicitado pelo Tribunal;

VI - acionar o Ministério Público competente para a adoção das medidas legais cabíveis e acompanhar as providências porventura adotadas;

VII - representar ao Procurador Geral de Justiça para ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais, em face da Constituição do Estado, e ao Procurador Geral da República, em face da Constituição Federal;

VIII - interpor os recursos previstos na Lei Complementar nº 102/2008;

IX - manifestar-se, de forma conclusiva, mediante parecer escrito, nos seguintes processos:

a) contas anuais do Governador e dos Prefeitos Municipais;

(Alínea com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

b) tomadas ou prestações de contas;

c) atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão;

d) denúncias e representações, na forma deste Regimento;

e) recursos, exceto embargos de declaração e agravos;

f) incidentes de uniformização de jurisprudência;

g) inspeções e auditorias.

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

X - elaborar seu Regimento Interno;

XI - solicitar a rescisão das decisões definitivas do Tribunal Pleno e das Câmaras.

Excluído o inciso XII.

§ 1º *(Revogado pelo art. 5º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)*

§ 2º Para o exercício da competência prevista no inciso IV do caput deste artigo, o Ministério Público junto ao Tribunal elaborará e apresentará ao Tribunal relatórios semestrais de acompanhamento da execução das decisões, indicando as providências adotadas.

§ 3º Nos processos de fiscalização de concursos públicos e naqueles originados de denúncias e representações, será dada oportunidade de manifestação preliminar ao Ministério Público junto ao Tribunal, antes da citação, na qual, querendo, poderá apresentar apontamentos complementares às irregularidades indicadas pela unidade técnica do Tribunal.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 4º Quando da elaboração do parecer escrito conclusivo a que se refere o inciso IX deste artigo, verificando o Ministério Público junto ao Tribunal a ocorrência de irregularidades que não constaram do relatório da unidade técnica, estas deverão ser objeto de instrumento em apartado, no exercício da competência descrita no inciso I deste artigo.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

Subseção I

DO PROCURADOR GERAL

Art. 62. Compete ao Procurador Geral, além de outras atribuições legais e regulamentares:

- I** - comparecer às sessões do Tribunal Pleno;
- II** - organizar e dirigir os serviços do Ministério Público junto ao Tribunal;
- III** - designar os Procuradores para participarem das sessões das Câmaras;
- IV** - expedir ofícios no exercício das atribuições do Ministério Público junto ao Tribunal;
- V** - encaminhar à Presidência do Tribunal os relatórios a que se refere o § 2º do art. 61 deste Regimento;
- VI** - elaborar e encaminhar à Presidência do Tribunal a lista tríplice de Procuradores para provimento de vaga de Conselheiro, segundo o critério de antiguidade, observado o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 102/2008;
- VII** - encaminhar ao Presidente do Tribunal o nome dos Procuradores que satisfaçam os requisitos constitucionais, para preenchimento de vaga de Conselheiro, segundo o critério de merecimento.

Parágrafo único. A competência prevista no inciso I deste artigo poderá ser delegada aos Procuradores.

Art. 63. O Ministério Público junto ao Tribunal, para o desempenho de suas atribuições constitucionais e legais, contará com Secretaria composta por servidores designados pelo Presidente do Tribunal.

Seção VII

DA ESCOLA DE CONTAS

Art. 64. A Escola de Contas destina-se a promover ações de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal, bem como difundir conhecimentos aos gestores públicos, de forma a contribuir para a efetividade do exercício do controle externo.

Art. 65. A Escola de Contas terá suas atribuições, estrutura e organização regulamentadas em resolução.

TÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL

CAPÍTULO I
DAS SESSÕES

Art. 66. O Tribunal Pleno e as Câmaras funcionarão com a composição que este Regimento determinar e deliberarão, salvo disposição especial, por maioria dos votos.

Parágrafo único. As sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras serão realizadas em dias úteis, entre 8 (oito) e 18 (dezoito) horas, conforme regulamentado em resolução específica.

Art. 67. Além das sessões ordinárias, o Tribunal poderá realizar sessões extraordinárias e solenes.

§ 1º As sessões extraordinárias, declarada sua finalidade, serão convocadas pelo Presidente do respectivo Colegiado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, salvo motivo relevante.

§ 2º As sessões solenes, convocadas pelo Presidente do Tribunal, terão por finalidade dar posse aos Conselheiros, ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Corregedor, prestar homenagens, comemorar datas e acontecimentos relevantes, entre outros eventos que mereçam igual distinção.

Art. 68. Nas sessões, o Conselheiro a quem couber a Presidência tem assento especial de frente para os demais integrantes do Colegiado, tendo, à direita, o representante do Ministério Público junto ao Tribunal e, à esquerda, o Secretário do Pleno ou da Câmara.

§ 1º Em semicírculo, de frente para o Presidente, têm assento no Tribunal Pleno os Conselheiros, por ordem de antiguidade, a contar da esquerda para a direita.

§ 2º Nas Câmaras, observar-se-á o mesmo critério do parágrafo anterior, seguindo-se, após os Conselheiros, os Auditores que nelas atuarem, por ordem de antiguidade.

Art. 69. Nenhuma sessão poderá ser realizada sem a presença do representante do Ministério Público junto ao Tribunal, facultada nas sessões solenes.

Art. 70. A sessão e a votação, ordinariamente públicas, serão secretas se a lei assim o dispuser ou em virtude de decisão da maioria absoluta de seus membros, por motivo de sigilo.

§ 1º Na sessão secreta, somente permanecerão no recinto os Conselheiros, os Auditores e o representante do Ministério Público junto ao Tribunal que nela atuarem, as partes e seus procuradores, observado o disposto no § 6º do art. 191 deste Regimento, e os servidores considerados imprescindíveis.

§ 2º Nas sessões, poderá o Presidente mandar retirar do recinto os que atentarem contra o decoro e a ordem dos trabalhos.

Art. 71. Os procuradores das partes inscritos para sustentação oral manifestar-se-ão em tribuna especial.

Seção I
DO QUORUM

Art. 72. As sessões do Tribunal Pleno serão abertas com o quorum mínimo de 4 (quatro) Conselheiros efetivos, incluído o Presidente, à hora regulamentar.

Art. 73. As sessões das Câmaras serão abertas, à hora regulamentar, com o quorum de 3 (três) Conselheiros, efetivos ou substitutos, sendo idêntico o quorum para deliberação, observado o disposto no art. 29 deste Regimento.

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 21/2013, de 11/12/2013)

Art. 74. O prazo máximo de tolerância para início da sessão é de 15 (quinze) minutos, findo o qual, não havendo quorum, o Presidente determinará a lavratura de termo circunstanciado, ficando transferida para a sessão imediata a matéria constante da pauta.

Art. 75. Iniciada a sessão, os Conselheiros, os Auditores integrantes da Câmara e o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal não poderão retirar-se do recinto sem permissão do Presidente.

Art. 76. Será observado, para efeito de deliberação do Tribunal Pleno, o quorum mínimo de cinco Conselheiros, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento e na Lei Orgânica deste Tribunal.

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 21/2013, de 11/12/2013)

Parágrafo único. No cômputo do quórum mínimo de deliberação serão considerados os Auditores que estiverem substituindo Conselheiro ou exercendo as funções do cargo de Conselheiro, nos termos dos incisos I e II do art. 54 deste Regimento.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 21/2013, de 11/12/2013)

Seção II

DA PAUTA E DA ATA

Art. 77. As pautas das sessões serão organizadas pelos Secretários do Tribunal Pleno ou das Câmaras, conforme o caso, sob a supervisão dos respectivos Presidentes.

§ 1º A pauta será publicada no Diário Oficial de Contas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão e valerá como intimação às partes e a seus procuradores.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 2º Se houver erro na publicação da pauta, sua retificação será realizada pelo mesmo meio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º Para efeito de inclusão em pauta, o Relator deverá disponibilizar o relatório, em meio eletrônico, procedendo ao encaminhamento do respectivo processo ao setor competente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua publicação, podendo remeter, no mesmo prazo, o voto ou proposta de voto.

§ 4º As Secretarias das Câmaras e do Pleno disponibilizarão aos Conselheiros e Auditores integrantes dos respectivos Colegiados, bem como aos membros do Ministério Público junto ao Tribunal, por meio eletrônico, no dia da publicação da pauta, os relatórios dos processos.

§ 5º Nenhuma matéria será submetida à apreciação do Colegiado sem prévia inclusão em pauta, salvo medidas cautelares, ratificação de decisões monocráticas em suspensão liminar de licitação, em especial, na hipótese prevista no art. 264, § 1º, deste Regimento, ratificação de decisões monocráticas em suspensão liminar de concurso público, e embargos de declaração.

§ 6º *(Revogado pelo art. 5º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)*

§ 7º Iniciada a discussão da matéria e ocorrendo a retirada do processo de pauta, as respectivas notas taquigráficas deverão ser juntadas aos autos.

§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, o processo deverá ser incluído, novamente, em pauta para apreciação em até três sessões subsequentes, salvo motivo de força maior ou justificativa de ordem técnica.

Art. 78. Constarão da pauta, observada a ordem de antiguidade dos Relatores, inicialmente, os nomes dos Conselheiros e a seguir dos Auditores, os números dos processos, e a sua natureza, os nomes das partes e de seus procuradores, se advogado, com o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único. *(Revogado pelo art. 1º da Resolução nº 15/2013, de 16/10/2013.)*

Art. 79. Terminada a sessão, será lavrada a respectiva ata, dela constando:

- I** - hora, dia, mês e ano da abertura e do encerramento;
- II** - nome do Conselheiro que a presidiu;
- III** - nomes, pela ordem de antiguidade, dos Conselheiros e Auditores, do representante do Ministério Público junto ao Tribunal e do Secretário presentes;
- IV** - nomes dos Conselheiros e Auditores que não compareceram, com ou sem justificativa;
- V** - processos apreciados, indicando-se, além dos números, os nomes do Relator e do Revisor se houver, a natureza, os nomes das partes e de seus procuradores e a súmula da decisão, com indicação dos votos vencedores e vencidos, e as declarações de impedimento e suspeição;
- VI** - as matérias extra-pauta.

§ 1º A ata deverá ser assinada pelo Conselheiro que preside a sessão de sua discussão e votação e pelo Secretário do Pleno ou da Câmara, conforme o caso.

§ 2º A ata será publicada no Diário Oficial de Contas e no Portal do Tribunal na internet.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

Seção III

DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 80. À hora regulamentar, o Presidente verificará a existência de quorum para início da sessão, observando-se o disposto nos arts. 72 a 74 deste Regimento.

§ 1º Constatada a ausência de Conselheiro, o Presidente convocará Auditor para participar da sessão.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 21/2013, de 11/12/2013)

§ 2º Havendo número legal, passar-se-á à discussão e votação da ata da sessão anterior, podendo ser dispensada sua leitura se já tiver sido publicada no Diário Oficial de Contas.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

(Parágrafo renumerado pelo art. 3º da Resolução nº 21/2013, de 11/12/2013)

Art. 81. Após a votação da ata, serão apreciados os processos constantes da pauta, respeitada a ordem de antiguidade dos Relatores, salvo pedido de preferência deferido pelo Presidente, formulado oralmente no início da sessão.

Art. 82. O Conselheiro impedido ou suspeito não poderá participar de discussão, nem votar a matéria, devendo ser observado o disposto no § 1º do art. 29 deste Regimento.

Art. 83. Após o relatório e antes de iniciada a votação, o representante do Ministério Público junto ao Tribunal poderá usar da palavra a seu pedido, para prestar esclarecimentos, alegar ou requerer o que julgar oportuno.

§ 1º O parecer verbal ou escrito, a que se refere o inciso II do art. 61 deste Regimento, será produzido até o momento da sessão, antes de o Relator apresentar o seu voto.

§ 2º Durante a sessão, o Conselheiro ou o Auditor Relator poderá solicitar a audiência do Ministério Público junto ao Tribunal.

Art. 84. Nos casos em que o Ministério Público junto ao Tribunal for parte no processo, após a leitura do relatório será concedida a palavra primeiramente ao Procurador e, em seguida, aos representantes das partes para sustentação oral, se for o caso.

Art. 85. Nas sessões ordinárias do Tribunal Pleno e das Câmaras, a apreciação dos processos observará a seguinte ordem:

I - processos constantes da pauta adiada, quando houver;

II - processos constantes da pauta;

III - matérias extra-pauta.

§ 1º A ordem prevista no caput deste artigo poderá ser invertida, a critério do Presidente ou por solicitação de Conselheiro ou Auditor Relator, por motivo relevante ou conveniência do serviço.

§ 2º Terão preferência, na apreciação, os processos em que haja requerimento para sustentação oral.

Art. 86. O Presidente declarará encerrada a sessão após o término dos trabalhos e fará a convocação para a próxima sessão.

Seção IV

DA DELIBERAÇÃO

Art. 87. Após a leitura do relatório e da sustentação oral das partes, se houver, nos termos do art. 191 deste Regimento, será iniciada a votação.

Art. 88. As questões preliminares ou prejudiciais serão julgadas antes do mérito, deste não se conhecendo se incompatível com a decisão daquelas.

Art. 89. Sempre que o objeto da decisão puder ser decomposto em questões ou parcelas distintas, cada uma será votada separadamente, desde que assim o decida, em preliminar, o respectivo Colegiado.

Art. 90. Processos conexos serão objeto de um só julgamento, fazendo-se o apensamento devido, a critério do Relator, observado o disposto nos arts. 156 e 157 deste Regimento.

Art. 91. Processos que versem sobre a mesma questão, e que apresentem aspectos peculiares, poderão ser julgados conjuntamente.

Art. 92. Poderá o Tribunal, por proposta fundamentada do Presidente da Sessão, de Conselheiro, Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, sobrestar a apreciação de processo por motivo relevante que possa influenciar sua apreciação, para determinar medidas saneadoras, quando forem insuficientes os elementos de convicção sobre questões preliminares ou de mérito.

Art. 93. Na fase de discussão, qualquer Conselheiro poderá pedir vista do processo.

§ 1º Após elaboração das notas taquigráficas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, contados da data da sessão, o processo será remetido à Secretaria competente que o encaminhará ao Conselheiro que pediu vista, certificando a data do encaminhamento, para contagem do prazo de até 30 (trinta) dias para nova inclusão em pauta.

§ 2º Ao final do prazo de 30 (trinta) dias, a Secretaria competente incluirá o processo, automaticamente, na pauta da sessão subsequente, adotando as providências necessárias à respectiva publicação, salvo se o Conselheiro determinar a inclusão em prazo menor.

§ 3º Não será admitido pedido de vista nos casos de apreciação de proposta de reforma do Regimento Interno e de medidas cautelares, devendo o Relator, neste último caso, encaminhar aos membros do Colegiado e do Ministério Público junto ao Tribunal o relatório, para conhecimento da matéria, antes da realização da sessão.

Art. 94. O Conselheiro substituto que pedir vista de processo será convocado pelo Presidente do Colegiado para proferir seu voto, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

Art. 95. Ficará adiado o julgamento do processo, em virtude de vista concedida, não podendo o Relator e os demais Conselheiros alterarem seu voto até o retorno do processo para deliberação.

Art. 96. Terminado o julgamento, o Presidente proclamará o resultado, não podendo ser alterada a deliberação, exceto nos casos de inexatidão material ou erro de cálculo, quando poderá ser retificada de ofício ou mediante solicitação formulada ao respectivo Colegiado por Conselheiro, Auditor, parte ou representante do Ministério Público junto ao Tribunal.

Parágrafo único. Se a retificação for efetuada após a comunicação oficial a quem couber cumprir a deliberação, será feita nova intimação.

Art. 97. No caso de aprovação por unanimidade, sem qualquer discussão ou divergência, e não havendo sustentação oral, as notas taquigráficas serão substituídas, nos autos, por certidão datada e assinada pelo Taquígrafo-Redator e pelo titular da unidade competente.

Parágrafo único. Nos processos sujeitos à deliberação por parecer, nos termos do inciso II do art. 200 deste Regimento, as notas taquigráficas serão juntadas aos autos.

Art. 98. Os votos, pronunciamentos e apartes registrados pela unidade de taquigrafia não poderão ser alterados ou modificados no seu conteúdo ou substância, quando revistos.

§ 1º As notas taquigráficas deverão ser revisadas em até 5 (cinco) dias, contados da data de seu recebimento.

§ 2º Se não devolvidas no prazo a que se refere o parágrafo anterior, o processo deverá ser remetido à unidade competente, que promoverá a juntada das notas taquigráficas originais aos autos, com a observação de não terem sido revisadas.

Seção V

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 99. Após a leitura do relatório e encerrada a discussão da matéria, o Presidente tomará os votos iniciando pelo do Relator, seguindo-se o do Revisor, se houver, e os dos demais Conselheiros, observada a ordem sequencial, nos termos do § 1º do art. 68 deste Regimento.

Parágrafo único. O Conselheiro não poderá abster-se de votar o mérito, mesmo quando vencido na preliminar, salvo caso de impedimento ou suspeição.

Art. 100. Na apuração dos votos, serão computados aqueles já proferidos, na sessão anterior, pelos Conselheiros ou seus substitutos, ainda que não compareçam à sessão seguinte ou que tenham deixado o exercício do cargo.

Art. 101. Se na votação de questão global indivisível ou das questões ou parcelas distintas, pela diversidade das propostas resultantes da votação, nenhuma alcançar a maioria, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

I - serão colocadas em votação, inicialmente, as duas primeiras propostas apresentadas, considerando-se eliminada a que não lograr maioria, devendo a remanescente ser submetida novamente à votação com a proposta seguinte, observando-se a ordem de votação, procedendo-se assim com as restantes, até que fiquem só duas;

II - das duas propostas restantes, será declarada vencedora a que reunir maior número de votos.

Parágrafo único. Se a divergência ocorrer na Câmara, a matéria será encaminhada ao Tribunal Pleno, consoante inciso III do art. 26 deste Regimento, observando-se o disposto nos incisos I e II do caput deste artigo.

Art. 102. Antes de proclamado o resultado da votação, qualquer Conselheiro poderá modificar seu voto.

TÍTULO IV

DO PROCESSO EM GERAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 103. O processo e os procedimentos no Tribunal reger-se-ão pelas disposições gerais constantes neste Título, ressalvadas as normas específicas em contrário.

Art. 104. No âmbito do Tribunal, além dos princípios gerais que regem o processo civil e administrativo, deverão ser observados os princípios da oficialidade e da verdade material.

CAPÍTULO II

DO RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

Art. 105. Todos os documentos e expedientes, referentes aos assuntos de competência do Tribunal, serão recebidos e protocolizados pela unidade competente, observada a forma de entrega estabelecida em ato normativo próprio.

§ 1º A protocolização compreende o registro de entrada de documento ou expediente no Tribunal, contendo número de ordem, data e horário do registro.

§ 2º Os documentos e expedientes deverão estar redigidos de forma clara e precisa, com a indicação da origem, o assunto, a qualificação, a assinatura e o endereço completo do signatário.

§ 3º Somente serão recebidos documentos por disquete, CD ou por outro meio material equivalente nas hipóteses previstas nas normas legais e regulamentares pertinentes.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, a versão impressa será disponibilizada se determinado pelo Tribunal.

Art. 106. O documento ou expediente que fizer referência a mais de um processo será fotocopiado e protocolizado em número correspondente, mantendo as fotocópias vínculo indicativo com o original.

§ 1º Documentos distintos, encaminhados por meio de um único ofício, receberão número de protocolo individualizado e deverão estar acompanhados de cópia do respectivo ofício.

§ 2º Em se tratando de cumprimento de diligência e apresentação de defesa dentro do prazo fixado, a Secretaria competente promoverá a juntada da documentação aos respectivos autos e, nos demais casos, fará o encaminhamento ao Relator ou ao Presidente.

Art. 107. A correspondência oficial, de natureza sigilosa ou dirigida a autoridade, será encaminhada lacrada ao respectivo destinatário, com a indicação, no envelope, do número de registro no sistema informatizado.

Parágrafo único. A correspondência de natureza sigilosa, sem a identificação da unidade destinatária, será encaminhada à Presidência do Tribunal pela unidade competente.

Art. 108. É permitida a utilização de sistema de transmissão, tipo fac-símile, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita, com indicação obrigatória do número do processo a que se refere, bem como da qualificação completa do requerente, devendo ser encaminhados durante o horário de expediente do Tribunal.

§ 1º A utilização de sistema de transmissão tipo fac-símile não prejudica o cumprimento dos prazos, devendo os originais ser entregues no Tribunal em até 5 (cinco) dias, contados da data de seu término, sob pena de ser desconsiderada a prática do ato pelo Relator.

§ 2º Aquele que fizer uso do sistema de transmissão, a que se refere o caput deste artigo, torna-se responsável pela qualidade e fidedignidade do material transmitido, bem como por sua entrega no Tribunal.

Art. 109. Os documentos e expedientes que não atenderem ao disposto neste Capítulo serão encaminhados ao Relator acompanhados de certificação circunstanciada do responsável pela unidade competente.

Art. 110. O recebimento de documentos por outros meios de processamento eletrônico terá sua regulamentação e operacionalização estabelecidas em ato normativo próprio.

CAPÍTULO II

DA AUTUAÇÃO

Art. 111. Somente serão autuados os documentos, de origem interna ou externa, que exijam tramitação e instrução específicas para deliberação do Tribunal, devendo, para tanto, receber numeração e ser classificados segundo as naturezas previstas em ato normativo próprio.

Art. 112. Não serão autuados os documentos quando se tratar de:

I - simples comunicação;

II - pedido de informações relativas a processos em tramitação ou encerrados;

III - expedientes originários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público Estadual e dos demais órgãos da Administração Direta e Indireta que requeiram informações do Tribunal;

IV - mandados originários do Poder Judiciário que requeiram a manifestação do Tribunal na qualidade de parte ou litisconsorte em processos judiciais;

V - demais expedientes internos e externos que tenham natureza de ofício ou correspondência.

Parágrafo único. Os documentos de que trata o caput deste artigo, depois de analisados e adotadas as providências cabíveis, serão arquivados, ressalvados os casos em que contiverem informações essenciais à formação de convencimento para fins de deliberação, quando, após determinação do Relator, serão juntados aos respectivos autos.

CAPÍTULO IV

DA DISTRIBUIÇÃO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 113. Na distribuição, serão observados os princípios da publicidade, da alternatividade e da aleatoriedade.

Parágrafo único. A distribuição deverá ser equânime, de forma a assegurar o equilíbrio quantitativo do volume de processos da mesma classe entre os Relatores e os membros do Ministério Público, observados os critérios estabelecidos em ato normativo próprio.

Art. 114. A distribuição será feita por meio eletrônico, imediata e automaticamente após o recebimento da documentação, incluída a enviada por meio de sistema informatizado e fac-símile, sendo proibida a interferência de qualquer pessoa durante o procedimento.

§ 1º A distribuição será registrada em sistema informatizado, no qual constarão, dentre outras informações, o número, a natureza e a sinopse do objeto do processo, o nome do Relator, a data em que foi efetuada e, se for o caso, o nome do Revisor e do Auditor.

§ 2º No caso de impedimento do Relator sorteado, haverá nova distribuição, fazendo-se a devida compensação.

§ 3º Os procedimentos de distribuição serão supervisionados pela Secretaria Geral.

§ 4º O procedimento de distribuição poderá ser impugnado mediante pedido escrito ao Presidente do Tribunal em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da publicação.

§ 5º As petições de recursos, esclarecimentos, defesas e outros documentos que visem ao resguardo de prazo processual poderão ser encaminhados ao Tribunal por meio de fac-símile ou meio eletrônico, devendo o interessado apresentar os originais no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de serem desconsiderados.

Art. 115. Serão redistribuídos ao Presidente, cujo mandato se encerrar, os processos da relatoria daquele que o suceder.

Parágrafo único. Não haverá distribuição de processo ao Conselheiro eleito Presidente a partir do dia da sua posse, salvo daqueles cujo exame seja da sua competência privativa.

Art. 116. Em caso de restauração de autos, será mantido o mesmo Relator que houver funcionado no processo, se em exercício.

Art. 117. Se dois ou mais processos se referirem a matéria conexa, serão distribuídos, por dependência, a um só Relator, observado o disposto no art. 156 deste Regimento, e serão objeto de um só julgamento.

Art. 118. O recurso ordinário não poderá ser distribuído ao Redator do acórdão recorrido.

Art. 119. Os recursos interpostos por diferentes interessados contra a mesma decisão serão distribuídos ao Conselheiro sorteado como Relator do primeiro deles.

Art. 120. O agravo e os embargos de declaração serão distribuídos ao Relator da decisão recorrida.

Art. 121. O pedido de reexame será distribuído a Relator, observado o disposto no parágrafo único do art. 350 deste Regimento.

Art. 122. O pedido de rescisão será distribuído a um Relator que não tenha funcionado, nessa qualidade, no julgamento que lhe tenha dado causa ou nos recursos interpostos.

Art. 123. Os processos de monitoramento serão distribuídos ao Conselheiro ou ao Auditor que originalmente relatou a decisão a ser monitorada.

Parágrafo único. No caso de decisão originada de voto que não o do Relator, o respectivo processo de monitoramento deverá ser distribuído ao Conselheiro ou Auditor que proferiu o primeiro voto ou proposta de voto vencedor.

Art. 124. O processo terá o mesmo Relator até definitiva decisão.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, também, aos casos de reabertura de processo já arquivado por força de decisão terminativa, ressalvadas as exceções expressamente previstas neste Regimento.

Art. 125. Ocorrendo vacância do cargo de Conselheiro ou afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias, o Presidente do Tribunal designará Auditor para atuar nos processos de sua relatoria.

§ 1º O Auditor designado contará com o apoio da assessoria do Conselheiro afastado ou que deixou o cargo.

§ 2º Não sendo possível a designação de Auditor, os processos considerados urgentes, nos termos do art. 147 deste Regimento, serão redistribuídos a todos os relatores, observados os princípios do art. 113 deste Regimento.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

Art. 126. Em caso de férias regulamentares ou outros afastamentos de Conselheiro por prazo igual ou inferior a 30 (trinta) dias, os processos considerados urgentes, nos termos do art. 147 deste Regimento, serão redistribuídos a todos os relatores, observados os princípios do art. 113 deste Regimento.

(Artigo com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

Art. 127. Cessada a situação que ensejou a designação ou a redistribuição de que tratam os arts. 125 e 126 deste Regimento, os processos retornarão, de imediato, à relatoria do Conselheiro de origem.

Art. 128. Ocorrendo a vacância do cargo de Auditor ou afastamento por prazo superior a 45 (quarenta e cinco) dias, os processos de sua Relatoria serão redistribuídos aos demais Relatores, temporariamente, no caso de afastamento, e definitivamente, no caso de vacância.

(Artigo com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 1º *(Revogado pelo art. 5º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)*

§ 2º *(Revogado pelo art. 5º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)*

§ 3º *(Revogado pelo art. 5º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)*

Art. 129. Em caso de afastamento de Auditor Relator, por prazo igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco dias) dias, os processos considerados urgentes, nos termos do art. 147 deste Regimento, serão redistribuídos temporariamente aos demais relatores.

(Artigo com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

Art. 130. Cessada a situação que ensejou a redistribuição de que tratam os arts. 128 e 129 deste Regimento, os processos retornarão, de imediato, à relatoria do Auditor de origem.

CAPÍTULO V

DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 131. Aplicam-se aos Conselheiros, aos Auditores e aos Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal, no que couber, as hipóteses de impedimento e suspeição previstas no Código de Processo Civil.

Parágrafo único. O impedimento, de caráter objetivo, ocorrerá nas situações previstas no art. 134 do Código de Processo Civil e a suspeição, de caráter subjetivo, nas hipóteses do art. 135 do referido diploma legal.

Art. 132. O reconhecimento voluntário da suspeição ou do impedimento será declarado nos autos, que serão encaminhados à redistribuição, na forma deste Regimento.

Parágrafo único. Se, durante o julgamento, Conselheiro, Auditor, ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal considerar-se impedido ou suspeito, deverá declarar o fato verbalmente, procedendo-se ao respectivo registro em ata e nas notas taquigráficas.

Seção II

DO INCIDENTE DE IMPEDIMENTO E DE SUSPEIÇÃO

Art. 133. Os responsáveis ou interessados bem como o Ministério Público junto ao Tribunal poderão suscitar as suspeições e os impedimentos em petição fundamentada, devidamente instruída, e dirigida ao Relator do processo que poderá reconhecê-los ou não.

§ 1º Havendo o reconhecimento pelo Relator, os autos serão encaminhados à redistribuição.

§ 2º Em caso contrário, serão os autos encaminhados ao Presidente do Tribunal que determinará a autuação do incidente em autos apartados.

Art. 134. A petição poderá ser liminarmente indeferida pelo Presidente, em despacho fundamentado, se:

I - for manifestamente impertinente, inepta ou protelatória;

II - firmada por parte ilegítima.

Art. 135. Recebido o incidente, o Presidente do Tribunal decidirá, preliminarmente, sobre a concessão de efeito suspensivo.

Art. 136. O Presidente do Tribunal concederá o prazo de 05 (cinco) dias para a manifestação do Relator ou do Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal envolvido no incidente.

Art. 137. Concluída a instrução, o Presidente fará o relatório, no prazo de 15 (quinze) dias, e determinará a inclusão do incidente na pauta de julgamento do Tribunal Pleno.

Art. 138. Reconhecida a suspeição ou impedimento pelo Tribunal Pleno, o processo será distribuído a novo Relator ou substituído o Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, conforme o caso, para atuar no processo principal, determinando-se o arquivamento do incidente mediante certidão nos autos.

Art. 139. Em caso de impedimento ou suspeição do Presidente, o Relator do incidente será o Vice-Presidente.

CAPÍTULO VI

DA INSTRUÇÃO, DA TRAMITAÇÃO E DO RITO

Seção I

DA INSTRUÇÃO

Art. 140. O Relator presidirá a instrução do processo, determinando, mediante despacho de ofício ou por provocação da unidade técnica competente, do Ministério Público junto ao Tribunal, do responsável ou do interessado, as medidas necessárias ao saneamento dos autos.

§ 1º A instrução compreende o exame pela unidade técnica competente, a realização de diligência, inspeção, auditoria, intimação e demais providências necessárias à elucidação dos fatos e apuração de responsabilidades.

§ 2º Considera-se diligência toda requisição de documentos, pedido de esclarecimentos complementares ou de providências necessárias à instrução do processo.

§ 3º O Relator poderá, mediante portaria, delegar competência a titular de unidade técnica competente para a instrução do processo, nos termos do art. 112 da Lei Complementar nº 102/2008, excetuadas as determinações de inspeção, auditoria e citação, fixando o alcance e a responsabilidade por meio do ato de delegação.

Art. 141. O relatório da unidade técnica competente deverá ser conclusivo, contendo os fatos, a fundamentação e a sugestão das recomendações.

Art. 142. A juntada de documentos e o apensamento e desapensamento de processos somente poderão ser determinados pelo Relator ou pelo Colegiado competente, salvo quando houver delegação, fazendo-se constar termo nos autos.

§ 1º O desentranhamento de documentos é de exclusiva competência do Relator ou do Colegiado competente.

§ 2º Nas inspeções ou auditorias, a documentação que tiver sido recolhida ou requisitada será juntada aos autos pela unidade técnica competente.

§ 3º O Ministério Público junto ao Tribunal poderá proceder à juntada de documentos, no exercício de sua competência.

Art. 143. Encerrada a instrução processual, esta só poderá ser reaberta por determinação do Relator, de ofício ou mediante pedido fundamentado de Conselheiro, Auditor ou Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal.

Seção II

DA TRAMITAÇÃO

Art. 144. Considera-se tramitação a movimentação física de processo ou documento de um setor para outro.

Parágrafo único. Toda a tramitação processual será registrada em sistema informatizado de controle de processo, resguardadas a integridade e a confiabilidade dos dados e obedecidos os critérios de padronização estabelecidos em ato normativo expedido pela Presidência.

Art. 145. Para exame e tramitação de processos no âmbito do Tribunal serão observados os prazos fixados em ato normativo próprio.

§ 1º A fixação dos prazos ocorrerá em função das diretrizes estabelecidas pelo Tribunal em seu plano de metas definido para o exercício.

§ 2º Os prazos a que se refere o parágrafo anterior serão suspensos quando forem realizadas diligências ou adotadas outras providências saneadoras, bem como nos afastamentos regimentais do Relator sem indicação de substituto ou sobrestamento do processo.

Art. 146. A tramitação de papéis e processos, incluídos os de caráter reservado, será disciplinada em ato normativo próprio.

Art. 147. Consideram-se urgentes, e nessa qualidade terão tramitação preferencial, os papéis e processos referentes a:

I - solicitações de realização de inspeções e auditorias formuladas pela Assembleia Legislativa e pelas Câmaras Municipais;

II - consultas;

III - denúncias;

IV - representações;

V - medidas cautelares;

VI - exame prévio de instrumento convocatório;

VII - casos em que o retardamento possa representar dano ao erário;

VIII - recursos previstos em lei e neste Regimento;

IX - matérias assim deliberadas pelo Colegiado competente, por solicitação fundamentada de Conselheiro ou Auditor.

Seção III

DO RITO ORDINÁRIO

Art. 148. Os processos autuados no Tribunal observarão o rito ordinário estabelecido nesta Seção, ressalvados aqueles para os quais exista previsão, neste Regimento, de rito especial.

Art. 149. Protocolizado, autuado e distribuído, o processo será encaminhado diretamente à unidade técnica competente, ressalvadas as hipóteses que comportem o juízo de admissibilidade, quando serão remetidos, preliminarmente, ao Presidente ou ao Relator, conforme o caso.

Art. 150. Recebido o processo, a unidade técnica competente prestará informação circunstanciada e o encaminhará ao Relator.

Art. 151. Determinada a abertura do contraditório ou a realização de diligência, o processo será remetido à unidade competente para que formalize a citação ou intimação e o controle de prazo.

§ 1º O prazo para apresentação de defesa será de 30 (trinta) dias improrrogáveis.

§ 2º As diligências determinadas pelo Tribunal deverão ser cumpridas no prazo de 15 (quinze) dias, se outro não for fixado pelo Relator.

Art. 152. Quando houver manifestação do responsável ou interessado, os autos serão remetidos à unidade técnica competente para análise, após o que, observar-se-á o disposto no art. 153 deste Regimento, salvo determinação contrária do Relator.

Parágrafo único. Não havendo manifestação, no prazo fixado, o responsável será considerado revel, seguindo o processo a tramitação prevista no art. 153 deste Regimento.

Art. 153. Após a instrução, os autos serão remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para emissão de parecer escrito, nos casos especificados no inciso IX do art. 61 deste Regimento, e, em seguida, conclusos ao Relator, que elaborará relatório, enviando o processo à unidade competente para inclusão em pauta.

Parágrafo único. O Auditor Relator elaborará relatório e proposta de voto, enviando o processo à unidade competente para inclusão em pauta.

Art. 154. Transcorridos os prazos para interposição de recursos pelos recorrentes elencados no art. 325 deste Regimento, a Secretaria do Colegiado competente lavrará a certidão de trânsito em julgado da decisão do Tribunal.

(Artigo com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

Parágrafo único. Certificado o trânsito em julgado, o processo será encaminhado, quando for o caso, à unidade responsável pela certidão de débito e multa e ao gerenciamento do cadastro de inadimplentes do Tribunal, para as providências necessárias.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

Art. 155. Os processos referentes à admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, após a respectiva apreciação, serão encaminhados à unidade técnica competente, para registro e devolução da documentação original à unidade jurisdicionada.

CAPÍTULO VII

DO APENSAMENTO DE PROCESSOS E DA FORMAÇÃO DE APARTADOS

Seção I

DO APENSAMENTO DE PROCESSOS

Art. 156. O apensamento de processos, em caráter definitivo ou temporário, decorrente de dependência, conexão ou continência, observará as disposições específicas do Código de Processo Civil.

§ 1º O apensamento definitivo ou anexação de processos ocorre quando se referirem à mesma parte, contiverem o mesmo assunto e não comportarem decisões conflitantes.

§ 2º O apensamento provisório é a junção temporária de um processo a outro, por conveniência ou em razão de dificuldades técnicas ou operacionais, com a finalidade de propiciar sua melhor instrução, estudo, informações, visando à uniformidade de tratamento de matérias semelhantes, em processos relativos ao mesmo interessado ou não.

Art. 157. Compete ao Presidente do Tribunal, mediante solicitação do Relator, determinar o apensamento ou desapensamento de autos, ouvido o Relator do outro processo, ressalvados os processos de mesma relatoria.

Parágrafo único. O apensamento poderá ser solicitado por Auditor, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, Diretor de unidade técnica do Tribunal e pela parte.

Art. 158. O apensamento não será feito quando deste ato resultar prejuízo para a tramitação do processo, devendo a unidade competente, se necessário, extrair cópias de um processo para juntada no outro, certificando sua autenticidade.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, os processos conexos não serão apensados nas seguintes hipóteses:

- a) para evitar prescrição e decadência;
- b) se na data em que se verificar a conexão um dos processos já estiver com a instrução concluída;
- c) quando, na data em que se verificar a conexão, um dos processos estiver em grau de recurso.

Art. 159. Os conflitos de competência decorrentes de apensamento, definitivo ou provisório, ou de desapensamento de processos serão resolvidos:

- I - pela Câmara, se os Relatores integrarem a mesma Câmara;
- II - pelo Tribunal Pleno, se os Relatores integrarem Câmaras diferentes ou se o conflito não puder ser resolvido pela Câmara.

Art. 160. A tramitação do processo e a prática de atos processuais, quando se tratar de matérias conexas, terão sequência naquele que estiver em fase mais adiantada de instrução, passando esse processo a ser identificado como principal e o processo dependente como apenso.

Seção II

DA FORMAÇÃO DE APARTADOS

Art. 161. Verificada a necessidade de ser examinada a matéria em processo distinto, deverá ser formado processo apartado, de natureza semelhante ou diversa do processo originário, mediante o desmembramento ou reprodução de peças do processo original.

§ 1º O processo apartado estará sujeito às mesmas regras de formação estabelecidas para os demais processos.

§ 2º Quando a instrução do processo apartado for de competência de outra unidade do Tribunal, o processo será a ela encaminhado.

Art. 162. Compete ao respectivo Colegiado determinar a formação de apartados.

CAPÍTULO VIII

DAS PARTES E DOS PROCURADORES

Art. 163. São partes no processo os responsáveis e os interessados.

§ 1º Responsável é todo aquele sujeito à jurisdição do Tribunal, nos termos das Constituições da República e do Estado, do art. 2º da Lei Complementar nº 102/2008 e respectiva legislação aplicável.

§ 2º Interessado é aquele que, em qualquer etapa do processo, tenha reconhecida, pelo Relator ou pelo Tribunal, razão legítima para intervir no processo.

Art. 164. As partes podem praticar os atos processuais diretamente ou por intermédio de procurador regularmente constituído.

§ 1º Constatado vício na representação da parte, será fixado prazo de 15 (quinze) dias, para que o responsável ou interessado promova a regularização, sob pena de serem desconsiderados os atos praticados pelo procurador.

§ 2º A atuação de procurador no processo somente se dará com a juntada do instrumento de mandato, pressuposto essencial para sua atuação nos termos dos poderes a ele conferidos.

§ 3º No caso de advogado ou procurador que renunciar ao mandato, ele continuará, durante os 10 (dez) dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

Art. 165. O Tribunal manterá, nos termos de ato normativo próprio, Cadastro de Jurisdicionados contendo a qualificação completa de todas as pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, sujeitas à sua jurisdição, que estejam obrigadas, na forma da lei, a prestar contas sobre dinheiro, bens e valores públicos.

CAPÍTULO IX

DA CITAÇÃO E DA INTIMAÇÃO

Art. 166. A integração dos responsáveis e interessados no processo, bem como a comunicação dos atos e decisões do Tribunal, serão feitas mediante:

I - citação, pela qual o Tribunal dará ciência ao responsável de processo contra ele instaurado, chamando-o para se defender;

II - intimação, nos demais casos.

§ 1º A citação e a intimação serão feitas:

I - por meio do Diário Oficial de Contas;

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

II - por via postal ou telegráfica;

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

III - pessoalmente, por servidor designado, mediante determinação do Relator ou do Tribunal, quando a segurança ou a urgência dos atos processuais justificarem a medida;

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

IV - com hora certa, para cumprimento da citação pessoal, se o servidor designado houver procurado o responsável ou interessado em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, e existindo suspeita de ocultação, hipótese em que deverá intimar a qualquer pessoa da família, ou, em sua falta, a qualquer vizinho, comunicando que no dia imediato voltará, a fim de efetuar a citação ou intimação, na hora que designar, observado o disposto nos arts. 228 e 229 do Código de Processo Civil;

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

V- por edital, publicado no Diário Oficial de Contas, quando o responsável ou interessado não for localizado, independentemente de despacho do Relator ou ordem do Tribunal.

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

VI - por meio eletrônico, quando a circunstância assim o exigir, em especial, na hipótese do art. 95 da Lei Complementar nº 102/2008;

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

VII - por fac-símile, quando a circunstância assim o exigir, em especial, na hipótese do art. 95 da Lei Complementar nº 102/2008.

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 2º As citações serão realizadas por via postal e comprovadas mediante juntada aos autos do aviso de recebimento entregue no domicílio ou residência do destinatário, contendo o nome de quem o recebeu.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 3º As intimações serão realizadas por meio de publicação no Diário Oficial de Contas e comprovadas mediante juntada aos autos da correspondente certidão.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 4º O Relator poderá optar, justificadamente e de forma expressa, por qualquer meio de comunicação, comprovado mediante juntada aos autos da correspondente certidão.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 5º O comparecimento espontâneo do responsável ou interessado supre a citação ou intimação, quando lhe for dada ciência dos termos do despacho ou da decisão, assumindo o interessado ou responsável o processo na fase em que esse se encontrar.

§ 6º Se comparecer a parte apenas para alegar nulidade da citação, considera-se esta feita na data da intimação da decisão que decretar a nulidade do procedimento.

§ 7º O responsável ou interessado que não atender à citação determinada pelo Relator ou pelo Tribunal será considerado revel para todos os efeitos previstos na legislação processual civil.

§ 8º A unidade competente deverá certificar nos autos se houve, ou não, manifestação dos citados e intimados.

Art. 167. A comunicação dos atos e decisões do Tribunal presume-se perfeita com a publicação no Diário Oficial de Contas, salvo as exceções previstas em lei e neste Regimento.

(Artigo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

Art. 167-A. A intimação do Ministério Público junto ao Tribunal relativa às decisões proferidas pelo Pleno e pelas Câmaras dar-se-á com a publicação, no Diário Oficial de Contas, do parecer prévio, nos termos do art. 207 deste Regimento, e do acórdão, quando atuar como fiscal da lei, e mediante intimação pessoal, com o envio dos autos pela Secretaria, quando atuar como parte no processo.

(Artigo acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009 - redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 1º Quando o Ministério Público junto ao Tribunal atuar como fiscal da lei, havendo carga dos autos pelo interessado no curso de prazo recursal comum, será suspensa a contagem de seu prazo para a interposição de recurso, ocorrendo o mesmo em relação ao prazo do interessado, quando o Ministério Público junto ao Tribunal fizer carga dos autos em prazo recursal comum.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 2º Havendo a suspensão de prazo recursal prevista no dispositivo anterior, a Secretaria comunicará ao interessado ou ao Ministério Público junto ao Tribunal a devolução dos autos e a retomada da contagem do prazo.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 3º Quando o Ministério Público de Contas atuar como parte, o prazo recursal será sucessivo, correndo primeiro o prazo deste e, em seguida, o prazo do interessado.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 4º A intimação pessoal do Ministério Público junto ao Tribunal, nos processos em que este atue como parte, considera-se realizada com o recebimento dos autos pela sua Secretaria, sendo que, vencido o prazo recursal, com ou sem recurso, os autos deverão ser imediatamente restituídos à Secretaria do Colegiado competente.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 5º A interposição de recurso pelo Ministério Público junto ao Tribunal ou pelo interessado devolve toda a matéria do processo à apreciação do colegiado competente, vedada a possibilidade de, havendo apenas recurso do interessado, a reforma da decisão implicar prejuízo ao recorrente.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 3º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

CAPÍTULO X

DOS PRAZOS

Art. 168. Os prazos contam-se dia a dia, a partir da data:

I - da juntada aos autos do mandado de citação ou intimação, quando forem efetivadas pessoalmente, ou na pessoa do procurador ou do representante legal, incluída a por hora certa;

II - da juntada aos autos do Aviso de Recebimento, quando a citação ou intimação forem efetivadas por via postal;

III - da juntada aos autos de documento que ateste o encaminhamento da citação ou intimação, se forem efetivadas por via telegráfica, por meio eletrônico ou fac-símile;

IV - da publicação de edital no Diário Oficial de Contas.

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

V - da publicação da intimação no Diário Oficial de Contas, observado o que dispõe o § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 111, de 13 de janeiro de 2010.

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 1º Quando forem vários os responsáveis ou interessados, o prazo começará a contar da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou do mandado citatório cumprido.

§ 2º *(Revogado pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)*

Art. 169. As alterações de publicação, incluídas as relativas à citação ou intimação, importam em devolver o prazo ao responsável ou interessado.

Art. 170. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contínuos, não se interrompendo nem se suspendendo nos finais de semana e feriados e serão computados, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 1º Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a intimação.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o seu término coincidir com final de semana, feriado, ou dia em que o Tribunal não esteja em funcionamento regular ou que tenha encerrado o expediente antes da hora normal.

CAPÍTULO XI

DO SOBRESTAMENTO

Art. 171. No caso de a decisão de mérito depender da verificação de determinado fato que seja objeto de julgamento de outro processo ou de matéria sub judice, poderá o Colegiado competente determinar o sobrestamento dos autos.

Parágrafo único. Da decisão de sobrestamento deverão constar, de forma específica e detalhada, o fato que o ensejou e a indicação de sua relevância para o deslinde do processo.

CAPÍTULO XII

DAS NULIDADES

Art. 172. O Tribunal ou o Relator, observada a respectiva competência, declarará a nulidade, de ofício, se absoluta, ou por provocação da parte ou do Ministério Público junto ao Tribunal, em qualquer caso.

§ 1º São absolutas, dentre outras hipóteses, as nulidades correspondentes à ausência de citação para o exercício do contraditório e da ampla defesa, à inobservância das causas de impedimento previstas neste Regimento e à ausência de fundamentação nas decisões de que possa resultar prejuízo às partes e ao erário.

§ 2º Não se tratando de nulidade absoluta, considerar-se-á válido o ato que, praticado de outra forma, tiver atingido o seu fim.

§ 3º No caso de a provocação de nulidade ser feita pelo responsável ou interessado, ela deverá ser alegada na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, sob pena de preclusão.

Art. 173. As citações e as intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições contidas neste Regimento, podendo a nulidade ser declarada de ofício, ressalvado o comparecimento do responsável ou interessado, convalidando os atos instrutórios já praticados, desde que demonstrado não ter havido prejuízo à defesa.

Art. 174. Declarada a nulidade do ato, restarão nulos os atos subsequentes.

§ 1º A nulidade de uma parte do ato, porém, não prejudicará as outras que dela sejam independentes.

§ 2º Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo à parte, ao erário, à apuração dos fatos ou à deliberação adotada.

§ 3º Declarada a nulidade em fase recursal, compete:

I - ao Relator do recurso declarar os atos a que ela se estende;

II - ao Conselheiro ou Auditor, sob cuja relatoria o ato declarado nulo foi praticado, ou ao seu sucessor ordenar as providências necessárias para a repetição ou retificação do ato.

Art. 175. A parte não poderá arguir nulidade a que haja dado causa ou para a qual tenha, de qualquer modo, contribuído.

CAPÍTULO XIII

DO ARQUIVAMENTO

Art. 176. O processo será arquivado nos seguintes casos:

- I - decisões definitivas transitadas em julgado, após a adoção das providências necessárias;
- II - trancamento de contas consideradas ilíquidas pelo Tribunal;
- III - decisão terminativa por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;
- IV - quando tenha o processo cumprido o objetivo para o qual foi constituído;
- V - nos demais casos previstos neste Regimento.

§ 1º O arquivamento de processo será determinado pelo Colegiado competente, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento.

§ 2º O Tribunal disciplinará em ato normativo próprio os procedimentos de guarda, gerenciamento, preservação e consulta de processo arquivado.

Art. 177. A título de racionalização administrativa e economia processual, e com o objetivo de evitar que o custo da cobrança seja superior ao valor devido, o Tribunal poderá determinar o arquivamento do processo, sem cancelamento do valor respectivo, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para lhe ser dada quitação.

§ 1º O valor devido será inscrito em cadastro de inadimplentes, mantido pelo Tribunal, dando-se ciência da inscrição ao devedor.

§ 2º O custo da cobrança a que se refere o caput deste artigo corresponderá ao valor de alçada estabelecido pela Advocacia Geral do Estado para fins de execução.

Art. 178. Os processos serão desarquivados nos seguintes casos:

- I - para encaminhamento à cobrança judicial, quando o somatório dos débitos do devedor, atualizados na forma prevista neste Regimento, ultrapassar a quantia referida no § 2º do artigo anterior;
- II - quando o responsável comprovar o recolhimento do débito, devidamente atualizado monetariamente e acrescido dos juros legais, dando-se-lhe quitação;
- III - quando cessarem as causas que ensejaram o arquivamento em decisões terminativas;
- IV - quando o Relator ou o Tribunal assim o determinar.

CAPÍTULO XIV

DA RECONSTITUIÇÃO E DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 179. Ocorrendo desaparecimento, extravio ou destruição de autos, aquele que primeiro tomar conhecimento do fato deverá de imediato cientificar o Presidente do Tribunal que submeterá a matéria ao Corregedor para instauração de sindicância.

Parágrafo único. Independentemente da instauração de sindicância e de sua conclusão, o Presidente, caso os documentos ou processos não sejam recuperados, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da instauração da sindicância, determinará a sua reconstituição ou restauração, observada a regulamentação estabelecida em ato normativo próprio.

Art. 180. Após a reconstituição ou restauração, os autos seguirão tramitação regular.

Art. 181. Encontrado o processo original, os autos suplementares serão a ele apensados com as certificações devidas, passando a figurar como processo principal aquele que estiver em fase mais adiantada de instrução.

Art. 182. Quem tiver dado causa à perda, extravio ou destruição de autos responderá pelas despesas de reconstituição, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

TÍTULO V
DO DIREITO DE DEFESA
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 183. Aos responsáveis e aos interessados nos processos de competência do Tribunal serão assegurados a ampla defesa e o contraditório da seguinte forma:

- I - vista e cópia dos autos;
- II - apresentação de documentos, justificativas e alegações escritas;
- III - sustentação oral, perante o Tribunal Pleno e as Câmaras;
- IV - obtenção de certidões e informações;
- V - conhecimento das decisões do Tribunal;
- VI - interposição de recursos.

Parágrafo único. A ampla defesa e o contraditório poderão ser exercidos pela parte ou por procurador legalmente constituído nos autos.

CAPÍTULO II
DA VISTA E CÓPIA DOS AUTOS

Art. 184. As partes ou seus procuradores legalmente constituídos poderão requerer vista pelo prazo de 5 (cinco) dias e cópia de peças dos autos, mediante pedido escrito dirigido ao Presidente, em se tratando de autos findos, ou ao Relator, em qualquer etapa do processo.

§ 1º O Relator ou o Presidente, mediante portaria, poderá delegar competência aos titulares das Secretarias do Tribunal Pleno ou das Câmaras para autorização de pedido de vista e extração de cópia de processo.

§ 2º Na ausência ou afastamento legal do Relator ou do seu substituto e não havendo delegação de competência, na forma do parágrafo anterior, caberá ao Presidente do respectivo Colegiado decidir sobre os pedidos previstos no caput deste artigo.

§ 3º Independem de autorização a concessão de vista e o fornecimento de cópia de peça de processo às partes ou a seus procuradores, quando os autos estiverem com abertura de vista para manifestação ou interposição de recurso e cumprimento de diligência.

§ 4º O advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil poderá examinar, mesmo sem procuração, autos findos ou processos em andamento que se encontrem na Secretaria, desde que não estejam sujeitos a sigilo.

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, a obtenção de cópia dependerá de autorização do Presidente ou do Relator.

§ 6º Poderão ser indeferidos os pedidos de que trata o caput deste artigo se o processo estiver incluído em pauta e não restar tempo suficiente para a concessão de vista ou extração de cópias.

§ 7º O estagiário de advocacia, regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, somente poderá praticar, isoladamente, os atos previstos no caput quando apresentar procuração conjunta ou substabelecimento do advogado constituído nos autos e original da identidade profissional.

§ 8º A obtenção de cópia de processos dependerá do recolhimento dos respectivos emolumentos.

Art. 185. Estando a parte com vista dos autos, seu respectivo advogado poderá exercê-la fora de Secretaria, observado o prazo concedido.

§ 1º Havendo mais de um responsável ou interessado e sendo comum a eles o prazo, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos poderão seus advogados retirar o processo do Tribunal.

§ 2º As Secretarias manterão registro de carga no qual deverão ser anotados os dados necessários à identificação do processo e do advogado.

§ 3º O advogado retirará os autos mediante apresentação de identificação profissional, fornecimento dos dados solicitados e assinatura no livro de carga, que registrará a quantidade total de páginas e de volumes constantes nos autos.

§ 4º O advogado que deixar de devolver os autos no prazo fixado será intimado a fazê-lo, sob as penas da lei, mediante publicação no Diário Oficial de Contas, envio de fac-símile, mensagem eletrônica ou via postal e perderá o direito a que alude o caput deste artigo, sem prejuízo da representação à Ordem dos Advogados do Brasil, e, se for o caso, do encaminhamento ao Ministério Público junto ao Tribunal para as providências que entender cabíveis.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 5º Na hipótese do parágrafo anterior, considera-se perfeita a intimação formalizada via fac-símile, correio eletrônico ou postal, pela simples comprovação do respectivo encaminhamento, de acordo com os dados fornecidos pelo advogado ao Tribunal, independentemente da pessoa que venha a recebê-la.

§ 6º Se a devolução dos autos não se fizer no prazo legal, mandará o Relator, de ofício, riscar o que neles houver escrito o advogado e desentranhar as alegações e os documentos apresentados.

Art. 186. Havendo fato ou circunstância relevante, no momento da abertura de vista e mediante despacho fundamentado, o Relator poderá determinar a permanência dos autos em Secretaria.

CAPÍTULO III

DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, JUSTIFICATIVAS E ALEGAÇÕES ESCRITAS

Art. 187. Na etapa de instrução, cabe a apresentação de alegações de defesa ou justificativas no prazo determinado quando da citação ou intimação do responsável, salvo na hipótese de fato novo superveniente que afete questão processual ou o mérito do processo, ou se comprovar, dentro daquele prazo, a ocorrência de justa causa, mediante autorização do Relator.

§ 1º Considera-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º O Relator não conhecerá de alegações de defesa ou justificativas adicionais que contrariem o disposto neste artigo.

Art. 188. Em qualquer etapa do processo, desde sua constituição até o momento da inclusão em pauta, é facultada ao responsável ou ao interessado a apresentação de documentos, comprovantes de fato novo superveniente, que afetem questão processual ou o mérito do processo, mediante solicitação dirigida ao Relator.

Parágrafo único. Ao tomar conhecimento do fato novo superveniente, o Relator poderá determinar o reexame da matéria.

Art. 189. Havendo mais de um responsável pelo mesmo fato, a defesa apresentada por um deles aproveitará a todos, mesmo ao revel, no que concerne às circunstâncias objetivas e não aproveitará no tocante aos fundamentos de natureza exclusivamente pessoal.

Art. 190. As provas que a parte quiser produzir perante o Tribunal devem sempre ser apresentadas na forma documental, mesmo as declarações pessoais de terceiros.

Parágrafo único. São inadmissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos.

CAPÍTULO IV

DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Art. 191. No julgamento ou apreciação de processo, salvo no caso de embargos de declaração, as partes poderão, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, produzir sustentação oral, após a apresentação, ainda que resumida, do relatório e antes do voto do Relator, desde que a tenha requerido ao Presidente do respectivo Colegiado até a abertura da sessão.

§ 1º Após o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal, se houver, a parte ou seu procurador falará uma única vez e sem ser interrompido, pelo prazo de até 15 (quinze) minutos, podendo o Presidente do Colegiado, ante a maior complexidade da matéria, prorrogar o tempo por até igual período, se previamente requerido.

§ 2º No caso de procurador de mais de uma parte, aplica-se o prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º Havendo mais de uma parte com procuradores diferentes, o prazo previsto no § 1º deste artigo será duplicado e dividido em frações iguais entre estes, obedecida a ordem de solicitação.

§ 4º Se no mesmo processo houver interesses opostos, observar-se-á, relativamente a cada parte, o disposto nos parágrafos anteriores quanto aos prazos para sustentação oral.

§ 5º Após a sustentação oral, poderão os Conselheiros pedir esclarecimentos que julgarem necessários para sanar dúvidas eventualmente existentes sobre os fatos aduzidos pelas partes ou por seus procuradores.

§ 6º Quando se tratar de julgamento ou apreciação de processo em sessão secreta, o responsável ou interessado e seus procuradores terão acesso à Sala das Sessões ao iniciar-se a apresentação do relatório.

CAPÍTULO V

DA OBTENÇÃO DE CERTIDÕES E INFORMAÇÕES

Art. 192. A todos é assegurada a obtenção de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, mediante pedido escrito formulado ao Presidente.

§ 1º *(Revogado pelo art. 5º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)*

§ 2º O pedido de certidão, se deferido, será encaminhado à Diretoria própria para que seja passada, cabendo ao respectivo Diretor subscrevê-la e encaminhá-la à Secretaria Geral para que seja firmada e entregue ao interessado ou procurador constituído.

Art. 193. Todos têm direito de requerer do Tribunal informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral.

§ 1º O pedido de informações deverá ser formulado por escrito e dirigido ao Relator, se referente a processo em tramitação, e, nos demais casos, ao Presidente do Tribunal.

§ 2º Quando se tratar de informação cujo sigilo seja considerado pelo Tribunal como imprescindível à segurança da sociedade e do Estado e à defesa da intimidade, o requerente será comunicado sobre a impossibilidade de atendimento da solicitação.

§ 3º As informações pertinentes ao trâmite processual serão disponibilizadas por meio de sistema eletrônico de consulta.

Art. 194. As certidões e informações deverão ser fornecidas no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data:

I - de protocolização do pedido no Tribunal, no caso de certidão;

II - do deferimento do pedido, no caso de informação.

Art. 195. O fornecimento de certidões eletrônicas será regulamentado em ato normativo próprio.

TÍTULO VI
DAS DELIBERAÇÕES
CAPÍTULO I
DAS DECISÕES

Art. 196. As decisões do Tribunal poderão ser interlocutórias, definitivas ou terminativas.

§ 1º Interlocutória é a decisão pela qual o Relator ou o Tribunal decide questão incidental, antes de pronunciar-se quanto ao mérito.

§ 2º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal examina o mérito.

§ 3º Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, ou determina o seu arquivamento pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, ou por racionalização administrativa e economia processual.

Art. 197. No início ou no curso de qualquer apuração, havendo fundado receio de grave lesão ao erário ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Tribunal poderá, de ofício ou mediante provocação, determinar medidas cautelares.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser adotadas sem prévia manifestação do responsável ou do interessado, quando a efetividade da medida proposta puder ser obstruída pelo conhecimento prévio.

§ 2º Em caso de comprovada urgência, as medidas cautelares poderão ser determinadas por decisão monocrática, devendo ser submetidas à ratificação do Tribunal, pelo Relator ou, na hipótese de sua ausência, pelo Presidente do respectivo colegiado, na primeira sessão subsequente, sob pena de perder eficácia

(Parágrafo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 23/2013, de 18/12/2013)

§ 3º Na ausência ou inexistência de Relator, compete ao Presidente a adoção de medidas cautelares urgentes.

§ 4º Quando ocorrer a redistribuição temporária de processos, nos termos dos artigos 125 e 126 deste Regimento, a competência de que trata o § 2º deste artigo será do Presidente do Colegiado a que pertencer o Relator temporário do processo.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 23/2013, de 18/12/2013.)

Art. 198. São medidas cautelares a que se refere o artigo anterior, além de outras medidas de caráter urgente:

I - recomendação à autoridade superior competente, sob pena de responsabilidade solidária, do afastamento temporário do responsável, se existirem indícios suficientes de que, prosseguindo no exercício de suas funções, possa retardar ou dificultar a realização de auditoria ou inspeção, causar novos danos ao erário ou inviabilizar o seu ressarcimento;

II - indisponibilidade, por prazo não superior a um ano, de bens em quantidade suficiente para garantir o ressarcimento dos danos em apuração;

III - sustação de ato ou de procedimento, até que se decida sobre o mérito da questão suscitada;

IV - arresto.

§ 1º As medidas a que se referem os incisos I, II e IV deste artigo serão solicitadas ao Ministério Público junto ao Tribunal, que adotará as providências necessárias à sua efetivação.

§ 2º No caso de adoção da medida a que se refere o inciso IV deste artigo, o Tribunal deverá ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e sua respectiva restituição.

Art. 199. Às medidas cautelares previstas, aplica-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.

Art. 200. As deliberações do Tribunal terão a forma de:

I - acórdão, quando se tratar de:

- a)** processo referente à fiscalização financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial;
- b)** recursos interpostos contra decisões prolatadas pelo Tribunal;
- c)** incidente de uniformização de jurisprudência;

d) aprovação de enunciado de súmula de jurisprudência do Tribunal;

II - parecer, quando se tratar de:

a) contas prestadas anualmente pelo Governador e pelos Prefeitos;

b) consulta;

c) empréstimos ou operações de crédito;

d) outros casos em que, por lei, deva o Tribunal assim se manifestar;

III - instrução normativa, quando se tratar de matéria que envolva os jurisdicionados do Tribunal;

IV - resolução, quando se tratar de:

a) aprovação do Regimento Interno, da estrutura organizacional, das atribuições e do funcionamento do Tribunal e de suas unidades;

b) outras matérias de natureza administrativa interna que, a critério do Tribunal, devam revestir-se dessa forma;

V - decisão normativa, quando se tratar de fixação de critério ou orientação, bem como de interpretação de norma jurídica ou procedimento da administração divergente, e não se justificar a edição de instrução normativa ou resolução;

VI - decisão monocrática, quando a lei ou o Regimento Interno autorizar o Relator ou o Presidente a decidir isoladamente a questão.

Art. 201. São partes essenciais das deliberações terminativas ou definitivas do Tribunal de que trata o artigo anterior:

I - o relatório, que contém as informações e conclusões técnicas, os pareceres da Auditoria e do Ministério Público junto ao Tribunal, quando for o caso, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - a fundamentação em que o Relator analisa as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo em que o Relator resolve sobre o mérito.

Art. 202. As notas taquigráficas subsidiarão a elaboração dos registros das deliberações do Tribunal pela unidade competente.

Seção I

DO ACÓRDÃO

Art. 203. O acórdão deverá ser precedido de ementa e conterá, além do fundamento da decisão:

I - o número do processo e o nome de todos os responsáveis, interessados e de seus procuradores;

II - a indicação do Colegiado que proferiu a decisão;

III - a parte dispositiva da decisão;

IV - a proposta de voto ou o voto vencedor e, no todo ou em parte, os vencidos, bem como o voto de desempate, quando houver;

V - o registro dos impedimentos e das suspeições;

VI - a proclamação do resultado por unanimidade ou por maioria de votos;

VII - a data da sessão em que foi concluída a deliberação.

Parágrafo único. A ementa poderá ser elaborada pelo Relator ou pelo prolator do voto vencedor.

Art. 204. O acórdão será assinado pelo Presidente do respectivo Colegiado e pelo Relator, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo:

(Artigo com redação dada pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 1º Vencido, no todo, o voto proferido ou proposto pelo Relator, o acórdão será assinado pelo Conselheiro que houver prolatado o primeiro voto vencedor.

§ 2º Vencido, em parte, o Relator, o acórdão será por este assinado e pelo prolator do voto vencedor.

§ 3º No caso de afastamento por período superior a 30 (trinta) dias, o acórdão será assinado:

(Parágrafo acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

I - apenas pelo Presidente do respectivo Colegiado, quando do afastamento do Relator, fazendo constar o nome deste;

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

II - apenas pelo Relator, quando do afastamento do Presidente do Colegiado, fazendo constar o nome deste;

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

III- apenas pelo autor do primeiro voto da corrente vencedora na ordem de antiguidade, quando do afastamento do Presidente do Colegiado e do Relator do processo, fazendo constar o nome deste;

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

IV- apenas pelo Presidente do Colegiado, quando o Relator for vencido no todo e o prolator do voto vencedor estiver afastado, fazendo constar o nome deste;

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

V- pelo Presidente do Colegiado e pelo prolator do voto vencedor, quando do afastamento do Relator vencido em parte, fazendo constar o nome deste;

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

VI- pelo Presidente do Colegiado e pelo Relator vencido em parte, quando do afastamento do prolator do voto vencedor, fazendo constar o nome deste;

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

VII- pelo primeiro vencido, na ordem de antiguidade, quando do afastamento dos autores do voto vencedor;

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

VIII- por um Conselheiro ad hoc designado pelo Presidente, quando do afastamento de todos os integrantes do julgamento.

(Inciso acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 4º O Representante do Ministério Público junto ao Tribunal assinará os acórdãos após a expressão "Fui presente".

(Parágrafo acrescentado pelo art. 4º da Resolução nº 07/2009, de 01/07/2009.)

§ 4º *(Revogado pelo art. 1º da Resolução nº 04/2014, de 23/04/2014.)*

Art. 205. A súmula do acórdão será publicada no Diário Oficial de Contas, dela constando os nomes dos responsáveis, interessados e de seus procuradores e a data de publicação será certificada nos autos respectivos.

(Artigo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

Art. 206. Observadas as disposições do art. 98 deste Regimento, poderão ser corrigidas as inexatidões materiais constantes da deliberação.

§ 1º Considera-se inexatidão material passível de correção a decorrente de lapso manifesto, erro evidente de escrita ou de cálculo.

§ 2º Se tiverem sido colhidas, prevalecerão as notas taquigráficas se o seu teor estiver em desacordo com o do acórdão.

Seção II

DO PARECER

Art. 207. Aplica-se ao parecer, que será precedido de ementa, o disposto na Seção anterior.

Art. 208. Na prestação de contas do Governador, o parecer será assinado pelo Presidente do Tribunal Pleno, pelo Relator e pelo Revisor.

CAPÍTULO II

DOS ATOS NORMATIVOS

Art. 209. Os atos normativos do Tribunal consistirão em:

- I** - Resoluções;
- II** - Instruções Normativas;
- III** - Decisões Normativas;
- IV** - Portarias;
- V** - Ordens de Serviço.

Parágrafo único. Os atos normativos a que se refere este artigo serão regulamentados em resolução do Tribunal.

CAPÍTULO III

DA CONSULTA

Art. 210. O Tribunal emitirá parecer em consulta formulada por:

(Artigo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

I - Chefe de Poder do Estado de Minas Gerais ou de um dos seus Municípios;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

II - Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

III - Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

IV - Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

V - Senador ou Deputado Federal representante do Estado de Minas Gerais;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

VI - Deputado do Estado de Minas Gerais ou Secretário do Estado de Minas Gerais ou de um dos seus Municípios;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

VII - 1/3 (um terço), no mínimo, dos Vereadores de Câmara de Município do Estado de Minas Gerais;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

VIII - Dirigente de órgão autônomo, integrante da estrutura organizacional do Estado de Minas Gerais ou de um dos seus Municípios;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

IX - Dirigente de entidade integrante da administração indireta estadual ou municipal, bem como de empresa, de cujo capital social o Estado de Minas Gerais ou um dos seus Municípios participem, de forma direta ou indireta, nos termos de ato constitutivo ou de contrato;

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

X - Representante legal de entidade associativa de Municípios; ou

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

XI - Chefe de órgão interno de controle do Estado de Minas Gerais ou de um dos seus Municípios.

(Inciso com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Parágrafo único. *(Revogado pelo art. 1º da Resolução 05/2013 de 30/04/2014.)*

Art. 210-A. O parecer emitido sobre consulta tem caráter normativo e constitui prejudgamento de tese.

(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Parágrafo único. Considerar-se-á revogada ou reformada a tese sempre que o Tribunal firmar nova interpretação acerca do mesmo objeto, devendo o parecer conter expressa remissão às consultas anteriores.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Art. 210-B. A consulta será recebida, por meio de formulário eletrônico disponibilizado no Portal do Tribunal na internet, protocolizada, autuada, distribuída e encaminhada a Conselheiro, para análise dos pressupostos de admissibilidade, observados, no que couberem, os critérios do CAPÍTULO IV do TÍTULO IV deste Regimento.

(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

§ 1º São pressupostos de admissibilidade:

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

I – estar subscrita por autoridade definida no art. 210 deste Regimento;

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

II – referir-se a matéria de competência do Tribunal;

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

III – versar sobre matéria em tese e, não, sobre caso concreto;

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

IV – conter indicação precisa da dúvida ou da controvérsia suscitada;

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

V – referir-se a questionamento não respondido em consultas anteriores, salvo quando o Conselheiro entender pela necessidade de propor a revogação ou reforma da tese vigente.

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

§ 2º Preenchidos os requisitos elencados nos incisos I a IV do § 1º deste artigo, o Conselheiro encaminhará a documentação da consulta à Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas para verificação do disposto no inciso V do § 1º e elaboração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de relatório técnico, o qual indicará, se for o caso, as deliberações proferidas pelo Tribunal sobre a questão suscitada e os respectivos fundamentos.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

§ 3º Na hipótese de a consulta não preencher os pressupostos de admissibilidade, o Conselheiro determinará à Secretaria Geral e do Tribunal Pleno a adoção das seguintes medidas:

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

I – intimação do consulente, mediante publicação do despacho no Diário Oficial de Contas;

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

II – encaminhamento, em meio eletrônico, ao consulente das deliberações do Tribunal que demonstram a consolidação da tese, se houver; e

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

III – arquivamento da consulta monocraticamente.

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Art. 210-C. Preenchidos os pressupostos estabelecidos no § 1º do art. 210-B, o Conselheiro Relator poderá encaminhar o processo de consulta à unidade técnica para, no prazo de quinze dias úteis, elaborar relatório sobre a questão suscitada.

(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Parágrafo único. As deliberações do Tribunal Pleno sobre o mérito da consulta serão aprovadas por maioria absoluta dos Conselheiros, incluído o Presidente do Tribunal.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Art. 210-D. Após a deliberação do Tribunal Pleno, a Secretaria Geral e do Tribunal Pleno providenciará:

(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

I – a elaboração da nota taquigráfica;

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

II – a elaboração da ementa do parecer, nos termos do art. 207 deste Regimento, e a sua publicação no Diário Oficial de Contas;

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

III – o encaminhamento, em meio eletrônico, da nota taquigráfica e da ementa do parecer ao consulente; e

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

IV – o arquivamento do processo de consulta.

(Inciso acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

§ 1º A publicação da ementa do parecer no Diário Oficial de Contas valerá como intimação ao consulente, nos termos do art. 167 deste Regimento.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

§ 2º Na publicação de que trata o § 1º, será disponibilizado link com o inteiro teor da ementa do parecer e da nota taquigráfica.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Art. 210-E. As consultas respondidas pelo Tribunal Pleno serão divulgadas no Informativo de Jurisprudência, instituído na Resolução nº 03, de 20/05/2009, e disponibilizadas, em seu inteiro teor, no Portal do Tribunal na internet.

(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 05/2014, de 30/04/2014.)

Art. 211. *(Revogado pelo art. 3º da Resolução 05/2013 de 30/04/2014.)*

Art. 212. *(Revogado pelo art. 3º da Resolução 05/2013 de 30/04/2014.)*

Art. 213. *(Revogado pelo art. 3º da Resolução 05/2013 de 30/04/2014.)*

Art. 214. *(Revogado pelo art. 3º da Resolução 05/2013 de 30/04/2014.)*

Art. 215. *(Revogado pelo art. 3º da Resolução 05/2013 de 30/04/2014.)*

Art. 216. *(Revogado pelo art. 3º da Resolução 05/2013 de 30/04/2014.)*

CAPÍTULO V

DA SÚMULA

Art. 217. A súmula de jurisprudência constituir-se-á de princípios ou enunciados, resumindo teses, precedentes e entendimentos adotados pelo Tribunal Pleno ou pelas Câmaras ao deliberar sobre matérias de suas respectivas competências.

§ 1º São necessárias, pelo menos, 5 (cinco) decisões do Tribunal Pleno no mesmo sentido, mediante aprovação de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros efetivos, em cada uma, para que se possa constituir súmula de jurisprudência.

§ 2º As decisões das Câmaras adotadas pelo menos por 5 (cinco) vezes, sobre a mesma matéria, serão submetidas ao Tribunal Pleno e constituirão súmula de jurisprudência, se forem ratificadas por, no mínimo, 5 (cinco) membros efetivos, incluído o Presidente.

Art. 218. Qualquer enunciado poderá ser incluído, revisto, cancelado ou restabelecido no repertório das súmulas de jurisprudência mediante aprovação pelo Tribunal Pleno por, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros efetivos.

§ 1º A inclusão, revisão, cancelamento e restabelecimento de súmula é de iniciativa do Presidente e dos Conselheiros, podendo ser requerida pelos Auditores e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 2º O Vice-Presidente será relator do projeto de súmula e das propostas de revisão, cancelamento ou restabelecimento e apresentará os respectivos enunciados.

Art. 219. Na organização gradativa da súmula, será adotada uma numeração cardinal de referência para os enunciados, em sequência, devendo constar a citação dos dispositivos legais pertinentes e dos julgados em que se fundamentou a decisão.

Parágrafo único. Ficarão com nota de cancelamento os números dos enunciados que o Tribunal revogar, mantido o mesmo número naqueles que forem modificados, com a ressalva correspondente.

Art. 220. A referência à súmula será feita pelo número correspondente ao seu enunciado e dispensará, perante o Tribunal, a indicação de julgados no mesmo sentido.

Art. 221. O Tribunal fará, bienalmente, a consolidação das súmulas, obedecendo à ordem sequencial dos enunciados, com indicação precisa das alterações ocorridas no período, respectivo índice remissivo, por número e natureza da matéria sumulada, a ser publicada no Diário Oficial de Contas e no Portal do Tribunal na internet.

(Artigo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

Art. 222. A súmula somente poderá deixar de ser observada, quando da análise das especificidades do caso concreto, por deliberação da maioria absoluta do Tribunal Pleno, sem prejuízo da apresentação de voto divergente.

CAPÍTULO VI

DA UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Art. 223. Poderá ser arguido por Conselheiro, Auditor, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal, responsável ou interessado, incidente de uniformização de jurisprudência, quando verificada divergência em deliberações originárias do Tribunal Pleno ou das Câmaras.

Parágrafo único. Na arguição do incidente de uniformização de jurisprudência deverá ser indicada expressamente pelo suscitante os processos nos quais tenham ocorrido as decisões divergentes.

Art. 224. Recebido o incidente de uniformização, ficam sobrestados o julgamento do processo principal e a tramitação daqueles que versarem sobre matéria similar.

§ 1º Reconhecida a existência de divergência pelo Relator, será colhida a manifestação escrita do Ministério Público junto ao Tribunal, e, em seguida, submetida a matéria à deliberação do Tribunal Pleno.

§ 2º Não sendo reconhecida a existência de divergência, o Relator apresentará seus fundamentos ao Tribunal Pleno que, se os acolher, prosseguirá na apreciação do mérito do processo principal, se este estiver no âmbito de sua competência, ou o encaminhará ao Colegiado competente.

§ 3º Vencido o Relator, na hipótese do parágrafo anterior, o incidente de uniformização prosseguirá na forma prevista no § 1º e passa a atuar como Relator o Conselheiro que primeiro proferir o voto vencedor.

Art. 225. Reconhecida a existência de divergência, o Tribunal Pleno fixará a exegese acolhida, por 5 (cinco) votos, no mínimo, de seus Conselheiros efetivos, incluído o do Presidente, tornando-se a matéria súmula do Tribunal.

TÍTULO VII

DAS ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

Art. 226. As atividades de controle externo deverão ser planejadas e integradas, observando-se, entre outros, os princípios da eficiência, eficácia e efetividade do controle.

Parágrafo único. O planejamento das atividades de controle externo deverá observar, dentre outros, os critérios de materialidade, risco, relevância e oportunidade, regulamentados em ato normativo próprio.

Art. 227. O Tribunal estabelecerá as diretrizes para o exercício das atividades de controle externo, em ato normativo próprio.

CAPÍTULO II

DAS CONTAS DO GOVERNADOR E DO PREFEITO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 228. As contas do Governador e dos Prefeitos serão apresentadas ao Tribunal, para fins de parecer prévio, na forma e nos prazos estabelecidos na Constituição do Estado, na Lei Complementar nº 102/2008, neste Regimento Interno e demais atos normativos do Tribunal.

§ 1º Na apreciação das contas a que se refere este artigo serão considerados os resultados dos procedimentos de fiscalização realizados, bem como os de outros processos que possam repercutir em sua análise.

§ 2º A emissão do parecer prévio não exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis, bem como daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, nos termos do artigo 71, inciso II, da Constituição da República de 1988 e do artigo 76, incisos II e III, da Constituição do Estado de 1989.

Seção II

DAS CONTAS DO GOVERNADOR

Art. 229. As contas anuais prestadas pelo Governador serão examinadas em sessão extraordinária pelo Tribunal, que emitirá parecer prévio no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento.

§ 1º No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da abertura da sessão legislativa, as contas apresentadas pelo Governador à Assembleia Legislativa serão também remetidas ao Tribunal.

§ 2º Se as contas não forem apresentadas no prazo previsto pelo parágrafo anterior ou se o forem sem atender aos requisitos legais e regulamentares quanto à sua correta instrução, o Tribunal comunicará o fato à Assembleia Legislativa para, dentre outras medidas, promover a respectiva tomada de contas, nos termos do art. 62, inciso XIX, da Constituição do Estado.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir da apresentação das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal, dando-se ciência do fato à Assembleia Legislativa.

Art. 230. A prestação de contas apresentada pelo Governador, observada a legislação pertinente, consiste no Balanço Geral do Estado e nos demais documentos e informações exigidos neste Regimento e em atos normativos do Tribunal.

§ 1º As contas serão acompanhadas de relatório e de parecer conclusivo do órgão central do controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal.

§ 2º Visando subsidiar a análise das contas, poderão ser realizadas inspeções, auditorias, levantamentos e acompanhamentos.

Art. 231. Serão sorteados, na última sessão ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, o Conselheiro Relator, o Revisor e o Auditor para o acompanhamento da gestão estadual, observado o princípio da alternância.

§ 1º O acompanhamento compreende, dentre outros, a avaliação e o controle da execução do orçamento, segundo os instrumentos de planejamento governamental, assim como a verificação do cumprimento das normas constitucionais, legais e, em especial, das normas de responsabilidade fiscal, visando subsidiar a emissão do parecer prévio, na forma da legislação aplicável.

§ 2º Poderá ser criada uma comissão específica para o efetivo acompanhamento da execução orçamentária e do exame das contas anuais do Governador, a critério do Relator.

Art. 232. O parecer prévio será conclusivo quanto à observância das normas constitucionais e legais e quanto à situação financeira, orçamentária, contábil e patrimonial do Estado em 31 de dezembro.

Parágrafo único. O relatório técnico, que acompanhará o parecer prévio, conterá análise detalhada das contas apresentadas pelo Governador, bem como elementos e informações sobre o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento governamental e seus reflexos no desenvolvimento econômico e social do Estado.

Art. 233. Após protocolizada e autuada, a prestação de contas do Governador será imediatamente encaminhada à unidade técnica competente para análise, comunicando-se o fato ao Relator.

§ 1º O Relator poderá determinar as medidas necessárias à completa instrução do processo.

§ 2º Saneado o processo e havendo indício de irregularidade, o Relator determinará a citação do Governador para que se manifeste no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, após o que, a unidade técnica competente procederá ao reexame, se for o caso.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo previsto no caput do art. 229 deste Regimento ficará suspenso até o cumprimento da medida de instrução.

§ 4º Encerrada a fase instrutória, o processo será encaminhado à Auditoria e ao Ministério Público junto ao Tribunal para emissão de parecer escrito, fazendo-se, em seguida, os autos conclusos ao Relator.

§ 5º O Relator elaborará o relatório e a proposta de parecer prévio, remetendo o processo ao Conselheiro Revisor que solicitará a sua inclusão em pauta para deliberação, e, se houver manifestação ou ressalva, retornarão os autos ao Relator para exame.

Art. 234. Após a emissão do parecer prévio, o Governador responsável pelas contas será intimado da deliberação.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo para a interposição de pedido de reexame, o Presidente do Tribunal:

I - encaminhará imediatamente à Assembleia Legislativa e ao Governador o parecer prévio acompanhado do relatório da unidade técnica competente, dos votos do Relator, do Revisor e dos demais Conselheiros, bem como dos pareceres da Auditoria e do Ministério Público junto ao Tribunal;

II - determinará a divulgação do inteiro teor do parecer prévio no Diário Oficial de Contas e da documentação prevista no inciso anterior no Portal do Tribunal na internet.

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

Seção III

DAS CONTAS DO PREFEITO

Art. 235. As contas anuais prestadas pelo Prefeito serão examinadas pelo Tribunal, que emitirá parecer prévio no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar do seu recebimento.

§ 1º As contas serão apresentadas pelo Prefeito ao Tribunal no prazo de 90 (noventa) dias, após o encerramento do exercício.

§ 2º Se as contas não forem apresentadas no prazo previsto no parágrafo anterior, ou se o forem sem atender aos requisitos legais e regulamentares quanto à sua correta instrução, o Tribunal comunicará o fato à Câmara Municipal para, dentre outras medidas, promover a respectiva tomada de contas, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir da apresentação das contas ou da regularização do processo perante o Tribunal, dando-se ciência do fato à Câmara Municipal.

Art. 236. Observada a legislação pertinente, as contas deverão conter os balanços gerais do Município, nos quais constarão os dados relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos do Poder Executivo, consolidados com aqueles atinentes ao Poder Legislativo e às entidades da administração indireta municipal, e serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão de controle interno do Poder Executivo, além de outros documentos exigidos em ato normativo do Tribunal.

Art. 237. Aplicam-se, no que couber, aos processos de prestação de contas do Prefeito as disposições do art. 232 deste Regimento.

Art. 238. Após a emissão do parecer prévio, o Prefeito responsável pelas contas será intimado da deliberação.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo para a interposição de pedido de reexame, o Presidente do Colegiado que houver emitido o parecer:

I - encaminhará à Câmara Municipal e ao Prefeito o parecer prévio emitido, acompanhado do relatório da unidade técnica competente;

II - determinará a publicação da ementa do parecer prévio no Diário Oficial de Contas e do seu inteiro teor no Portal do Tribunal na internet.

(Inciso com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

Art. 239. Após o recebimento do parecer prévio, a Câmara Municipal terá até 120 (cento e vinte) dias para julgar as contas e remeter ao Tribunal cópia autenticada da resolução aprovada, bem como das atas das sessões em que o pronunciamento da Câmara se tiver verificado, com a relação nominal dos Vereadores presentes e o resultado numérico da votação.

§ 1º Concluído o julgamento das contas, o Presidente da Câmara Municipal enviará ao Tribunal a documentação pertinente, no prazo de até 30 (trinta) dias, que não poderá exceder aquele estabelecido no caput deste artigo, após o que a Secretaria da Câmara competente do Tribunal procederá à sua juntada ao processo e encaminhará os autos ao Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 2º O Ministério Público junto ao Tribunal analisará a documentação a que se refere este artigo e adotará, entre outras medidas, as seguintes providências:

I - encaminhará o processo ao Relator, para fins de arquivamento dos autos, mediante despacho, caso a deliberação da Câmara Municipal observe a legislação aplicável;

II - comunicará ao Relator do processo a inobservância da legislação aplicável ao julgamento das contas.

§ 3º Caso não haja manifestação da Câmara Municipal no prazo previsto no caput deste artigo, contado a partir da data da juntada do respectivo aviso de recebimento aos autos, a Secretaria da Câmara competente do Tribunal certificará no processo o ocorrido, encaminhando os autos, em seguida, ao Ministério Público junto ao Tribunal.

§ 4º No caso do parágrafo anterior, sem prejuízo das demais providências cabíveis, o Ministério Público junto ao Tribunal remeterá os autos ao Relator que submeterá a matéria ao Colegiado competente, para fins da aplicação da multa a que se refere o art. 85, inciso IX, da Lei Complementar nº 102/2008.

Seção IV

DA DELIBERAÇÃO EM PARECER PRÉVIO

Art. 240. A emissão do parecer prévio poderá ser:

I - pela aprovação das contas, quando ficar demonstrada, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a compatibilidade dos planos e programas de trabalho com os resultados da execução orçamentária, a correta realocação dos créditos orçamentários e o cumprimento das normas constitucionais e legais;

II - pela aprovação das contas, com ressalva, quando ficar caracterizada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário, sendo que eventuais recomendações serão objeto de monitoramento pelo Tribunal;

III - pela rejeição das contas, quando caracterizados atos de gestão em desconformidade com as normas constitucionais e legais.

CAPÍTULO III

DAS CONTAS ANUAIS DOS RESPONSÁVEIS E ADMINISTRADORES E DAS CONTAS ESPECIAIS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 241. Compete ao Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens ou valores públicos, de órgão dos Poderes do Estado ou de Município ou de entidade da administração indireta estadual ou municipal, bem como do Ministério Público Estadual e, ainda, dos que tiverem dado causa a perda, extravio ou a outra irregularidade de que tenha resultado prejuízo ao erário.

Parágrafo único. Para o exercício da competência a que refere este artigo, considera-se:

I - contas anuais, o conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial encaminhados ao Tribunal, na forma de tomada ou de prestação de contas, para fins de julgamento da gestão dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos durante o exercício financeiro;

II - prestação de contas anual, o procedimento pelo qual o responsável por órgãos e entidades estaduais e municipais apresenta documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial destinado a comprovar, perante o Tribunal, a regularidade da gestão dos recursos públicos durante o exercício financeiro;

III - tomada de contas anual, o procedimento pelo qual o órgão competente toma as contas dos responsáveis por unidades de gestão financeira e patrimonial, compreendendo o conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial destinado a comprovar, perante o Tribunal, a regularidade da gestão dos recursos públicos durante o exercício financeiro;

IV - tomada de contas extraordinária, o procedimento instaurado pelo Tribunal nos casos em que as contas a ele devidas não tenham sido prestadas no prazo legal, nos termos do art. 3º, inciso VI, da Lei Complementar nº 102/2008, ou se o forem sem atender aos requisitos legais e regulamentares quanto à sua correta instrução;

V - tomada de contas especial, o procedimento instaurado pela autoridade administrativa competente ou pelo Tribunal, de ofício, para apuração dos fatos e quantificação do dano, quando caracterizadas as ocorrências previstas no art. 47 da Lei Complementar nº 102/2008.

Seção II

DA TOMADA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS

Art. 242. O Tribunal definirá, até o fim do último trimestre de cada ano, a forma de apresentação e a composição das contas anuais, bem como os procedimentos para sua análise, observadas as diretrizes de controle estabelecidas para o período e os critérios de materialidade, relevância e risco, regulamentados em ato normativo próprio.

§ 1º As tomadas e prestações de contas anuais serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão de controle interno e conterão os elementos indicados em ato normativo do Tribunal.

§ 2º Os titulares dos Poderes constituídos, nos âmbitos estadual e municipal, assim como o Chefe do Ministério Público Estadual, encaminharão ao Tribunal, em cada exercício, o rol dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos, com a indicação da natureza da responsabilidade, e outros documentos ou informações considerados necessários, na forma e prazo estabelecidos em ato normativo do Tribunal.

§ 3º No julgamento das contas anuais serão considerados também os resultados dos procedimentos de fiscalização realizados e os de outros processos que possam repercutir no exame da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade da gestão.

Art. 243. As contas serão organizadas anualmente pelos responsáveis ou ao fim da gestão, quando da extinção, liquidação, dissolução, transformação, fusão, incorporação ou desestatização de unidades jurisdicionadas, ocorridas antes do término do exercício financeiro.

Art. 244. Salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, as prestações de contas anuais deverão ser apresentadas ao Tribunal, em até 120 (cento e vinte) dias, contados do encerramento do correspondente exercício financeiro ou do fim da gestão.

§ 1º Se as contas não forem apresentadas no prazo a que se refere o caput deste artigo ou se não forem atendidos os requisitos legais e regulamentares quanto à sua constituição, a unidade técnica

competente comunicará o fato ao Presidente do Tribunal que determinará a instauração da tomada de contas extraordinária.

§ 2º Após a autuação do processo de tomada de contas extraordinária, o responsável será intimado para apresentar as contas ou proceder à sua regularização, no prazo de até 15 (quinze) dias.

§ 3º Não apresentadas no prazo a que se refere o parágrafo anterior, as contas serão consideradas irregulares.

Seção III

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 245. A autoridade administrativa competente, esgotadas as medidas administrativas internas, deverá instaurar, sob pena de responsabilidade solidária, tomada de contas especial para apuração dos fatos, quantificação do dano e identificação dos responsáveis, quando caracterizadas as hipóteses previstas no art. 47 da Lei Complementar nº 102/2008.

§ 1º No caso de não cumprimento do disposto no caput deste artigo, o Tribunal determinará a instauração de tomada de contas especial.

§ 2º Não atendida a determinação prevista no parágrafo anterior, o Tribunal, de ofício, instaurará a tomada de contas especial, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

§ 3º Após ser protocolizado e autuado, o processo seguirá, imediatamente, ao Relator, que adotará as medidas cabíveis ou poderá determinar o encaminhamento dos autos à unidade técnica competente.

§ 4º Os procedimentos e elementos que integram a tomada de contas especial serão estabelecidos em ato normativo do Tribunal.

Art. 246. As medidas administrativas internas, com vistas ao ressarcimento ao erário, deverão ser adotadas em até 180 (cento e oitenta) dias, contados:

I - da data fixada para apresentação da prestação de contas, nos casos de omissão no dever de prestar contas e da falta de comprovação da aplicação de recursos repassados pelo Estado ou pelo Município;

II - da data do evento, quando conhecida, ou da data da ciência do fato, nos demais casos.

Parágrafo único. A instrução do processo de tomada de contas especial deverá conter relatório circunstanciado acerca das medidas internas adotadas.

Art. 247. Não será instaurada a tomada de contas especial, caso ocorra o devido ressarcimento integral ao erário no prazo a que se refere o artigo anterior e esteja comprovada a boa fé dos responsáveis.

Parágrafo único. Considera-se como integral ressarcimento ao erário:

I - a completa restituição do valor do dano atualizado monetariamente; ou

II - em se tratando de bens, a respectiva reposição ou a restituição da importância equivalente aos preços de mercado, à época do efetivo recolhimento, levando-se em consideração o seu estado de conservação.

Art. 248. A tomada de contas especial será encaminhada ao Tribunal para julgamento se o dano ao erário for de valor igual ou superior à quantia fixada em decisão normativa.

§ 1º Se o dano for de valor inferior à quantia a que alude o caput deste artigo, ou se houver, no decorrer da tomada de contas especial, o devido ressarcimento ao erário junto ao órgão ou entidade instauradora, o fato deverá constar do relatório do órgão de controle interno que acompanha a respectiva tomada ou a prestação de contas anual da autoridade administrativa competente.

§ 2º As tomadas de contas especiais em tramitação no Tribunal, cujo dano ao erário seja inferior ao valor fixado, poderão ser arquivadas, sem cancelamento do débito, desde que ainda não tenha sido efetivada a citação dos responsáveis.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o responsável poderá solicitar ao Relator o desarquivamento do processo para julgamento.

Art. 249. Os procedimentos de fiscalização do Tribunal serão convertidos em tomada de contas especial pelo Relator ou pelo Órgão Colegiado competente, caso já esteja devidamente quantificado o

dano e identificado o responsável, procedendo-se à sua citação para que apresente defesa ou recolha a quantia devida pelo seu valor atualizado.

Parágrafo único. Os autos objeto da conversão em tomada de contas especial deverão ser encaminhados à unidade de Protocolo para registro da nova natureza, mantendo-se a relatoria e o número de protocolo originais.

Seção IV

DAS DECISÕES EM TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 250. As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis e a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a razoabilidade dos atos de gestão do responsável;

II - regulares, com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

a) omissão do dever de prestar contas;

b) prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico;

c) infração grave a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

d) dano injustificado ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

e) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 1º O Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de tomada ou prestação de contas.

§ 2º Serão consideradas não prestadas as contas que, embora encaminhadas, não reúnam as informações e os documentos exigidos na legislação em vigor, bem como nos atos normativos do Tribunal.

Art. 251. Quando julgar as contas regulares, o Tribunal dará quitação ao responsável.

Art. 252. Quando julgar as contas regulares, com ressalva, o Tribunal dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção das medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a reincidência.

Parágrafo único. As medidas determinadas serão objeto de monitoramento pelo Tribunal.

Art. 253. Apurada irregularidade nas contas, caberá ao Tribunal Pleno, às Câmaras ou ao Relator, conforme o caso:

I - definir a responsabilidade individual ou solidária pelo ato de gestão impugnado;

II - ordenar, se houver débito, a citação do responsável, para, na forma e nos prazos estabelecidos neste Regimento, apresentar defesa ou recolher a quantia devida, pelo seu valor atualizado;

III - determinar, se não houver débito, a citação do responsável, para, no prazo fixado neste Regimento, apresentar razões de defesa;

IV - adotar outras medidas cabíveis, inclusive de caráter cautelar.

Art. 254. Quando julgar as contas irregulares, havendo débito, o Tribunal determinará ao responsável que promova o recolhimento de seu valor, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

§ 1º Caracterizada e reconhecida pelo Tribunal a boa-fé do gestor, o processo será considerado encerrado com o recolhimento tempestivo do débito, devidamente atualizado, salvo no caso da existência de outra irregularidade nas contas.

§ 2º Julgadas irregulares as contas, os autos serão remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal para as providências cabíveis.

Art. 255. O Tribunal determinará o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis.

§ 1º As contas são consideradas ilíquidas quando, por motivo de força maior ou caso fortuito, comprovadamente alheio à vontade do agente, tornar-se materialmente impossível o julgamento de mérito.

§ 2º Dentro do prazo de 5 (cinco) anos, contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial de Contas, o Tribunal poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada ou prestação de contas, observado o disposto no § 5º do art. 37 da Constituição da República.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

CAPÍTULO IV

DOS ATOS SUJEITOS A REGISTRO

Art. 256. O Tribunal apreciará, para fins de registro, mediante procedimentos de fiscalização ou processo específico, conforme ato normativo próprio, a legalidade dos atos de:

I - admissão de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade das administrações direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no âmbito estadual e municipal, excluídas as nomeações para cargo de provimento em comissão;

II - concessão de aposentadoria, reforma e pensão, bem como as melhorias posteriores que tenham alterado o fundamento legal do ato concessório.

Art. 257. Para a deliberação acerca da legalidade dos atos sujeitos a registro, a autoridade administrativa responsável deverá submeter ao Tribunal os documentos e informações atinentes aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, na forma e prazo estabelecidos em ato normativo do Tribunal.

§ 1º A fiscalização dos atos de concessão de aposentadoria, reforma, pensão, complementação de proventos de aposentadoria e de pensão, bem como do cancelamento de ato concessório dar-se-á, dentre outros procedimentos de fiscalização, por meio do exame de documentos e de informações enviados eletronicamente pelo Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal – FISCAP.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

§ 2º As informações relativas aos atos de que trata o § 1º passarão por críticas preliminares do Sistema FISCAP, conforme parâmetros pré-definidos pela Unidade Técnica competente para identificação de inconsistências.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

§ 3º Os processos considerados consistentes pelo Sistema FISCAP serão separados por natureza e agrupados em bloco por Município; e, tratando-se do Estado, por Órgão ou Entidade, observando-se:

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

I - a Coordenadoria de Protocolo promoverá a autuação individualizada, cada ato recebendo numeração própria, gerada pelo Sistema de Gestão de Administração de Processos – SGAP, seguida de distribuição a Relator e disponibilização à Unidade Técnica;

(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

II - os processos em bloco tramitarão, em capa única, junto a um processo piloto;

(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

III - para cada bloco de processos, o sistema FISCAP emitirá um relatório que será inserido no processo piloto, devendo conter:

(Inciso acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

a) número do processo, gerado pela inclusão no SGAP;

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

b) nome e número de Cadastro de Pessoa Física – CPF do servidor ou do militar;

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

c) natureza do ato;

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

d) cargo ou função, posto ou graduação, unidade ou órgão de lotação;

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

e) data da concessão efetiva do benefício ou data em que se deu o cancelamento;

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

f) data em que se deu publicidade ao ato;

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

g) no caso de pensão, nome e número do CPF do servidor falecido e do beneficiário, relação de dependência, data do óbito, da concessão efetiva do benefício e a data em que se deu publicidade ao ato.

(Alínea acrescentada pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

§ 4º Recebidos os processos, a Unidade Técnica competente manifestar-se-á, nos termos do art. 150 deste Regimento.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

§ 5º Fica dispensado o envio ao Ministério Público junto ao Tribunal dos processos considerados consistentes pelo Sistema FISCAP, entretanto, deverá constar dos autos a sua manifestação quanto à validação da estrutura de funcionamento do sistema.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

§ 6º O Tribunal ou o Relator poderá requisitar a documentação comprobatória do ato de concessão ou do ato de cancelamento para fins de verificação da legalidade e da veracidade das informações recebidas.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

Art. 257-A A Unidade Técnica competente promoverá diligências, por meio do Sistema, visando à instrução processual, observado o disposto no § 2º do art. 151 deste Regimento, na hipótese de apuração de inconsistência nas informações enviadas.

(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

§ 1º Na ausência de manifestação, descumprimento ou cumprimento parcial da diligência pelo jurisdicionado, no prazo fixado, a Unidade Técnica emitirá relatório circunstanciado, tomará providências junto à unidade competente para tramitação individualizada do processo e o encaminhará ao Relator para adoção das medidas cabíveis.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

§ 2º O descumprimento do dever de apresentar ao Tribunal os atos sujeitos a registro, na forma e no prazo estabelecidos, poderá implicar a irregularidade das contas que contiverem despesas deles decorrentes, sem prejuízo da sanção prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar n. 102/2008.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

Art. 257-B Os dados recebidos pelo FISCAP deverão ser disponibilizados para a Unidade de Fiscalização Integrada visando subsidiar as ações de fiscalização do Tribunal.

(Artigo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

Parágrafo único. O Tribunal poderá solicitar, para fins de exame prévio à contratação, os editais de concurso público para admissão de pessoal instaurados pelos órgãos ou entidades municipais e estaduais observado o disposto em ato normativo próprio.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 2º da Resolução nº 5/2011, de 27/04/2011)

Art. 258. O Relator concederá prazo de até 60 (sessenta) dias para complementação da instrução processual, apresentação de justificativas ou adequação do ato às exigências legais.

§ 1º Após a instrução do processo, o Órgão Colegiado competente ou o Relator, nos termos do art. 32, parágrafo único, deste Regimento:

I - determinará o registro do ato:

- a) quando não houver infração à norma legal ou regulamentar;
- b) quando constatada falta ou impropriedade de caráter formal de que não resulte dano ao erário;
- c) quando constatada a decadência,

II - denegará o registro, se houver ilegalidade no ato, e determinará ao responsável a adoção de medidas regularizadoras, em até 15 (quinze) dias, as quais deverão ser comunicadas ao Tribunal no mesmo prazo.

§ 2º Na hipótese do inciso I do § 1º deste artigo, os processos poderão ser submetidos, em bloco, à apreciação da respectiva Câmara mediante relação que identifique, com precisão, o servidor, seu cargo e a unidade ou o órgão de lotação.

§ 3º Denegado o registro, nos termos do inciso II deste artigo, o responsável que, injustificadamente, deixar de adotar as medidas regularizadoras determinadas responderá, administrativamente, pelos pagamentos irregulares, sem prejuízo da sustação do ato, da aplicação das sanções legais cabíveis e da apuração de responsabilidade civil ou criminal.

§ 4º Para fins do disposto no parágrafo anterior, a Câmara competente determinará a instauração ou a conversão do processo em tomada de contas especial, para apurar responsabilidades e promover o ressarcimento ao erário.

§ 5º Determinado o registro e devolvidos os documentos, os autos serão arquivados pela Secretaria da Câmara.

Art. 259. As apostilas, os títulos declaratórios de direitos e quaisquer atos que modifiquem os assentamentos feitos em razão dos incisos I e II do art. 256 deste Regimento, serão averbados pelo Tribunal.

CAPÍTULO V

DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Seção I

DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Art. 260. O Tribunal fiscalizará as contratações públicas, bem como os respectivos procedimentos licitatórios ou de dispensa e inexigibilidade.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, o Tribunal poderá solicitar informações e requisitar documentos relativos aos procedimentos licitatórios e aos contratos.

Art. 261. Os critérios para a fiscalização dos procedimentos licitatórios e dos contratos referidos no artigo anterior serão estabelecidos em ato normativo próprio.

Subseção I

DO EXAME PRÉVIO DE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Art. 262. Os instrumentos convocatórios referentes aos procedimentos licitatórios instaurados pelos órgãos ou entidades estaduais e municipais sujeitam-se a exame pelo Tribunal.

Art. 263. O Tribunal, o Conselheiro ou o Auditor poderá requisitar por iniciativa própria, ou mediante solicitação do Ministério Público junto ao Tribunal, cópia de instrumento convocatório já publicado, bem como dos documentos que se fizerem necessários ao seu exame.

(Artigo com redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 20/2013, de 11/12/2013)

Parágrafo único. O Relator, a Câmara ou o Tribunal Pleno poderão determinar as diligências que entender necessárias para complemento da instrução processual ou enviar o processo à unidade técnica competente para análise.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 20/2013, de 11/12/2013)

Art. 264. A licitação poderá ser liminarmente suspensa se constatadas irregularidades graves que possam causar lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

§ 1º Em caso de decisão monocrática, o Relator deverá submeter sua decisão à ratificação do Colegiado competente na sessão subsequente, sob pena de perda de eficácia, observado o disposto no § 2º do art. 197 deste Regimento.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 2º da Resolução nº 23/2013, de 18/12/2013)

§ 2º O responsável pela licitação será intimado para, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados na forma do art. 168 deste Regimento, comprovar a suspensão da licitação, sob pena de sanção nos termos do art. 85, inciso III, da Lei Complementar nº 102/2008.

Art. 265. Constatadas irregularidades que possam comprometer os princípios e as normas licitatórias, o responsável será citado para, no prazo de até 10 (dez) dias, contados na forma do art. 168 deste Regimento, apresentar defesa ou proceder às adequações necessárias ao atendimento das determinações do Tribunal, com o envio de cópia da minuta do instrumento convocatório retificado para análise.

§ 1º Após a manifestação do responsável, o Relator poderá encaminhar os autos à unidade técnica competente para que promova, no prazo de 5 (cinco) dias, a análise do processo que deverá ser enviado ao Ministério Público junto ao Tribunal para parecer conclusivo em igual prazo.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 20/2013, de 11/12/2013)

§ 2º Concluso ao Relator, o processo será submetido, em até 15 (quinze) dias, à deliberação do Colegiado competente, o qual poderá revogar a suspensão da licitação.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 20/2013, de 11/12/2013)

Art. 266. Inexistindo irregularidade que justifique a suspensão do procedimento licitatório e, após parecer conclusivo do Ministério Público junto ao Tribunal, o Relator determinará a inclusão do processo em pauta.

(Artigo com redação dada pelo art. 3º da Resolução nº 20/2013, de 11/12/2013)

Subseção II

DA SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO

Art. 267. No exercício da fiscalização dos procedimentos licitatórios, o Tribunal, de ofício ou por meio de denúncia ou representação, poderá suspendê-los, mediante decisão fundamentada, em qualquer fase, até a data da assinatura do respectivo contrato ou da entrega do bem ou do serviço, se houver fundado receio de grave lesão ao erário, fraude ou risco de ineficácia da decisão de mérito.

Parágrafo único. Aplicam-se à suspensão da licitação, no que couber, as disposições relativas ao exame prévio de ato convocatório e às medidas cautelares estabelecidas neste Regimento.

Seção II

DOS CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Art. 268. O Tribunal fiscalizará os contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres de que resultem receita ou despesa.

Art. 269. A fiscalização dos instrumentos de que trata o artigo anterior compreenderá, além dos requisitos para sua correta celebração, o exame da execução do objeto e das condições pactuadas, tendo em vista os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, legitimidade, economicidade e razoabilidade.

Art. 270. A fiscalização da aplicação de recurso repassado ou recebido pelo Estado ou por Município, incluídas as entidades da administração indireta, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, será feita pelo Tribunal com vistas a verificar, entre outros aspectos, o alcance dos objetivos acordados, a regularidade da aplicação dos recursos e a observância das normas legais e regulamentares pertinentes.

§ 1º Os órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal que estejam inadimplentes na execução das obrigações assumidas não poderão firmar convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere para fins de recebimento de recursos estaduais ou municipais, enquanto não regularizarem a situação.

§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo caso seja comprovado que o atual gestor não é o responsável pelos atos inquinados de irregularidade e que tomou as devidas providências para saná-la.

§ 3º Ficará sujeita à multa prevista no inciso II do artigo 85 da Lei Complementar nº 102/2008 a autoridade administrativa que transferir, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congênere, recurso estadual ou municipal a beneficiário omissos na prestação de contas de recurso anteriormente recebido ou que tenha dado causa à perda, extravio ou a outra irregularidade de que resulte dano ao erário, ainda não ressarcido.

Art. 271. A fiscalização pelo Tribunal da aplicação de recursos transferidos, sob as modalidades de subvenção, auxílio e contribuição, compreenderá as fases de concessão, utilização e prestação de contas e será realizada, no que couber, na forma estabelecida no artigo anterior.

Seção III

DOS ATOS DE RECEITA E DESPESA

Subseção I

DA ARRECADAÇÃO E RENÚNCIA DE RECEITAS

Art. 272. A fiscalização da arrecadação da receita de competência dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes do Estado e do Município, bem como dos fundos e demais instituições sob jurisdição do Tribunal, será feita mediante os instrumentos legais e regimentais.

Art. 273. A fiscalização pelo Tribunal da renúncia de receitas será feita, preferencialmente, mediante auditorias, inspeções ou acompanhamentos nos órgãos supervisores, bancos operadores e fundos que tenham atribuição administrativa de conceder, gerenciar ou utilizar os recursos decorrentes das aludidas renúncias, sem prejuízo do julgamento das prestações e tomadas de contas apresentadas pelos referidos órgãos, entidades e fundos, quando couber, na forma estabelecida em ato normativo do Tribunal.

Parágrafo único. A fiscalização terá como objetivos, entre outros, verificar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade das ações dos órgãos e entidades mencionados no artigo anterior, bem como o efetivo benefício sócio-econômico das renúncias.

Subseção II

DA DESPESA

Art. 274. A fiscalização da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos da gestão da despesa abrangerá todas as suas fases e se realizará mediante os instrumentos legais e regimentais pertinentes.

Seção IV

DAS DELIBERAÇÕES EM PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DE ATOS, CONTRATOS, CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Art. 275. Ao apreciar processo decorrente de fiscalização de atos, contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, o Relator ou o Tribunal, observadas as respectivas competências:

I - determinará o arquivamento do processo ou o seu apensamento às contas correspondentes, se pertinente, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;

II - determinará ao responsável ou a quem lhe haja sucedido a adoção de providências com vistas a evitar a reincidência, quando verificadas faltas ou impropriedades de caráter formal, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento das determinações;

III - recomendará a adoção de providências, quando verificadas oportunidades de melhoria de desempenho e de maior efetividade dos programas e políticas públicas, encaminhando os autos à unidade técnica competente, para fins de monitoramento do cumprimento das determinações;

IV - ordenará à autoridade administrativa competente a instauração de tomada de contas especial, caso seja constatado indício de desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário;

V - determinará a conversão do processo de fiscalização em tomada de contas especial, observadas as disposições do art. 249 deste Regimento.

Art. 276. Caracterizada infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial, o Relator determinará a citação do responsável para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar razões de defesa.

§ 1º Acolhidas as razões de defesa, o Tribunal adotará a providência cabível, nos termos do art. 275 deste Regimento.

§ 2º Não elidido o fundamento da impugnação, o Tribunal aplicará ao responsável, no próprio processo de fiscalização, a multa prevista no art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2008, na hipótese de infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária ou patrimonial.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o Relator determinará o apensamento do processo às contas do exercício correspondente, desde que ainda não apreciadas.

Art. 277. Verificada a irregularidade ou ilegalidade de ato ou contrato, o Tribunal assinará prazo de até 15 (quinze) dias para que o responsável adote as providências necessárias ao cumprimento da lei, com indicação expressa dos dispositivos a serem observados, sem prejuízo do disposto no inciso IV do art. 275 deste Regimento e nos §§ 2º e 3º do artigo anterior.

§ 1º No caso de ato administrativo, o Tribunal, se não atendido:

I - sustará a execução do ato impugnado, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no art. 85, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2008;

II - comunicará a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal.

§ 2º No caso de contrato, o Tribunal, se não atendido, adotará a providência prevista no inciso II do parágrafo anterior para que o Poder Legislativo delibere sobre a sustação do instrumento e solicite, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 3º Se não forem efetivadas as medidas previstas no parágrafo anterior, no prazo de 90 (noventa) dias, o Tribunal decidirá a respeito da sustação do contrato.

§ 4º Verificada a hipótese do parágrafo anterior e se decidir sustar o contrato, o Tribunal:

I - determinará ao responsável que, no prazo de 15 (quinze) dias, adote as medidas necessárias ao cumprimento da decisão;

II - comunicará a decisão à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 5º Não atendida a determinação prevista no inciso I do § 4º deste artigo, aplicar-se-á a sanção prevista no inciso III do art. 318 deste Regimento Interno.

CAPÍTULO VI

DOS INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 278. São instrumentos de fiscalização do Tribunal:

I - acompanhamento no Órgão Oficial do Estado e de Município ou por outro meio de divulgação, das publicações referentes a atos de gestão de recursos públicos;

II - realização de inspeções e de auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III - monitoramento do cumprimento das deliberações do Tribunal e dos resultados delas advindos;

IV - requisição de informações e documentos;

V - levantamentos.

Seção II

DO ACOMPANHAMENTO

Art. 279. Acompanhamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para examinar, em um período predeterminado, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a eficiência, a legitimidade, a economicidade e a razoabilidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Art. 280. As atividades dos órgãos e entidades jurisdicionados serão acompanhadas de forma seletiva e concomitante, mediante informações obtidas:

I - pelas publicações em órgãos oficiais de imprensa;

II - por meio de documentos requisitados pelo Tribunal e/ou colocados à sua disposição;

III - por meio de encontros e visitas técnicas ou participações em eventos promovidos por órgãos e entidades da Administração Pública.

Seção III

DAS AUDITORIAS E INSPEÇÕES

Art. 281. O Tribunal, no exercício de suas atribuições, poderá realizar, por iniciativa própria ou a pedido da Assembleia Legislativa, de Câmara Municipal ou de comissão de qualquer dessas Casas, auditoria e inspeção de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em órgão ou entidade da administração direta ou indireta dos Poderes do Estado ou de Município e do Ministério Público Estadual.

Art. 282. Para fins do disposto neste Regimento, considera-se:

I - auditoria, o procedimento de fiscalização com a finalidade de:

a) avaliar a legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, eficiência, eficácia e efetividade da gestão de recursos públicos, bem como da execução e resultados alcançados pelas políticas e programas públicos;

b) avaliar as operações, atividades, sistemas de gerenciamento e controle interno;

c) conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes do Estado e do Município, ou do Ministério Público Estadual, bem como dos fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, quanto aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

II - inspeção, o procedimento de fiscalização com a finalidade de:

a) suprir omissões, falhas ou dúvidas e esclarecer aspectos atinentes a atos, documentos ou processos em exame;

b) obter dados ou informações preliminares sobre a procedência de fatos relacionados a denúncias ou representações;

c) verificar o cumprimento de decisões do Tribunal.

Art. 283. O Presidente do Tribunal aprovará o plano anual de auditorias e inspeções, observadas as diretrizes estabelecidas para o período, bem como os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, os Conselheiros, Auditores e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal poderão apresentar propostas de realização de auditoria e inspeção.

§ 2º A unidade técnica competente elaborará o plano anual de auditorias e inspeções e o submeterá ao Presidente do Tribunal para apreciação.

Art. 284. O Conselheiro, Auditor e o Ministério Público junto ao Tribunal poderão propor a realização de auditorias e inspeções, independentemente de previsão no plano anual, observadas as diretrizes estabelecidas para o período e os critérios para o exercício do controle.

Parágrafo único. Compete ao Presidente do Tribunal autorizar a realização das auditorias e inspeções.

Art. 285. Ao servidor efetivo que exercer função típica de controle externo, designado pelo Presidente ou pelo Diretor que dele receber delegação, para desempenhar funções de auditoria e inspeção, são asseguradas as seguintes prerrogativas:

I - livre ingresso em órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do Tribunal;

II - acesso a todos os documentos e informações necessários à realização de seu trabalho, até sistemas eletrônicos de processamento de dados, que não poderão ser sonegados, sob qualquer pretexto;

III - requerer, por escrito, aos responsáveis pelos órgãos e entidades os documentos e informações necessários, fixando prazo razoável para atendimento.

§ 1º Durante os trabalhos de fiscalização, os servidores comunicarão a seu superior hierárquico as irregularidades que, por sua gravidade, devam ser objeto de providências imediatas do Tribunal.

§ 2º Em casos emergenciais ou de risco potencial na realização do trabalho, poderá ser solicitado o auxílio de força policial.

§ 3º Os servidores designados para os fins previstos no caput deste artigo deverão guardar sigilo sobre dados e informações, obtidos em decorrência do exercício de suas funções e pertinentes aos assuntos sob fiscalização, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de relatórios técnicos de sua competência.

Art. 286. Constatada obstrução ao exercício de fiscalização, ou sonegação de processo, documento, informação ou acesso a sistemas eletrônicos de processamentos de dados, o Colegiado competente ou o Relator assinará prazo improrrogável de até 15 (quinze) dias, para que a autoridade responsável pela unidade jurisdicionada adote medidas que assegurem o livre exercício da fiscalização.

§ 1º Vencido o prazo e não cumprida a determinação, o Tribunal representará ao Presidente da Assembleia Legislativa ou da Câmara Municipal, conforme o caso, para as medidas cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções legais.

§ 2º Qualquer ocorrência de ameaça velada ou explícita, de animosidade, de indisposição ou de intimidação a servidor, em trabalho externo, deve ser imediatamente informada ao superior hierárquico que comunicará o fato ao Presidente do Tribunal para que sejam adotadas as medidas necessárias à aplicação das sanções legais cabíveis.

Art. 287. O relatório de auditoria ou de inspeção será minucioso, objetivo, motivado e conclusivo, de modo a possibilitar ao Tribunal deliberar com base nos fatos relatados pela equipe técnica e nos documentos indispensáveis à comprovação das ocorrências.

Parágrafo único. O relatório da unidade técnica competente deverá indicar os responsáveis, indícios de irregularidades porventura encontrados, entre outros elementos que permitam o exercício do direito à ampla defesa.

Art. 288. O Tribunal comunicará aos respectivos gestores o resultado das auditorias e inspeções que realizar para conhecimento e, quando for o caso, determinará a adoção de medidas saneadoras das impropriedades e falhas identificadas.

Art. 289. O Tribunal disciplinará, em ato normativo próprio, o procedimento a ser adotado em auditoria operacional.

Seção IV

DO MONITORAMENTO

Art. 290. Monitoramento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos.

Art. 291. O monitoramento será realizado:

I - pelo Ministério Público junto ao Tribunal, nos casos das medidas cautelares mencionadas no § 1º do art. 96 da Lei Complementar nº 102/08 e da execução de decisão do Tribunal que impute débito ou multa, promovida pela Advocacia Geral do Estado ou pelas procuradorias dos municípios;

II - nos demais casos, pelas unidades técnicas do Tribunal com o apoio dos órgãos de controle interno das unidades jurisdicionadas.

Parágrafo único. Para o exercício do monitoramento, o Tribunal poderá requisitar, periodicamente, informações e relatórios, bem como realizar inspeções.

Art. 292. Para o exercício do monitoramento, o Tribunal manterá cadastro que contenha as recomendações, ressalvas e irregularidades constatadas em suas deliberações, organizadas por entidades jurisdicionadas.

Art. 293. O monitoramento será disciplinado em ato normativo próprio.

Seção V

DA REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

Art. 294. O Tribunal, as Câmaras ou o Relator poderão requisitar, a qualquer tempo, informações e documentos dos órgãos e entidades jurisdicionados com a finalidade de:

I - subsidiar o planejamento e execução das atividades de controle externo;

II - possibilitar o acompanhamento dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

Parágrafo único. O Relator poderá delegar, por portaria, ao responsável por unidade técnica competente do Tribunal a requisição de informações e documentos, observado o disposto no § 1º do art. 140 deste Regimento.

Seção VI

DOS LEVANTAMENTOS

Art. 295. Levantamento é o instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal para:

I - conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades estaduais e municipais, incluídos fundos e demais instituições que lhe sejam jurisdicionadas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais no que se refere aos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;

II - identificar objetos e instrumentos de fiscalização;

III - aprimorar seus mecanismos de controle.

Art. 296. O levantamento será disciplinado em ato normativo próprio.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO FISCAL

Art. 297. O Tribunal fiscalizará, na forma prevista em ato normativo próprio, o cumprimento das normas relativas à gestão fiscal do Estado e dos Municípios, notadamente as previstas na Lei Complementar Federal nº 101/2000, observado, em especial:

I - o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - os limites e as condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

- III - as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao limite legal;
- IV - as providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária ao respectivo limite;
- V - a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
- VI - o cálculo dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão;
- VII - o cumprimento dos limites com gastos totais dos Poderes Legislativos estadual e municipais.

Art. 298. O Tribunal Pleno ou as Câmaras alertará os responsáveis pelos Poderes e órgãos para que adotem as providências cabíveis quando constatado que:

- I - a realização da receita, no final de um bimestre, poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais;
- II - o montante da despesa com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;
- III - os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;
- IV - os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei; e
- V - existem fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou há indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Art. 299. Compete ao Presidente da 1ª Câmara e, alternadamente, a cada ano, ao Presidente da 2ª Câmara, a condução dos procedimentos de matéria atinente à emissão do alerta previsto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, a autorização da substituição de dados dos relatórios previstos nos arts. 52 e 54 do referido diploma legal e a aplicação das sanções decorrentes de descumprimento das determinações do Tribunal relativas à gestão fiscal.

Art. 300. O Conselheiro Relator sorteado para o acompanhamento da execução orçamentária e das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado será o responsável pela proposição da emissão do alerta previsto no § 1º do art. 59 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, pela autorização da substituição de dados dos relatórios previstos nos arts. 52 e 54 do referido diploma legal e pela aplicação das sanções decorrentes de descumprimento das determinações do Tribunal relativas à gestão fiscal das contas governamentais.

CAPÍTULO VIII

DA DENÚNCIA E DA REPRESENTAÇÃO

Seção I

DA DENÚNCIA

Art. 301. Qualquer cidadão, partido político, associação legalmente constituída ou sindicato poderá denunciar ao Tribunal irregularidades ou ilegalidades de atos praticados na gestão de recursos públicos sujeitos à sua fiscalização.

§ 1º São requisitos de admissibilidade da denúncia:

- I - referir-se à matéria de competência do Tribunal;
- II - ser redigida com clareza;
- III - conter o nome completo, a qualificação, cópia do documento de identidade e do Cadastro de Pessoa Física e o endereço completo do denunciante;
- IV - conter informações sobre o fato, a autoria, as circunstâncias e os elementos de convicção;
- V - indicar as provas que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.

§ 2º A denúncia apresentada por pessoa jurídica será instruída com prova de sua existência e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.

Art. 302. O direito de denúncia será exercido mediante requerimento dirigido ao Presidente do Tribunal que decidirá a respeito do seu cabimento, tendo em vista o preenchimento dos requisitos constantes dos §§ 1º e 2º do artigo anterior.

§ 1º Se a denúncia apresentar indício veemente da existência do fato denunciado, poderá o Presidente, na falta de outros requisitos de admissibilidade, determinar ao denunciante que a complete ou a emende, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.

§ 2º Ainda que não estejam presentes todos os requisitos de admissibilidade, o Presidente, motivadamente, diante de indício suficiente da existência da irregularidade e, levando em consideração a sua gravidade, poderá admitir a denúncia.

Art. 303. O denunciante não se sujeitará a qualquer sanção administrativa, cível ou penal em decorrência da denúncia, salvo em caso de comprovada má-fé.

Parágrafo único. Comprovada a má-fé, o fato será comunicado ao Ministério Público junto ao Tribunal para as medidas legais cabíveis.

Art. 304. Em caso de urgência, a denúncia poderá ser encaminhada ao Tribunal por telegrama, fac-símile ou outro meio eletrônico, sempre com confirmação de recebimento e posterior remessa do original em 05 (cinco) dias, contados a partir da mencionada confirmação, sob pena de arquivamento.

Art. 305. Preenchendo a denúncia os requisitos de admissibilidade, o Presidente determinará a sua autuação e distribuição, mantendo-se o caráter sigiloso até que sejam reunidas as provas que indiquem a existência de irregularidade ou ilegalidade.

Parágrafo único. Admitida a denúncia, esta somente poderá ser arquivada depois de efetuadas as diligências pertinentes e mediante decisão fundamentada do Relator que deverá submetê-la ao respectivo Colegiado mediante inclusão em pauta.

Art. 306. Para apuração da procedência dos fatos denunciados o Tribunal ou Relator, entre outras medidas, poderá:

- I - intimar o denunciante para apresentar esclarecimentos, no prazo de até 15 (quinze) dias;
- II - requisitar informações e documentos que entender pertinentes;
- III - solicitar a realização de inspeção extraordinária ao Presidente.

Art. 307. Havendo indício de irregularidade, o Relator determinará a citação do denunciado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, improrrogáveis, para defesa.

§ 1º Apresentada a defesa, serão os autos encaminhados à unidade técnica competente para análise e manifestação conclusiva, após o que, deverão ser remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para fins do disposto no inciso IX, alínea d, do art. 61 deste Regimento.

§ 2º Com os elementos de instrução, os autos deverão ser conclusos ao Relator para inclusão em pauta.

§ 3º A denúncia será convertida em tomada de contas especial na hipótese do art. 249 deste Regimento e, nas demais hipóteses, será aplicado, no que couber, o disposto na Seção IV do Capítulo V do Título VII.

§ 4º Sem prejuízo das medidas mencionadas nos parágrafos anteriores, se houver indícios de infração penal de qualquer natureza na denúncia ou representação, os autos serão encaminhados ao Ministério Público junto ao Tribunal para a promoção das medidas cabíveis.

Art. 308. O pedido de vista nos processos de denúncia e o fornecimento de informações, cópias e certidões a eles relativas serão disciplinados em ato normativo do Tribunal.

Art. 309. O denunciante e o denunciado poderão requerer ao Tribunal certidão dos fatos apurados e das decisões, a qual deverá ser fornecida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido, desde que o respectivo processo de apuração tenha sido concluído ou arquivado.

Seção II

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 310. Serão recebidos pelo Tribunal como representação os documentos encaminhados por agentes públicos, comunicando a ocorrência de ilegalidades ou irregularidades de que tenham conhecimento, em virtude do exercício do cargo, emprego ou função, bem como os expedientes de outras origens que devam revestir-se dessa forma, por força de lei específica.

Parágrafo único. Poderão representar ao Tribunal:

- I - Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- II - Membros do Ministério Público Estadual;
- III - Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

- IV** - Senadores da República, Deputados Federais e Estaduais, Vereadores e Magistrados;
- V** - responsáveis pelos órgãos de controle interno;
- VI** - servidores públicos e demais autoridades dos órgãos e entidades da administração pública;
- VII** - responsáveis por unidade técnica do Tribunal;
- VIII** - outros órgãos, entidades ou pessoas que detenham essa prerrogativa por força de suas atribuições legais.

Art. 311. Aplicam-se à representação, no que couber, as normas relativas às denúncias.

Art. 312. A representação a que se refere o § 1º do art. 113 da Lei Federal nº 8.666/1993 será autuada e processada como denúncia e obedecerá às normas previstas no art. 301 e seguintes deste Regimento.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, a denúncia deverá conter, além dos requisitos previstos no § 1º do art. 301, cópia do instrumento convocatório completo.

CAPÍTULO IX

DO APOIO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO

Art. 313. No apoio às atividades de controle externo, os órgãos de controle interno das unidades jurisdicionadas do Tribunal deverão exercer, entre outras, as seguintes atividades:

I - realizar, por iniciativa própria ou a pedido do Tribunal, auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer que consignarão qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada e indicarão as medidas adotadas para corrigir as falhas encontradas;

II - emitir parecer conclusivo sobre os atos de gestão dos responsáveis sob seu controle;

III - alertar a autoridade administrativa competente para que adote as medidas visando ao ressarcimento do erário e, no caso deste não ser obtido, que instaure, imediatamente, a tomada de contas especial;

IV - fornecer ao Tribunal informações relativas ao planejamento, execução e resultados de suas ações;

V - apoiar o monitoramento realizado pelo Tribunal para verificar o cumprimento de suas deliberações e os resultados delas advindos;

VI - outras providências estabelecidas em atos normativos do Tribunal.

Parágrafo único. Os órgãos de controle interno deverão encaminhar ao Tribunal o plano de auditorias para o exercício subsequente, bem como os respectivos relatórios de auditoria.

Art. 314. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo único. Ao comunicar ao Tribunal a constatação de irregularidade ou ilegalidade, o responsável pelo órgão de controle interno indicará as providências que foram adotadas para:

I - atender às prescrições legais e sanar as irregularidades;

II - ressarcir o eventual dano causado ao erário;

III - evitar ocorrências semelhantes.

TÍTULO VIII
DAS SANÇÕES

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 315. O Tribunal, ao constatar irregularidade ou descumprimento de obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá, observado o devido processo legal, aplicar, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - multa;

II - inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o poder público.

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista no III deste artigo será imposta quando verificada a ocorrência de fraude comprovada na licitação, ficando o licitante fraudador impedido de licitar e contratar com o poder público estadual e municipal, por até 5 (cinco) anos.

§ 2º Será comunicada ao órgão competente a decisão que declarar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e a proibição de licitar e contratar com o poder público estadual e municipal, para conhecimento e efetivação das medidas administrativas necessárias.

§ 3º A autoridade competente que deixar de efetivar as medidas administrativas a que se refere o parágrafo anterior será responsabilizada, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no inciso III do art. 318 deste Regimento e comunicação ao Ministério Público junto ao Tribunal, para adoção das providências cabíveis.

§ 4º O cumprimento das decisões de que trata o § 2º será objeto de monitoramento nos termos do inciso II do art. 291 deste Regimento.

Art. 316. Além das sanções previstas neste Regimento, verificada a existência de dano ao erário, o Tribunal determinará o seu ressarcimento aos cofres públicos pelo responsável ou sucessor, observado o disposto no inciso VIII do art. 2º deste Regimento.

Parágrafo único. O não cumprimento das decisões do Tribunal referentes ao ressarcimento de valores, no prazo e na forma fixados, resultará no impedimento de obtenção de certidão liberatória para fins de recebimento de transferências voluntárias.

CAPÍTULO II

DAS MULTAS

Art. 317. A multa será aplicada de forma individual, a cada agente que tiver concorrido para o fato, sendo o seu pagamento de responsabilidade pessoal dos infratores.

Parágrafo único. A decisão que determinar a aplicação de multa definirá as responsabilidades individuais.

Art. 318. O Tribunal poderá aplicar multa de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) aos responsáveis pelas contas e pelos atos indicados a seguir, observados os seguintes percentuais desse montante:

I - até 100% (cem por cento), por contas julgadas irregulares;

II - até 100% (cem por cento), por ato praticado com grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III - até 30% (trinta por cento), por descumprimento de despacho, decisão ou diligência do Relator ou do Tribunal;

IV - até 70% (setenta por cento), por obstrução ao livre exercício de fiscalização do Tribunal;

V - até 50% (cinquenta por cento), por sonegação de processo, documento ou informação necessários ao exercício do controle externo;

VI - até 50% (cinquenta por cento), por reincidência no descumprimento de determinação do Relator ou do Tribunal;

VII - até 40% (quarenta por cento), pelo não encaminhamento de relatórios, documentos e informações a que estão obrigados por força de lei ou de ato normativo do Tribunal, no prazo e na forma estabelecidos;

VIII - até 100% (cem por cento), por omissão no cumprimento do dever funcional de levarem ao conhecimento do Tribunal irregularidade ou ilegalidade de que tenham tido ciência, na qualidade de integrantes do controle interno;

IX - até 50% (cinquenta por cento), pelo não encaminhamento ao Tribunal da resolução e das atas de julgamento das contas prestadas pelo Prefeito, nos termos do § 1º do art. 239 deste Regimento;

X - até 30% (trinta por cento), pela retenção de quantia a ser recolhida aos cofres públicos, por tempo superior ao previsto em lei;

XI - até 10% (dez por cento), pela interposição de embargos declaratórios manifestamente protelatórios.

Parágrafo único. O valor máximo da multa de que trata o caput deste artigo será atualizado, periodicamente, mediante ato normativo do Tribunal, com base na variação acumulada no período por índice oficial.

Art. 319. Apurada a prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, sem prejuízo do ressarcimento, poderá o Tribunal aplicar ao responsável multa de até 100% (cem por cento) do valor atualizado do dano.

Art. 320. Na fixação da multa, o Tribunal considerará, entre outras circunstâncias, a gravidade da falta, o grau de instrução do servidor ou do responsável e sua qualificação funcional, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 321. O Tribunal poderá fixar multa diária, nos casos em que o descumprimento de diligência ou decisão puder ocasionar dano ao erário ou impedir o exercício das ações de controle externo.

Parágrafo único. O Tribunal suspenderá a cominação prevista no caput deste artigo, na data em que cessar o descumprimento da obrigação.

Art. 322. A decisão que cominar multa deverá identificar a irregularidade que lhe deu causa e os respectivos responsáveis, bem como indicar a fundamentação para aplicação da sanção.

Art. 323. O Relator ou o Tribunal poderá autorizar o recolhimento parcelado da importância devida a título de multa, na forma estabelecida no art. 366 deste Regimento.

TÍTULO IX
DOS RECURSOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 324. Das decisões do Tribunal caberão os seguintes recursos:

- I - recurso ordinário;
- II - agravo;
- III - embargos de declaração;
- IV - pedido de reexame.

Art. 325. Poderão interpor recurso:

- I - os responsáveis pelos atos impugnados;
- II - os interessados, desde que alcançados pela decisão ou que demonstrem razão legítima para intervir no processo;
- III - o Ministério Público junto ao Tribunal.

Parágrafo único. Se o recorrente for o Ministério Público junto ao Tribunal, o Relator, antes de prolatar sua decisão, determinará, preliminarmente, a intimação dos responsáveis ou interessados para, caso queiram, manifestarem-se no prazo de até 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 168 deste Regimento.

Art. 326. Os responsáveis e os interessados que aceitarem expressa ou tacitamente a decisão, não poderão dela recorrer.

Parágrafo único. Considera-se aceitação tácita a prática, sem reserva, de ato incompatível com a vontade de recorrer.

Art. 327. As petições de recursos, obrigatoriamente formuladas por escrito, serão apresentadas à unidade competente que promoverá sua protocolização e autuação em apenso ao processo principal e distribuição a um Relator.

Parágrafo único. Salvo determinação em contrário, o agravo não será apensado ao processo principal.

Art. 328. A Secretaria do Colegiado competente, antes de fazer os autos conclusos ao Relator, certificará se o recurso é renovação de anterior, o início da contagem do prazo recursal e a data de sua interposição.

Parágrafo único. O juízo de admissibilidade dos recursos será feito pelo Relator, levando em consideração, dentre outros aspectos, os dados contidos na certidão a que se refere o caput deste artigo.

Art. 329. O recurso não será admitido, liminarmente, quando:

- I - não se achar devidamente formalizado;
- II - for manifestamente impróprio ou inepto;
- III - o recorrente for ilegítimo;
- IV - for intempestivo.

§ 1º Quando o indeferimento liminar a que se refere o caput deste artigo for proferido pelo Conselheiro Relator, deverá o recorrente ser intimado desta decisão.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

§ 2º Quando a inadmissão a que se refere o caput deste artigo for proferida por Auditor Relator, deverá ser submetida à ratificação do Colegiado competente, na primeira sessão subsequente.

Art. 330. Salvo caso de má-fé ou erro grosseiro, o recorrente não será prejudicado pela interposição de um recurso por outro, desde que respeitado o prazo de interposição do recurso cabível.

Art. 331. O Relator poderá determinar diligências que entender necessárias para instrução do processo de recurso.

§ 1º O Relator designado para atuar em recurso ordinário ou em pedido de reexame é competente para resolver questões atinentes aos autos do processo principal, até a deliberação proferida no recurso ordinário ou no pedido de reexame.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 09/2013, de 08/05/2013)

§ 2º No caso de recurso ordinário e nos pedidos de reexame e de rescisão interpostos pelos responsáveis ou interessados, será obrigatória a manifestação do Ministério Público junto ao Tribunal, em até 15 (quinze) dias, contados da data em que receber o processo, mediante parecer escrito.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 1º da Resolução nº 09/2013, de 08/05/2013)

Art. 332. O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso.

Art. 333. O início, o decurso e o término dos prazos relativos aos recursos que tramitam no Tribunal obedecerão às normas do Código de Processo Civil, no que couber.

CAPÍTULO II

DO RECURSO ORDINÁRIO

Art. 334. Das decisões definitivas proferidas pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras ou pelo Relator caberá recurso ordinário que terá efeitos suspensivo e devolutivo.

Art. 335. O recurso ordinário será interposto, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, na forma prevista no art. 168 deste Regimento, e deverá conter:

- I - o(s) nome(s) e a qualificação do(s) interessado(s);
- II - os fundamentos de fato e de direito;
- III - o pedido da nova decisão.

§ 1º O recurso ordinário será apreciado pelo Tribunal Pleno e a sua distribuição não poderá recair no Relator do acórdão recorrido.

§ 2º Não caberá recurso ordinário em parecer prévio.

Art. 336. Se o recurso ordinário for interposto pelo responsável ou pelo interessado, o Relator poderá determinar a manifestação da unidade técnica competente, no prazo de até 15 (quinze) dias e, em seguida, serão os autos remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para parecer conclusivo em igual prazo.

Parágrafo único. Não havendo determinação de manifestação da unidade técnica competente, o Relator encaminhará os autos diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal para cumprimento do disposto no caput deste artigo, após o que o processo será concluso para voto e posterior inclusão em pauta.

CAPÍTULO III

DO AGRAVO

Art. 337. Das decisões interlocutórias e terminativas proferidas pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras ou pelo Relator, caberá agravo, salvo das decisões que não conhecem das consultas.

Parágrafo único. O Relator poderá fundamentadamente atribuir efeito suspensivo ao agravo, nos casos em que da decisão agravada possa resultar lesão grave ou de difícil reparação.

Art. 338. O agravo será interposto, uma única vez, dirigido ao Relator da decisão agravada, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão, na forma do art. 168 deste Regimento, e deverá conter:

- I - a exposição do fato e do direito;
- II - as razões de reforma da decisão;
- III - cópia da decisão agravada com o respectivo termo de juntada.

Parágrafo único. A parte poderá instruir o agravo com a indicação de cópias de outras peças processuais que entender úteis ao julgamento da questão agravada.

Art. 339. Recebido o recurso de agravo, o Relator poderá, dentro de 10 (dez) dias, reformar a decisão, se monocrática, ou submeter o agravo:

- I - ao Tribunal Pleno, em matéria de sua competência e nas decisões de Câmara;

II - à Câmara, nas decisões de Relator em matéria de sua competência.

Art. 340. Provido ou não o agravo, a Secretaria do Colegiado competente certificará a decisão nos autos, após o que o processo principal seguirá a tramitação regimental.

Art. 341. Transitada em julgado a decisão no agravo, cópia do acórdão será juntada aos autos do processo principal, devendo o agravo ser apensado ao processo principal, se for o caso.

CAPÍTULO IV

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 342. Cabem embargos de declaração para corrigir obscuridade, omissão ou contradição em acórdãos proferidos pelo Tribunal Pleno ou pelas Câmaras e em decisões monocráticas.

Art. 343. Os embargos de declaração serão dirigidos ao Relator do acórdão recorrido, no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da decisão, na forma do art. 168 deste Regimento, e deverão conter, de forma clara e precisa, a indicação da obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida.

Art. 344. A interposição de embargos de declaração interrompe a contagem dos prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição de outros recursos.

Art. 345. Recebidos os embargos de declaração, o Relator, independentemente de inclusão em pauta, os apresentará para julgamento na primeira sessão subsequente, salvo motivo de força maior.

Art. 346. Providos os embargos de declaração, a decisão se limitará a corrigir a obscuridade, omissão ou contradição apontada pelo recorrente.

Art. 347. Não haverá sustentação oral no julgamento de embargos de declaração.

Art. 348. Quando os embargos de declaração forem considerados meramente protelatórios e o Colegiado competente assim os tiver declarado, será aplicada multa ao embargante, nos termos do artigo 318, inciso XI, deste Regimento.

CAPÍTULO V

DO PEDIDO DE REEXAME

Art. 349. Caberá pedido de reexame, com efeito suspensivo, em parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Governador e pelos Prefeitos.

Art. 350. O pedido de reexame será interposto uma única vez, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do parecer prévio, na forma prevista no art. 168 deste Regimento, e conterá:

I - o(s) nome(s) e a qualificação do(s) interessado(s);

II - os fundamentos de fato e de direito;

III - o pedido de novo parecer.

Parágrafo único. O pedido de reexame será apreciado pelo Colegiado que emitiu o parecer prévio e sua distribuição não poderá recair no Relator do processo de prestação de contas, ou, se vencido o Relator, no prolator do voto vencedor.

Art. 351. Recebido o pedido de reexame interposto pelo responsável ou interessado, o Relator poderá determinar a manifestação da unidade técnica competente, no prazo de até 15 (quinze) dias, após o que serão os autos remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal para parecer conclusivo em igual prazo.

Parágrafo único. Não havendo determinação de manifestação da unidade técnica competente, o Relator encaminhará os autos diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal para cumprimento do disposto no caput deste artigo, e, em seguida, o processo será concluso para voto e posterior inclusão em pauta.

Art. 352. Se o pedido de reexame for interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal, recebido o recurso, poderá o Relator determinar a manifestação da unidade técnica competente, no prazo de até 15 (quinze) dias, findo o qual será concluso o processo para voto e deliberação.

Art. 353. O parecer prévio será remetido ao Poder Legislativo decorrido o prazo do art. 40 da Lei Complementar nº 102/2008, ou, se admitido recurso, após decisão definitiva transitada em julgado.

TÍTULO X

DO PEDIDO DE RESCISÃO

Art. 354. O Ministério Público junto ao Tribunal, os responsáveis ou os interessados poderão solicitar a rescisão das decisões definitivas transitadas em julgado proferidas pelo Tribunal Pleno e pelas Câmaras, a qual será recebida sem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Não caberá pedido de rescisão em parecer prévio sobre prestação de contas anual do Governador e dos Prefeitos.

Art. 355. O pedido de rescisão, a ser apreciado pelo Tribunal Pleno, tem natureza autônoma e poderá ser formulado uma única vez, no prazo de até 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão, quando:

- I - a decisão houver sido proferida contra disposição de lei;
- II - o ato, objeto da decisão, houver sido fundado em falsidade não alegada na época do julgamento;
- III - ocorrer superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida ou a decisão adotada.

§ 1º A falsidade a que se refere o inciso II do caput deste artigo, não alegada à época do julgamento, será demonstrada por decisão definitiva proferida pelo Juízo Civil ou Criminal, conforme o caso, ou deduzida e provada no processo de rescisão, garantido-se às partes direito de ampla defesa.

§ 2º Quando não admitido o recurso, considera-se o termo inicial do trânsito em julgado, para contagem do prazo do pedido de rescisão, a data da publicação que inadmitiu o recurso, ressalvada a hipótese do § 3º.

§ 3º Quando não admitido o recurso por intempestividade, considera-se o termo inicial do trânsito em julgado, para contagem do prazo do pedido de rescisão, a data em que a decisão recorrida transitou em julgado.

Art. 356. O pedido de rescisão deverá conter:

- I - o(s) nome(s) e a qualificação do(s) interessado(s);
- II - o fato e os fundamentos em que se baseia o requerente para solicitar a rescisão do julgado;
- III - as provas que servirão para demonstrar o alegado.

Art. 357. O pedido de rescisão formulado pelos responsáveis ou interessados será protocolizado, autuado e distribuído a um Relator, e encaminhado pela unidade de Protocolo à Secretaria do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. A Secretaria do Tribunal Pleno certificará se o pedido de rescisão é renovação de anterior, o início da contagem do prazo e a data de sua propositura.

Art. 358. O pedido de rescisão será distribuído a um Relator que não tenha funcionado nessa qualidade no julgamento que lhe tenha dado causa ou nos recursos interpostos.

Parágrafo único. O Relator poderá não conhecer liminarmente do pedido de rescisão quando não forem atendidos os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 355 deste Regimento, devendo ser publicada a decisão com imediata comunicação ao requerente, nos termos do art. 78 da Lei Complementar nº 102/2008.

Art. 359. Conhecido o pedido, se for interposto pelo responsável ou interessado, o Relator poderá determinar a manifestação da unidade técnica competente, no prazo de até 15 (quinze) dias e, em seguida, serão os autos remetidos ao Ministério Público junto ao Tribunal, para parecer conclusivo em igual prazo.

Parágrafo único. Não havendo determinação de manifestação da unidade técnica competente, o Relator encaminhará os autos diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal para cumprimento do disposto no caput deste artigo, após o que o processo será concluso para inclusão em pauta.

Art. 360. Conhecido o pedido, se for interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal, o Relator determinará, preliminarmente, a intimação dos responsáveis ou interessados para, caso queiram, impugná-lo ou assisti-lo, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 168 deste Regimento.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo fixado no caput, o Relator poderá determinar a manifestação da unidade técnica competente, em até 15 (quinze) dias, que fará conclusão o processo para inclusão em pauta.

Art. 361. Julgado procedente o pedido, o Tribunal rescindirás o acórdão e proferirá, se for o caso, nova decisão.

Art. 362. Para cumprimento e execução, o acórdão do pedido de rescisão e a certidão de julgamento instruirão os autos do feito que lhes deu origem.

TÍTULO XI

DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 363. A decisão do Tribunal de que resulte imputação de débito ou multa terá eficácia de título executivo.

Art. 364. O responsável será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, na forma prevista no art. 168 deste Regimento, efetuar e comprovar o recolhimento do valor devido.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo a que se refere o caput deste artigo sem o cumprimento da determinação, o Tribunal passará certidão de débito contendo a individualização dos responsáveis e o valor do débito e/ou multa imputados, devidamente atualizados, e a remeterá ao Ministério Público junto ao Tribunal, para as providências necessárias à execução da decisão.

Art. 365. Na hipótese de não provimento ou provimento parcial de recurso porventura interposto, o responsável será intimado para efetuar e comprovar o recolhimento do valor devido, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, na forma prevista no art. 168 deste Regimento.

Art. 366. O Tribunal ou o Relator poderá autorizar o recolhimento parcelado da importância devida a título de multa, em até 12 (doze) vezes.

§ 1º O pedido de parcelamento deverá ser dirigido ao Relator, em petição escrita e fundamentada.

§ 2º As parcelas deverão ser devidamente atualizadas, observando-se o índice oficial adotado pelo Tribunal, que será fixado em ato normativo próprio.

§ 3º A falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor e o responsável responderá pelo seu pagamento integral na data do vencimento imediatamente posterior à da inadimplência.

§ 4º Excepcionalmente, o Tribunal poderá autorizar o recolhimento do valor da multa em até 36 (trinta e seis) parcelas, se o responsável apresentar requerimento na forma do § 1º e comprovar que não possui capacidade financeira para quitá-la em 12 (doze) meses.

(Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Resolução nº 01/2014, de 26/02/2014.)

Art. 367. O débito decorrente de multa aplicada pelo Tribunal, quando pago após o vencimento, será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e de atualização da moeda até a data do efetivo recolhimento.

Art. 368. Os responsáveis que não comprovarem o recolhimento da multa no prazo determinado no caput do art. 364 e no art. 366, caput e § 3º, ambos deste Regimento, serão inscritos imediatamente no cadastro de inadimplentes do Tribunal, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

Parágrafo único. O cadastro de inadimplentes será regulamentado em ato normativo próprio.

Art. 369. Comprovado o recolhimento integral, o Tribunal dará quitação ao responsável.

Parágrafo único. Na hipótese de recolhimento não integral do valor devido, o responsável ficará inscrito no cadastro de inadimplentes até o cumprimento total da obrigação.

TÍTULO XII

DA ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO

Art. 370. A aprovação e alteração do Regimento Interno do Tribunal serão feitas por meio de resolução, observada a maioria absoluta dos Conselheiros efetivos, ressalvada a matéria a que se refere o art. 36 da Lei Complementar nº 102/2008, cuja deliberação se fará por dois terços.

Parágrafo único. A aprovação e as alterações do Regimento Interno serão publicadas no Diário Oficial de Contas, observado, ainda, o disposto no art. 383 deste Regimento.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 25 da Resolução nº 10/2010, de 30/06/2010)

Art. 371. O Regimento Interno poderá ser reformado mediante:

I - emenda, para suprimir, acrescentar ou modificar disposições;

II - revisão, visando à modificação total ou de parte ampla do Regimento.

Art. 372. A iniciativa do projeto será exclusiva do Presidente e dos demais Conselheiros, devendo conter, em qualquer caso, suas justificativas.

Art. 373. O projeto, com a respectiva justificativa, após autuado, será distribuído a um Relator, encaminhando-se cópia aos demais Conselheiros, aos Auditores e ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal.

Art. 374. Os Conselheiros, Auditores e o Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal poderão apresentar emendas ao projeto, encaminhadas diretamente ao Relator, em até 10 (dez) dias após o recebimento da cópia do projeto.

§ 1º Findo o prazo estabelecido no caput deste artigo o Relator terá 20 (vinte) dias para emitir parecer sobre as emendas e incorporar ao projeto as que julgar procedentes, bem como formular as razões pelas quais opina por sua rejeição parcial ou total, e determinar a inclusão do processo em pauta para discussão e votação.

§ 2º O Relator deverá encaminhar aos Conselheiros e ao Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas à realização da sessão de discussão e votação, cópia do projeto consolidado.

Art. 375. A matéria regimental será discutida e votada em sessão única, ordinária ou extraordinária, realizada em dias consecutivos ou não.

§ 1º Durante os trabalhos não haverá adiamento por pedido de vista.

§ 2º A matéria aprovada em uma sessão não poderá ser objeto de reexame.

Art. 376. Aprovado o projeto, dar-lhe-á o Relator redação final, dentro de 3 (três) dias úteis; em seguida, será submetido ao Tribunal Pleno, em sessão única, e uma vez aprovado, lavrar-se-á o ato respectivo, que será assinado por todos os Conselheiros e remetido à publicação.

§ 1º Será dispensada a votação da redação final se aprovado o projeto originário, sem emendas, ou o substitutivo integralmente.

§ 2º Somente serão admitidas alterações na redação final para evitar incorreções gramaticais.

Art. 377. Aprovada a revisão do Regimento, este deverá ser republicado com as alterações, na íntegra.

Parágrafo único. As emendas ao Regimento poderão ser publicadas individualmente.

TÍTULO XIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 378. Aplica-se aos servidores do Tribunal o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Art. 379. Aplica-se, supletivamente, aos casos omissos o disposto na Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e, no que couber, no Código de Processo Civil, no Código de Processo Penal e na Lei Estadual nº 14.184/2002.

Art. 380. O Tribunal poderá firmar acordo de cooperação com entidades governamentais da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e com entidades cíveis, objetivando o intercâmbio de informações que visem ao aprimoramento dos sistemas de controle e de fiscalização, ao treinamento e ao aperfeiçoamento de pessoal.

Parágrafo único. Os acordos de cooperação aprovados pelo Tribunal Pleno serão assinados pelo Presidente do Tribunal.

Art. 381. A fiscalização dos editais de concurso público, prevista no art. 3º, inciso XXXI, da Lei Complementar nº 102/2008, será regulamentada em ato normativo próprio.

Art. 382. As informações pertinentes aos processos autuados no Tribunal serão registradas em sistema informatizado, de modo a resguardar a confiabilidade dos dados, observados critérios de padronização previamente estabelecidos em ato normativo próprio.

Art. 383. O Tribunal utilizará meios informatizados para divulgar suas instruções normativas, resoluções, portarias, pautas e atas de sessões, tramitação de processos, dentre outros atos e expedientes de interesse público.

Art. 384. O Tribunal manterá programa de estágio para estudantes de nível universitário ou profissionalizante.

Parágrafo único. O programa de estágio será regulamentado por meio de resolução do Tribunal que definirá, dentre outros, os critérios de seleção, ingresso, avaliação e atividades dos estagiários, observando-se a legislação aplicável.

Art. 385. No mês de setembro, será realizada sessão solene para entrega do "Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim", destinado a reconhecer o mérito de personalidades ou instituições que tenham prestado relevantes serviços ao Tribunal.

Art. 386. O Tribunal expedirá normas regulamentares que se fizerem necessárias ao seu funcionamento.

Art. 387. O Tribunal entrará em recesso anualmente, no final do exercício, em período a ser definido pelo Tribunal Pleno.

Art. 388. O Tribunal instituirá o Diário Eletrônico com a finalidade de dar publicidade e divulgação dos atos processuais e administrativos.

Art. 389. O Tribunal ajustará o exame dos processos em tramitação às disposições da Lei Complementar nº 102/2008 e deste Regimento, obedecendo aos seguintes critérios quanto aos recursos:

I - os recursos protocolizados no Tribunal, a partir de 18 de janeiro de 2008, contra decisões prolatadas sob a vigência da Lei Complementar nº 33/1994, terão os procedimentos regidos pela Lei Complementar nº 102/2008, observando-se, quanto aos prazos estabelecidos para interposição dos recursos, o que for mais benéfico ao recorrente;

II - os recursos protocolizados no Tribunal até 17 de janeiro de 2008 serão autuados e distribuídos, observando-se o disposto na Lei Complementar nº 33/1994 e, quanto aos procedimentos, o estabelecido neste Regimento.

Parágrafo único. Os recursos de reconsideração e embargos infringentes de que trata a Lei Complementar nº 33/1994 observarão o procedimento previsto no Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 10 de 3 de julho de 1996.

Art. 390. Serão admitidos pedidos de reexame contra pareceres prévios emitidos sob a vigência da Lei Complementar nº 33/1994, interpostos dentro do prazo estabelecido no caput do art. 350 deste Regimento.

Art. 391. Os atos normativos anteriores à vigência da Lei Complementar nº 102/2008 serão revisados, até julho de 2009, ficando mantidas, até então, as disposições que não conflitem com a referida Lei e com este Regimento.

Art. 392. Até que seja editado o Regulamento previsto no § 2º do art. 20 deste Regimento Interno, aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos arts. 128 a 135 da Lei Complementar nº 59, de 18/01/2001 com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 85, de 28/12/2005, e pela Lei Complementar nº 105, de 14/08/2008.

Art. 393. A revisão regimental será realizada após 1 (um) ano, contado da data da publicação do Regimento Interno e observará rito específico disposto em regulamento próprio.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado a critério do Tribunal Pleno.

Art. 394. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução nº 10 de 03 de julho de 1996 e as alterações posteriores.

Art. 395. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Governador Milton Campos, 17 de dezembro de 2008.

Elmo Braz Soares
Conselheiro Presidente

Wanderley Geraldo de Ávila
Conselheiro Vice-Presidente

Antônio Carlos Doorgal de Andrada
Conselheiro Corregedor

Gilberto Diniz
Conselheiro Substituto

Simão Pedro Toledo
Conselheiro
Eduardo Carone Costa
Conselheiro

Adriene Barbosa de Faria Andrade
Conselheira

ÍNDICE DE ASSUNTOS DA RESOLUÇÃO Nº 12/08
QUE INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

LISTA DE SIGLAS

ALMG	<i>Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais</i>
CPC	<i>Código de Processo Civil</i>
OAB	<i>Ordem dos Advogados do Brasil</i>
TCEMG	<i>Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais</i>
TCU	<i>Tribunal de Contas da União</i>
TJMG	<i>Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais</i>

REMETE AO Nº DO ARTIGO

ACOMPANHAMENTO

definição, art. 279
espécie de instrumento de fiscalização, art. 278, I
formas, art. 280, I-III

ACÓRDÃO

assinatura, art. 204, §§ 1º-3º, I-VIII
conteúdo, art. 203, I-VII, parágrafo único
deliberação por, art. 200, I, a-d
erros
 correção, art. 342
publicação, art. 205

ACORDO

fiscalização, arts. 3º, XIII, XVII, 32, VI, 268-270, §§ 1º-3º
 processo
 deliberações, arts. 275, I, V, 276, §§ 1º-3º, 277, § 1º, I-II, §§ 2º-4º, I-II, § 5º

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

arrecadação da receita
 fiscalização, art. 272
atos resultantes em receita/ despesa
 fiscalização, arts. 268-270, §§ 1º-3º
auditoria, art. 281
inspeção, art. 281
servidor
 apreciação da legalidade de atos
 admissão, arts. 3º, VII, 32, VII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, I
 aposentadoria, arts. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II
 pensão, arts. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II
 reforma, arts. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II
 averbação de atos, arts. 3º, XXV, 259

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

administrador
 julgamento das contas, art. 3º, III
arrecadação da receita
 fiscalização, art. 272
atos resultantes em receita /despesa
 fiscalização, arts. 268-270, §§ 1º-3º
auditoria, art. 281
inspeção, art. 281
prestação de contas
 consolidação de dados, art. 236
servidor
 apreciação da legalidade de atos
 admissão, arts. 3º, VII, 32, VII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, I

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (CONTINUAÇÃO)

aposentadoria, arts. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II
pensão, arts. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II
reforma, arts. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II
averbação de atos, arts. 3º, XXV, 259

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ESTADUAL E MUNICIPAL)

atos resultantes em receita/ despesa
fiscalização, arts. 268-270, §§ 1º-3º
controle externo, art. 1º, parágrafo único

ADMINISTRADOR PÚBLICO

Cadastro de Jurisdicionados, art. 165
conceito, art. 2º, I-VIII
julgamento das contas, arts. 3º, III, 32, II, 238, § 2º, 242, § 3º
multa
aplicação, arts. 315, I, § 3º, 317, parágrafo único, 322
responsabilidade dos sucessores, art. 2º, VIII
sanções
aplicação, arts. 3º, XV, 254, 315, I-III, §§ 1º-4º, 316, parágrafo único

ADMISSÃO DE SERVIDOR

apreciação da legalidade de atos, arts. 3º, VII, 32, VII, parágrafo único, 61, c, 256, I

ADVOCACIA GERAL DO ESTADO

realização de monitoramento, art. 291, I

ADVOGADO DAS PARTES

faltas cometidas
comunicação à OAB, art. 41, XVIII
renúncia de mandato, art. 163, § 3º
vista dos autos, arts. 184, §§ 4º-5º, 185, §§ 1º-6º

AGRAVO

apensamento, arts. 327, parágrafo único, 341
consultas, art. 337, parágrafo único
conteúdo, art. 338, I-III, parágrafo único
decisão, arts. 25, XXIV, 32, XI, 337
distribuição, art. 120
efeito suspensivo, art. 337, parágrafo único
espécie de recurso, arts. 324, II, 337
interposição, art. 338
prazo, arts. 338-339
protocolização
marco temporal
critérios, art. 389, I-II

AJUSTE

fiscalização, arts. 3º, XIII, XVII, 32, VI, 268-270, §§ 1º-3º
processo
deliberações, arts. 275, I-V, 276, §§ 1º-3º, 277, § 1º, I-II, §§ 2º-4º, I-II, § 5º

ALERTA

emissão, arts. 25, XIII, 32, IV, 298, I-V, 299-300

APOSENTADORIA

apreciação da legalidade de atos, arts. 3º, VIII, 32, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II

APOSTILAMENTO

averbação, art. 3º, XXV

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

aprovação de escolha de Conselheiro, art. 7º, I, a-c, II

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (CONTINUAÇÃO)

- auditoria/ inspeção
 - pedido, arts. 3º, IX, 147, I, 281, 286, § 1º
- parecer prévio das contas do Governador
 - encaminhamento pelo TCEMG, arts. 234, I, 353
- parecer sobre empréstimo e operação de crédito
 - pedido, arts. 3º, X, 25, V
- presidente
 - representação, art. 310, parágrafo único, I
- prestação de contas do TCEMG, art. 4º, VIII
- relatório do TCEMG
 - atividades, art. 4º, IX
 - controle interno, art. 4º, VIII
- rol dos responsáveis, art. 242, § 2º
- tomada de contas, art. 229, § 2º

ASSOCIAÇÕES

- denúncia, arts. 3º, XXVII, 301, § 1º, I-V

ASSUNTO ADMINISTRATIVO

- apreciação pelo Tribunal Pleno, art. 26, II

ATA

- assinatura, art. 79, § 1º
- conteúdo, art. 79, I-IV
- leitura, art. 80, parágrafo único
- publicação, arts. 79, § 1º, 80, parágrafo único
- registro de suspeição/impedimento, art. 132, parágrafo único
- votação, art. 80, parágrafo único, 81

ATO NORMATIVO

- atividades de controle externo, arts. 226, parágrafo único, 227
- auditoria operacional, art. 289
- autuação de documentos
 - classificação, art. 111
- cadastro de inadimplentes, art. 368, parágrafo único
- Cadastro de Jurisdicionados, art. 165
- concurso público, art. 381
- contas anuais, art. 242, § 1º
- contas do Governador, arts. 228, 230, § 1º, 273
- contas do Prefeito, art. 228
- denúncia, art. 308
- distribuição de documentos
 - critérios, art. 113, parágrafo único
- espécies, art. 209, I-V
- expedição, arts. 3º, XXIX, 144, parágrafo único
- fixação de prazo, art. 145
- fornecimento de certidões eletrônicas, art. 195
- gestão fiscal, art. 279, I-VII
- legalidade de atos sujeitos a registro, art. 256
- levantamento, art. 296
- licença/afastamento de Conselheiros e Auditores, arts. 201, § 2º, 392
- Ministério Público junto ao TCEMG
 - substituição de Procurador Geral, art. 60
- monitoramento, art. 293
- multa, arts. 318, VII, parágrafo único, 366, § 2º
- procedimentos licitatórios
 - critérios, art. 261
- processo arquivado, art. 176, § 2º
- recebimento de documentos
 - meio eletrônico, art. 110
- registro de informações em sistema informatizado, art. 382
- regulamentação, art. 209, parágrafo único

ATO NORMATIVO (CONTINUAÇÃO)

revisão, art. 391
tomada de contas especial, arts. 245, § 4º, 273
tramitação de papéis e processos, art. 146
votação, art. 41, XV

ATOS

apreciação da legalidade, art. 256, I-II
averbação, arts. 3º, XXV, 259
correção, art. 3º, XXVI
divulgação, art. 388
irregularidades, art. 277, § 1º, I-II
 comunicação ao Poder Legislativo, art. 277, § 1º, II
 impugnação, art. 3º, XIX, 277, § 1º, I
 representação pelo TCEMG ao Poder competente, art. 3º, XX
nulidade, art. 172, § 3º, 174, §§ 1º-3º, I-II
processo de fiscalização
 deliberações, arts. 275, I-V, 276, §§ 1º-3º, 277, § 1º, I-II, §§ 2º-4º, I-II, § 5º
publicidade, art. 388
recurso administrativo, art. 42
sujeitos a registro, arts. 256, I-II, 257, §§ 1º-3º, I-III, a-g, 4º-6º, 257-A, §§ 1º-2º, 257-B, parágrafo único, 258, § 1º, I, a-c, II, §§ 3º-5º, 159
 autuação/tramitação, arts. 257, §§ 3º, I-III, a-g, 4º-6º, 257-A, §§ 1º-2º, 257-B, parágrafo único
 envio pelo Sistema FISCAP, art. 257, §§ 1º-3º
sustação da execução, art. 277, § 1º, I

AUDITOR

acompanhamento da gestão estadual, arts. 25, XIX, 231, §§ 1º-2º, 234, I
afastamento, arts. 128-130
 concessão, arts. 20, § 2º, 392
alteração do Regimento Interno, arts. 373-374
antiguidade, arts. 21, parágrafo único, 25, XXII
apensamento de processo, art. 157, parágrafo único
aposentadoria, art. 52
arguição de incidente de uniformização de jurisprudência, art. 223, parágrafo único
assento nas sessões, art. 68, § 2º
atos de direitos e vantagens, art. 41, VIII
atuação
 em consulta, art. 213, § 2º, I
 junto à Câmara, arts. 27, § 1º, 29, §§ 1º-2º, 30, parágrafo único, 54, IV, 75
 escolha, art. 28
 relatoria de processos, arts. 125, §§ 1º-2º, 127-128, §§ 1º-3º, 129-130, 153, parágrafo único, 263, parágrafo único; R20/13
ausência do país
 autorização, art. 25, XV
competência, art. 54, I-VI
concurso público, arts. 4º, V, 41, II, 49
convocação para quorum de Câmara, R12/08, art. 80, § 1º; R21/13
designação como Ouvidor, arts. 41, XXXIV, 46
equiparação a Juiz de Direito, art. 50
férias, arts. 51, 129-130
 concessão pelo Presidente, art. 41, VIII
 escala, art. 51, parágrafo único
inadmissibilidade de recurso, art. 392, § 2º
inclusão/revisão/cancelamento/restabelecimento de súmula, art. 218, § 1º
inclusão em lista triplíce
 provimento de cargo de Conselheiro, arts. 4º, XI, 7º, I, a, 16, I-II, §§ 1º-3º, 25, XX, 41, XXXVII-XXXIX, 49
interposição de recursos administrativos, art. 25, XXVI
licença
 concessão, arts. 20, § 2º, 41, VIII, 392
membro dos Colegiados das Câmaras, art. 30, parágrafo único
nomeação, art. 49

nulidade de ato, art. 174, § 3º, II

AUDITOR (CONTINUAÇÃO)

número, art. 49
parecer conclusivo
 prestação de contas do Governador, art. 54, V
participação em comissões, art. 53, parágrafo único
posse
 competência do Presidente, arts 41, III, 49, parágrafo único
processos de monitoramento, art. 123, parágrafo único
proposição de matérias para deliberação do Tribunal Pleno, art. 26, I, parágrafo único
propostas de realização de auditorias e inspeções, art. 283, § 1º, 284
provimento de cargo de Conselheiro
 vacância, arts 14, parágrafo único, 15, 41, XLVI
“quorum” das sessões, arts. 29, § 1º, 35, V, 54, III, 75, 76, parágrafo único; R21/13
reabertura de instrução processual, art. 143
requisição de cópia de instrumento convocatório, R12/08, art. 263, parágrafo único; R20/13
requisitos para o cargo, art. 49
sobrestamento de processo, art. 92
solicitação de tramitação urgente de matéria, art. 147, IX
substituição de Conselheiro, arts. 21, parágrafo único, I-III, 22, parágrafo único, 29, §§ 1º-2º, 30, parágrafo único, 50, 54, I-II, 76, parágrafo único, 94; R21/13
suspeição/impedimento, arts. 25, IX, 41, XIV, 53, 131, parágrafo único, 132, parágrafo único, 133, §§ 1º-2º, 134, I-II, 135-138
vacância, arts. 128-130
Vice-Diretor da Revista do Tribunal de Contas, arts. 43, V, 53, parágrafo único

AUDITORIA

emissão de parecer escrito, arts. 233, § 4º, 234, I
integração à estrutura organizacional, art. 23, VII

AUDITORIA (FISCALIZAÇÃO)

definição, art. 282, I, a-c
espécie de instrumento de fiscalização, art. 278, II
instrução do processo, art. 140, § 1º
parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, g
plano anual, art. 283, §§ 1º-2º
profissional de notória idoneidade técnica
 convocação, art. 3º, § 1º
realização, arts. 3º, XIV, 281
 obstrução ao exercício, art. 286, §§ 1º-2º
 ordem para, art. 41, XXXII
 órgão de controle interno, art. 313, I
 relatórios, art. 287
 sonegação de informações, art. 286, §§ 1º-2º
renúncia de receitas, art. 273, parágrafo único
resultado, art. 288
servidor designado
 prerrogativas, art. 285, I-III, §§ 1º-3º
urgência, art. 147, I

AUTOS

baixados em arquivo, art. 41, § 1º
cópia, art. 184, §§ 1º-8º
 emolumentos, art. 184, § 8º
delegação de competência, art. 142
extravio
 responsabilização, art. 182
findos
 vista, art. 184, §§ 4º-6º
juntada
 comprovantes de citação/intimação, arts. 166, §§ 3º-4º, 168, I-III
 documentação, arts. 106, § 2º, 112, parágrafo único, 142, § 2º
 notas taquigráficas, art. 77, § 7º
medidas saneadoras, art. 140

AUTOS (CONTINUAÇÃO)

remessa

Ministério Público junto ao TCEMG, art. 153

unidade técnica, art. 152

restauração/reconstituição, arts. 41, XXVII, 116, 179, parágrafo único, 180

suspeição/impedimento, arts. 132-133, § 1º, 138

vista, arts. 184, §§ 1º-8º, 185, §§ 1º-6º, 186

ver também Processo

AUXÍLIO

aplicação de recursos

fiscalização, art. 271

CÂMARA MUNICIPAL

auditoria/inspeção

pedido, arts. 3º, IX, 147, I, 281, 286, § 1º

julgamento das contas, art. 239

omissão do envio

encaminhamento do processo ao Ministério Público, arts. 239, §§ 1º-2º, I-II, §§ 3º-4º

remessa de documentos ao TCEMG, art. 239, § 1º

multa, art. 318, IX

parecer prévio

contas do Prefeito

encaminhamento pelo TCEMG, arts. 238, I, 353

empréstimo e operação de crédito

pedido, arts. 3º, X, 25, V

presidente

representação, art. 310, parágrafo único, I

prestação de contas

consolidação de dados, art. 236

rol dos responsáveis, art. 242, § 2º

tomada de contas, art. 235, §§ 2º-3º

CÂMARAS DO TCEMG

apreciação da legalidade de atos, art. 32, VII, VIII, parágrafo único

competência, art. 32, I-XII, parágrafo único, 30-34

composição, arts. 27, §§ 1º-2º; 28, §§ 1º-2º

escolha anual, art. 28

renovação, art. 27, § 2º

vigência, art. 41, § 2º

conflitos de competência, art. 159, I

contas irregulares, art. 253, I-V

decisões, art. 32, IX, XII

agravo, art. 339, II

definitivas

pedido de rescisão, art. 354, parágrafo único

solicitação de rescisão pelo Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, XI

recursos, arts. 334, 337, 342

deliberações, arts. 32, III, V, X, XI, XIII, 76, 87-93, §§ 1º-3º, 94-96, parágrafo único, 97,

parágrafo único, 98, §§ 1º-2º

emissão

alerta, arts. 32, IV, 298, I-V

parecer prévio, art. 32, I

fiscalização do repasse e aplicação de recursos, art. 32, VI

funcionamento, arts. 29, §§ 1º-2º, 30, parágrafo único, 31, 66, parágrafo único

incidente de uniformização de jurisprudência, art. 223

integração à estrutura organizacional, arts. 23, II, 34

integrantes, art. 27, § 1º

julgamento de contas, art. 32, II

número, art. 27

órgão deliberativo, art. 23, § 1º

presidentes, arts. 28, §§ 1º-2º, 29, § 1º

CÂMARAS DO TCEMG (CONTINUAÇÃO)

- assento especial, art. 68
- competência, art. 35, I-VII, parágrafo único
- convocação
 - Auditores, art. 54, III
 - substituição de Conselheiros, arts 21, 29, §§ 1º-2º; 35, V, 54, I
 - sessões, art. 67, § 1º
- emissão de alerta, arts. 299-300
- pauta das sessões, art. 77
- substituição, arts. 29, § 2º, 30, parágrafo único, 31
- suspeição/impedimento, art. 35, parágrafo único
- Primeira
 - presidência, arts. 28, §§ 1º-2º, 43, II
- procedimentos licitatórios
 - diligência, art. 263, parágrafo único
- processo
 - apensamento por conexão, art. 26, IV
 - sem voto vencedor, art. 26, III
- procuradores das partes, art. 71
- registro de atos de admissão/concessão de aposentadoria/reforma/pensão, art. 258, § 1º, I, §§ 2º, 4º-5º
- requisição de informações e documentos, art. 294, I-II
- secretarias, arts. 33, 77, § 4º
 - certificação de recurso, arts. 328, parágrafo único, 340
 - prestação de contas do Prefeito, art. 239, §§ 1º-3º
 - vistas dos autos, arts. 184, § 1º, 185, § 2º
- secretário, arts. 68, 77
- Segunda
 - presidência, art. 28; §§ 1º-2º
- sessões, arts. 66, parágrafo único, 67, §§ 1º-2º, 68, §§ 1º-2º, 69-70, §§ 1º-2º
- ata
 - assinatura, art. 79, § 1º
 - conteúdo, art. 79, I-VI
 - discussão/votação, arts. 80, parágrafo único, 81
 - divulgação por meios informatizados, art. 383
 - publicação, art. 79, § 2º
- atuação de representante do Ministério Público junto ao TCEMG, arts. 27, § 3º, 61, II, 62, II, 68-69, 75
- extraordinárias, art. 67, § 1º
- ordem dos trabalhos, arts. 80, parágrafo único, 81-83, §§ 1º-2º, 84-85, I-III, §§ 1º-2º, 86
- pauta, arts. 77, §§ 1º-8º, 78
 - divulgação por meios informatizados, art. 383
- prazo para início, art. 74
- “quorum”, art. 54, III, 72-76, 80, parágrafo único
- secretas, art. 70, § 1º
- solenes, art. 67, § 2º
- votação, arts. 99, parágrafo único, 100-101, I-II, parágrafo único, 102
 - matéria divergente, art. 101, parágrafo único
- súmulas de jurisprudência, art. 217, § 2º

CARGO EM COMISSÃO NO TCEMG

- nomeação/exoneração
- competência do Presidente, art. 41, IX
- férias, art. 41, X
- inabilitação, art. 315, II, §§ 2º-4º
- licença, art. 41, X

CERTIDÃO

- débito, art. 364, parágrafo único
- eletrônica
 - regulamentação, art. 195
- expedição, art. 41, XXVIII

CERTIDÃO (CONTINUAÇÃO)

obtenção, arts. 192, § 2º, 194, I-II, 195;
impedimento, art. 316, parágrafo único
recurso, arts. 328, parágrafo único, 340
requerimento, art. 309
substituição de notas taquigráficas, art. 97
trânsito em julgado, art. 154, parágrafo único

CESSÃO

fiscalização de instrumentos, art. 3º, XVII

CIDADÃO

denúncia, arts. 3º, XXVII, 301, § 1º, I-V

CITAÇÃO

espécies, arts. 166, I, § 1º, I-VI, §§ 2º-8º, 167
formalização, art. 151
nulidade, arts. 172, § 1º, 173
prazos, arts. 168, I-IV, § 1º, 169, 233, § 2º, 265, 276, 307

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL,

aplicação subsidiária, arts. 131, parágrafo único, 156, 166, § 1º, III, 199, 333
aplicação supletiva, art. 379
art. 228 do, art. 166, § 1º, III
art. 229 do, art. 166, § 1º, III

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

aplicação supletiva, art. 379

COLAR DO MÉRITO DA CORTE DE CONTAS MINISTRO JOSÉ MARIA DE ALKMIM

entrega, art. 385

COMISSÃO

designação de membros, art. 41, XXXVI
instituição, arts. 23, § 3º, 41, XXXVI, 231, § 2º
participação de Auditor, art. 53, parágrafo único

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS

consultas, art. 213, I-II, §§ 1º-2º, I-II
coordenação, art. 43, IV

CONCESSÃO

fiscalização de instrumentos, art. 3º, XVII

CONCURSO PÚBLICO

ata de julgamento
fiscalização, art. 3º, XXXI
edital
exame prévio, art. 257-B, parágrafo único
fiscalização, arts. 3º, XXXI, 381
manifestação preliminar do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, § 3º
seleção de pessoal
fiscalização, art. 3º, XXXI
suspensão, art. 77, § 5º

CONCURSO PÚBLICO DO TCEMG

realização, arts. 4º, V, 41, II
participação da OAB, art. 56

CONFLITO DE COMPETÊNCIA

apensamento/desapensamento de processos, art. 159, I-II

CONSELHEIRO

acompanhamento da gestão estadual, arts. 25, XIX, 231, §§ 1º-2º, 234, I
afastamento, arts. 125, §§ 1º-2º, 126-130
atuação de Auditor em relatoria de processos, arts. 125, §§ 1º-2º, 127
concessão, arts. 4º, IV, 20, §§ 1º-2º, 392
antiguidade, art. 25, XXII
arguição de incidente de uniformização de jurisprudência, arts. 223, parágrafo único, 224, § 3º, 225
assento nas sessões, art. 68, §§ 1º-2º
assinatura de acórdão, art. 204, § 1º
atos de direitos e vantagens, art. 41, VIII
atuação em consulta, art. 213, § 2º, I
ausência do país
autorização, art. 25, XV
composição
Câmaras, arts. 27, 73
Tribunal Pleno, arts. 24, 72
designação como Ouvidor, arts. 41, XXXIV, 46
deveres, art. 12, I-VII
diárias, arts. 4º, VII, 25, XIV
equiparação a Desembargador do TJMG, art. 6º
escolha, art. 7º, I, a-c, II
férias, arts. 18, §§ 1º-2º, 19, parágrafo único, 41, VIII, 126-127
concessão, art. 4º, IV
inclusão/revisão/cancelamento/restabelecimento de súmula, art. 218, § 1º
iniciativa para elaboração e alteração do Regimento Interno, arts. 4º, II, 372, 373-374, §§ 1º-2º, 376
interposição de recursos administrativos, art. 25, XXVI
licença
concessão, arts. 4º, IV, 20, §§ 1º-2º, 41, VIII, 392
membros dos Colegiados das Câmaras, art. 30, parágrafo único
nomeação, arts. 5º, 7º, c, 8º, I-IV, parágrafo único
nulidade de ato, art. 174, § 3º, II
número, art. 5º
pedido de vista de processo, arts. 93, §§ 1º-3º, 94-95
perda do cargo, art. 11
planejamento da atividade correcional, art. 44, IV
posse, arts. 9º, §§ 1º-3º, 67, § 2º
competência do Presidente, art. 41, III
prazo, art. 10, §§ 1º-2º
presidência
Câmaras, arts. 28, §§ 1º-2º, 29, § 1º
Tribunal Pleno, art. 24, parágrafo único
processo administrativo – disciplinar, arts. 25, XXI, 44, VI
processos de monitoramento, art. 123, parágrafo único
proposição de matérias para deliberação do Tribunal Pleno, art. 26, I, parágrafo único
propostas de realização de auditorias e inspeções, arts. 283, § 1º, 284
provimento do cargo
lista tríplice, arts. 4º, XI, 16, I-II, §§ 1º-3º, 25, XX, 41, XXXVII-XXXIX, 62, VI-VII
reabertura de instrução processual, art. 143
redistribuição de processo, art. 115, parágrafo único
requisição de cópia de instrumento convocatório, art. 263, parágrafo único
sindicância, art. 44, VI-VII
sobrestamento de processo, art. 92
solicitação de tramitação urgente de matéria, art. 147, IX
substituição, arts. 14, parágrafo único, 21-22, parágrafo único, 39, parágrafo único, 50, 54, I, 94
suspeição/impedimento, arts. 25, IX, 41, XIV, 53, 82, 99, parágrafo único, 114, §2º, 131,
parágrafo único, 132, parágrafo único, 133, §§ 1º-2º, 134, I-II, 135-139
vacância, arts. 14, I-IV, parágrafo único, 15, 29, § 2º, 30, parágrafo único, 31, 49, 54, II
atuação de Auditor em relatoria de processos, arts. 125, §§ 1º-2º, 127
vedações, art. 13, I-VII
votação, arts. 99, parágrafo único, 102

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

art. 62, XIX da, art. 229, § 2º
art. 73, § 3º da, art. 4º, X
art. 76, § 1º da, art. 3º, XXVIII
art. 76, I-II da, art. 228, § 2º
art. 77, § 5º da, art. 58
art. 265 da, art. 14, parágrafo único

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

art. 5º, XLV da, art. 2º, VIII
art. 37, § 5º da, art. 255, § 2º
art. 71, II da, art. 228, § 2º
Seção I do Capítulo IV do Título IV, art. 57

CONSULTA

admissibilidade, arts. 210-B, §§ 1º, I-V, 2º, 3º, I-III, 210-C, parágrafo único
análise pela unidade técnica, art. 210-C
aprovação, art. 210-C, parágrafo único
arquivamento do processo, art. 210-B, § 3º, III
autoridades competentes para formulação, art. 210, I-XI
caráter normativo, art. 210-A
deliberação por parecer, arts. 3º, XI, 25, IV, 200, II, b, 210-A, parágrafo único
divulgação no Informativo de Jurisprudência, art. 210-E,
elaboração/publicação da ementa, art. 210-D, II, §§ 1º-2º
emissão de parecer, arts. 3º, XI, 25, IV
matéria precedente, art. 210-B, § 2º,
notas taquigráficas, art. 210-D, I-III
publicação no D.O.C., arts. 210-B, I, 210-D, §§, 1º-2º
recebimento, art. 210-B
reforma/revogação, art. 210-A, parágrafo único
remessa à Assessoria de Súmula, Jurisprudência e Consultas Técnicas, art. 210-B, § 2º
tramitação, arts. 210-B, §§ 1º, I-V, 2º-3º, I-III, 210-C, parágrafo único, 210-D, I-IV, §§ 1º-2º, 210-E
urgência, art. 147, II
votação, art. 41, XV

CONTAS ANUAIS

apresentação/composição, art. 242
prazo, arts. 244, §§ 1º-3º, 253, II-III, 255, § 2º
arquivamento, art. 196, § 3º
definição, art. 241, parágrafo único, I
desarquivamento do processo, art. 255, § 2º
iliquidáveis, arts. 255, §§ 1º-2º, 196, § 3º
irregulares, arts. 244, § 3º, 250, III, a-e, §§ 1º-2º, 253, I-III, 254, §§ 1º-2º, 257, § 2º, 318, I
julgamento, arts. 242, § 3º, 250, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 251-252, parágrafo único, 253, I-IV, 254, §§ 1º-2º, 255, §§ 1º-2º
multa, art. 318, I-XI, parágrafo único
organização, art. 243
publicação, art. 255, § 2º
regulares, arts. 250, I, 251
com ressalva, arts. 250, II, 252, parágrafo único
trancamento, arts. 255, §§ 1º-2º, 196, § 3º

CONTRATO

fiscalização, arts. 3º, XVI-XVII, 268-269
processo
deliberações, art. 275, I-V, 276, §§ 1º-3º, 277, § 1º, I-II, §§ 2º-4º, I-II, § 5º
garantias
legalidade, arts. 3º, XXIV, 25, III, 32, XI
impugnação
comunicação ao Poder Legislativo, art. 277, § 4º, II

CONTRATO (CONTINUAÇÃO)

irregularidades, art. 277, §§ 2º-4º, I-II, § 5º, 318, I-XI, parágrafo único
sustação de execução, arts. 3º, XXVIII, 277, §§ 2º-4º, I-II, 5º

CONTRIBUIÇÃO

aplicação de recursos
fiscalização, art. 271

CONTROLE EXTERNO

critérios, art. 226, parágrafo único
definição, art. 1º, parágrafo único
diretrizes, art. 227
exercício por servidor, art. 255, I-III, §§ 1º-3º
irregularidades e abusos
representação ao Poder competente, art. 41, XXV
princípios, art. 226

CONTROLE INTERNO

alerta para ressarcimento ao erário, art. 313, III
auditoria, art. 313, I
contas
Governador
relatório/parecer conclusivo, arts. 230, § 1º, 242, § 1º
Prefeito
relatório/parecer conclusivo, arts. 236, 242, § 1º
emissão de parecer conclusivo, art. 313, II
exercício de atividades, art. 313, I-VI, parágrafo único
multa, art. 318, VIII
observância no âmbito do TCEMG, art. 4º, § 1º
remessa ao TCEMG de plano/relatórios de auditoria, art. 313, parágrafo único
representação, art. 310, parágrafo único, V
responsável, art. 314, parágrafo único, I-III

CONVÊNIO

com entidade privada
fiscalização, arts. 3º, XIII, XVII, 32, VI
fiscalização, arts. 3º, XIII, XVII, 32, VI, 268-270, §§ 1º-3º
processo
deliberações, arts. 275, I-V, 276, §§ 1º-3º, 277, § 1º, I-II, §§ 2º-4º, I-II, § 5º

CORREGEDOR

acompanhamento do cumprimento de prazos, art. 44, V
Código de Ética dos Servidores
elaboração/atualização/difusão, art. 44, X
competência, art. 44, I-X, parágrafo único
comunicação de irregularidades, art. 44, XI
correções/solicitação de informações, art. 44, III-IV
denúncia, art. 44, VIII
divulgação de relatórios trimestrais, art. 44, V
eleição, arts. 4º, I, 25, XVIII, 27, § 2º, 28, 36, §§ 1º-6º
organização/direção dos serviços da Corregedoria, art. 44, I
orientação aos servidores, art. 44, II
Portal do TCEMG, art. 44, V, IX
posse, arts. 37, parágrafo único, 38, §§ 1º-5º, I-II, 6º, 41, IV, 67, § 2º
processo administrativo-disciplinar
designação de membros da comissão, art. 44, VII
instauração e presidência, art. 44, VI
penalidades, art. 44, VII
relatório anual/trimestral, art. 44, IX, parágrafo único
representação, art. 44, VIII
sindicância
designação de membros da comissão, art. 44, VII

CORREGEDOR (CONTINUAÇÃO)

instauração e presidência, arts. 44, VI, 179, parágrafo único
penalidades, art. 44, VII
substituição, art. 39, parágrafo único
vacância, arts. 14, I-IV, 38, §§ 1º-4º, 39, parágrafo único

CORREGEDORIA

integração à estrutura organizacional, art. 23, V
serviços
organização/direção, art. 44, I

DÉBITO

certidão, arts. 154, parágrafo único
imputação
eficácia de título executivo, art. 263
não pagamento, arts. 364, parágrafo único, 365
parcelamento, art. 366, §§ 1º-3º
quitação, art. 369
recolhimento, art. 369, parágrafo único
prazo, arts. 364, parágrafo único, 365-366
ver também Multa

DECISÃO

aceitação, art. 326, parágrafo único
cabimento de recursos, art. 324, I-IV, 334, 337, 353
certidão de trânsito em julgado, art. 154, parágrafo único
definitiva, arts. 41, § 1º, 124, 176, I, 196, § 2º, 201, I-III
cabimento de recursos, arts. 334, 353
solicitação de rescisão pelo Ministério Público junto ao TCEMG, arts. 61, XI, 354, parágrafo único
descumprimento, arts. 318, III, 321, parágrafo único
execução, arts. 363-369
espécies, art. 196, §§ 1º-3º
imputação de débito/multa
eficácia de título executivo, art. 363
interlocutória, art. 196, § 1º
cabimento de agravo, art. 337
monocrática, arts. 200, VI, 264, § 1º, 339, I-II, 342
normativa, art. 200, V
espécie de ato normativo, art. 209, III
tomada de contas especial, art. 248
terminativa, arts. 124, parágrafo único, 176, III, 178, III, 196, § 3º, 201, I-III, 255, § 2º
cabimento de agravo, art. 337

DECISÕES CONFLITANTES

orientação, art. 156, § 1º

DELIBERAÇÃO

correção, arts. 98, 206, §§ 1º-2º
elaboração, art. 202
espécies, art. 200, I, a-d, II, a-d, III-IV, a-b, V-VI
partes essenciais, art. 201, I-III

DENÚNCIA

admissibilidade, arts. 41, XLII, 301, § 1º, I-V, 302, §§ 1º-2º, 305
aplicabilidade de normas à representação, art. 312
apuração dos fatos, art. 306, I-III
arquivamento, arts. 302, § 1º, 305, § único, 309
autuação/distribuição, art. 305, § único
caráter sigiloso, art. 305
citação, art. 307
competência, art. 301, § 2º
conversão em tomada de contas especial, arts. 249, 307, § 3º

DENÚNCIA (CONTINUAÇÃO)

decisão, arts. 3º, XXVII; 25, VII, 32, IX
exercício do direito, art. 302, § 1º
 má-fé, art. 303, parágrafo único
infração penal, art. 307, § 4º
manifestação preliminar do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, § 3º
nome da parte, art. 78
parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, d
pedido de vista, art. 308
prazo, arts. 302, § 1º, 304, 307, 309
relato de processos, art. 44, VIII
requisição de certidão de fatos e decisões, art. 309
suspensão de procedimentos licitatórios, art. 267, § único
urgência, arts. 147, III, 304

DEPUTADOS

representação, art. 310, parágrafo único, IV

DESPACHO

deliberação, art. 41, § 2º
descumprimento, art. 318, III
medidas saneadoras dos autos, art. 140

DESPESA PÚBLICA

fiscalização, arts. 3º, IV, 32, III, 268-270, §§ 1º-3º, 274

DIÁRIO OFICIAL DE CONTAS

publicação de atos e decisões, art. 167
ver também Diário Oficial Eletrônico

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

instituição, art. 388
ver Diário Oficial de Contas

DILIGÊNCIA

cumprimento, art. 106, § 2º
descumprimento, arts. 318, III, 321, parágrafo único
instrução do processo, arts. 140, §§ 1º-2º, 263, parágrafo único, 331, parágrafo único
prazos, art. 151, § 2º
 suspensão, art. 145, § 2º
realização, art. 151

DIRIGENTE

entidades públicas
 fiscalização, arts. 2º, VII, 3º, XXII
 ilegalidade
 prazo para providências, art. 3º, XVIII

DOAÇÃO

fiscalização de instrumentos, art. 3º, XVII

DOCUMENTO

autuação
 normas, arts. 111-112, I-V, parágrafo único
certidão
 fornecimento, art. 41, XXVIII
correspondência sigilosa, art. 107, parágrafo único
desentranhamento, art. 142, § 1º
distribuição, arts. 113, parágrafo único, 114, §§ 1º-5º, 115, parágrafo único, 116-123,
 parágrafo único, 124, parágrafo único, 125, §§ 1º-2º, 126-128, §§ 1º-3º, 129-130
juntada, arts. 106, § 2º, 112, parágrafo único, 142
processamento eletrônico, art. 110

DOCUMENTO (CONTINUAÇÃO)

protocolização, art. 105, § 1º, 106, § 1º
recebimento, arts. 105, §§ 1º-4º, 106, §§ 1º-2º, 107, parágrafo único, 108, §§ 1º-2º, 109-110
requisição, arts. 140, § 2º, 294, I-II, parágrafo único
sistema de transmissão, art. 108, §§ 1º-2º
sonegação, art. 318, V, VII
tramitação, art. 144, 146-147, I-VII
urgência, art. 147, I-VII

EDITAL

ver sob Licitação

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

cabimento, art. 342
conteúdo, art. 343
decisão, arts. 25, XXIV, 32, XII, 346
distribuição, art. 120
espécie de recurso, arts. 324, III, 342
interposição, art. 344
pauta das sessões, art. 77, § 5º
prazo, arts. 343-344
protelatórios
 multa, arts. 318, XI, 348
protocolização
 marco temporal
 critérios, art. 389, I-II
sustentação oral, arts. 191, 347

EMBARGOS INFRINGENTES

recurso de
 protocolização
 marco temporal
 critérios, art. 389, parágrafo único

EMPRESAS

participação do Estado/Município
 fiscalização, art. 3º, XII

EMPRÉSTIMO/OPERAÇÃO DE CRÉDITO

aplicação dos recursos
 fiscalização, art. 3º, X
deliberação por parecer, arts. 3º, X, 200, II-c
parecer prévio
 solicitado por Assembléia Legislativa e Câmara Municipal, arts. 3º, X, 25, V

ERÁRIO

danos
 processo
 urgência na tramitação, art. 147, VII
 ressarcimento, arts. 316, parágrafo único, 321
 suspensão, art. 321, parágrafo único
multa, art. 319
responsabilidades
 apuração, arts. 2º, III, 32, II, 319
 fixação, art. 3º, V
ressarcimento, arts. 246, I-II, 247, parágrafo único, I-II, 248, §§ 1º-3º, 249, 313, III

ESCOLA DE CONTAS E CAPACITAÇÃO “PROFESSOR PEDRO ALEIXO”

finalidade, art. 64
integração à estrutura organizacional, art. 23, IX
regulamentação do funcionamento, art. 65

ESTADO

fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, art. 1º, parágrafo único
gestão fiscal, arts. 297, I-VII, 298, I-V, 299-300

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO

aplicação subsidiária, art. 378
art. 152 do, art. 51

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO/IMPEDIMENTO

juízo, art. 25, IX

FIANÇA

legalidade, arts. 3º, XXIV, 25, III, 32, XI

FUNDAÇÃO PÚBLICA

apreciação da legalidade de atos, art. 256, I-II
arrecadação da receita
fiscalização, art. 272

FUNDOS

arrecadação da receita
fiscalização, art. 272

GOVERNADOR

contas anuais, arts. 228-234
alerta, art. 300
apreciação, arts. 3º, I, 228, § 1º
apresentação à Assembleia Legislativa
remessa ao TCEMG, art. 229, §§ 1º-2º
deliberação por parecer, art. 200, II, a
exame, art. 229, §§ 1º-3º
escolha
Conselheiro, arts. 7º, I, a-c, 41, VIII
Procurador Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 58
nomeação
Auditor, art. 49
Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 55
prestação de contas, art. 228, §§ 1º-2º
Conselheiro-Relator/Revisor/Auditor
sorteio, arts. 25, XIX, 231, §§ 1º-2º
constituição, art. 230
inspeções/auditorias/levantamentos/acompanhamentos, art. 230, § 2º
parecer conclusivo
Auditor, art. 54, V
Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, a
órgão central do controle interno, art. 230, § 1º
parecer prévio, arts. 3º, I, 25, I, 228, §§ 1º-2º, 229, § 3º, 232, parágrafo único, 234, parágrafo único, I-II, 240, I-III, 349
relatório do órgão central do controle interno, art. 230, § 1º
relatório técnico, art. 232, parágrafo único
tramitação, art. 233, §§ 1º-5º
representação, art. 310, parágrafo único, I
rol dos responsáveis, art. 242, § 2º
tomada de contas, art. 229, § 2º

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ver sob Licitação

INSPEÇÃO

definição, art. 282, II, a-c
denúncia, art. 306, III
espécie de instrumento de fiscalização, art. 278, II

INSPEÇÃO (CONTINUAÇÃO)

instrução de processo, art. 140, § 1º
parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, g
plano anual, art. 283, §§ 1º-2º
realização, arts. 3º, XIV, 281
exercício do monitoramento, art. 291, parágrafo único
obstrução do exercício, art. 286, §§ 1º-2º
ordem, art. 41, XXXII
relatórios, art. 287
renúncia de receitas, art. 273, parágrafo único
resultado, art. 288
servidor designado
prerrogativas, art. 285, I-III, §§ 1º-3º
sonegação de informações, art. 286, §§ 1º-2º
urgência, art. 147, I

INSTRUÇÃO NORMATIVA

deliberação por, art. 200, III
divulgação por meios informatizados, art. 383
espécie de ato normativo, art. 209, II

INSTRUMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

espécie de ato normativo, art. 278, I-V

INTÉRPRETE

designação, art. 41, XVII

INTIMAÇÃO

espécies, arts. 166, II, § 1º, I-VI, §§ 2º-6º, 8º, 167
formalização, arts. 151, 167-A, § 4º
instrução do processo, art. 140, § 1º
nulidade, arts. 172, § 1º, 173
prazos, arts. 168, I-V, § 1º, 169-170, § 1º, 264, § 2º, 364, parágrafo único, 365

JORNADA DE TRABALHO

ver sob Tribunal de Contas

JURISPRUDÊNCIA

divergência
decisão do Tribunal Pleno, arts. 223, parágrafo único, 224, §§ 1º-3º, 225
incidente de uniformização, arts. 223, parágrafo único, 224, §§ 1º-3º, 225
arguição, art. 223, parágrafo único
deliberação por acórdão, art. 200, I, c
parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, f
votação, arts. 41, XV, 224, § 3º, 225

LEI COMPLEMENTAR Nº 33/1994

decisões
recursos, art. 389, II, parágrafo único, 390

LEI COMPLEMENTAR Nº 59/2001

aplicação subsidiária, art. 392
arts. 128-135 da, art. 392

LEI COMPLEMENTAR Nº 85/2005

aplicação subsidiária, art. 392

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

art. 52 da, arts. 299-300
art. 54 da, arts. 41, XXX, 299-300
art. 59, § 1º da, arts. 25, XIII, 32, IV, 299-300

LEI COMPLEMENTAR Nº 102/2008

ver Lei Orgânica do TCEMG

LEI COMPLEMENTAR Nº 105/2008

aplicação subsidiária, art. 392

LEI ESTADUAL Nº 869/1952

ver Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado

LEI ESTADUAL Nº 14.184/2002

aplicação supletiva, art. 379

LEI FEDERAL Nº 8.666/1993

art. 23, I, c da, art. 25, II

art. 113, § 1º da, art. 312

LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL

aplicação subsidiária, art. 18, § 1º

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aplicação subsidiária, art. 57

LEI ORGÂNICA DO TCEMG

art. 2º da, art. 163, § 1º

art. 3º, VI, da, art. 241, IV

art. 3º, XIV da, art. 25, XI

art. 3º, XXXI da, art. 381

art. 18 da, arts. 41, XXXVII-XXXVIII, 62, VI

art. 31, § 2º da, art. 60

art. 36 da, art. 370

art. 40 da, art. 353

art. 47 da, arts. 241, V, 245

art. 78 da, arts. 329, § 1º, 358, parágrafo único

art. 85, II da, arts. 270, § 3º, 276, § 2º, 277, § 1º, I

art. 85, III da, art. 264, § 2º

art. 85, V da, art. 257, § 2º

art. 85, IX da, art. 239, § 4º

art. 95 da, art. 166, § 1º, V-VI

art. 96, § 1º da, art. 291, I

art. 112 da, art. 140, § 3º

art. 120 da, art. 4º, VIII-IX

LEI ORGÂNICA DO TCU

aplicação supletiva, art. 379

LEVANTAMENTO

definição, art. 295, I-III

espécie de instrumento de fiscalização, art. 278, V

regulamentação, art. 296

LICITAÇÃO

ata de julgamento

deliberação, art. 25, II, 32, V

fiscalização, art. 3º, XVI

contratação

deliberação, art. 25, II, 32, V

fiscalização, arts. 260, parágrafo único, 261

proibição, art. 315, III, §§ 1º-4º

contrato

fiscalização, art. 3º, XVI-XVII

declaração de inidoneidade, art. 315, III, §§ 1º-4º

deliberação, art. 25, II, 32, V

LICITAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

dispensa

deliberação, art. 25, II, 32, V

edital

deliberação, art. 25, II, 32, V

fiscalização, art. 3º, XVI

prazo, arts. 70, parágrafo único e 137, § 1º

fiscalização dos procedimentos, arts. 3º, XVI, 32, V

inexigibilidade

deliberação, art. 25, II, 32, V

diligência, art. 263, parágrafo único

instrumentos convocatórios

exame prévio, art. 262

urgência, art. 147, VI

responsável

citação, art. 265

intimação, art. 264, § 2º

solicitação de cópia, art. 263, parágrafo único

prazo, art. 315, § 1º

procedimentos licitatórios, arts. 260, parágrafo único, 261

proibição, art. 315, III, §§ 1º-4º

suspensão, arts. 77, § 5º, 147, V-VI, 197-199, 262, 264, §§ 1º-2º, 265, § 2º, 266-267, parágrafo único

inclusão do processo em pauta, art. 266

LIQUIDANTE

entidades públicas

fiscalização, arts. 2º, VII, 3º, XXII

MAGISTRADO

representação, art. 310, parágrafo único, IV

MEDIDAS CAUTELARES

determinação, arts. 197, §§ 1º-4º, 198, I-IV, §§ 1º-2º, 199;

ratificação, art. 197, §§ 2º, 4º

urgência, arts. 147, V, 197, § 2º

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

administradores

juízo das contas, arts. 3º, III, 241, parágrafo único, I-V

representação, art. 310, parágrafo único, II

rol dos responsáveis, art. 242, § 2º

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCEMG

acionamento do Ministério Público competente, art. 61, VI

arresto de bens de responsáveis julgados em débito, art. 61, V

atuação de representante na sessão das Câmaras, arts. 27, § 3º, 68-69, 83, §§ 1º-2º, 84

comparecimento às sessões do Pleno e das Câmaras, art. 61, II

competência, art. 61, I-IX, a-g, X-XI, §§ 2º-4º;

composição, art. 55, parágrafo único

contas

irregulares, art. 254, § 2º

Prefeito

análise da documentação, arts. 61, a, 239, §§ 1º-2º, I-II, §§ 3º-4º

decisões do TCEMG

acompanhamento da execução, art. 61, IV

apresentação de relatórios semestrais, arts. 61, § 2º, 62, V

medidas necessárias à execução, art. 61, III

declaração de nulidade, art. 172

defesa da ordem jurídica, art. 61, I

elaboração do regimento interno, art. 61, X

emissão de parecer escrito, arts. 61, IX, § 4º, 233, § 4º, 234, I

incidente de impedimento e suspeição, art. 133, §§ 1º-2º

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCEMG (CONTINUAÇÃO)

incidente de uniformização de jurisprudência, art. 224, § 1º
infração penal, art. 307, § 4º
inspeção e auditoria, art. 61, § 3º
instrução do processo, art. 140
integração à estrutura organizacional, art. 23, VIII
interposição de recursos, arts. 61, VIII, 325, III, parágrafo único, 352
intimação, art. 67-A, §§ 1º-4º
juntada de documentos, art. 142, § 3º
manifestação em recursos, arts. 331, § 2º, 336, parágrafo único
manifestação preliminar em processos, art. 61, § 3º
medidas cautelares, art. 198, § 2º
membros, art. 55-60, §§ 1º-2º
parecer conclusivo, arts. 61, IX, a-g, § 4º, 153, 265, § 1º, 266, 307, § 1º, 336, 351, parágrafo único, 359, parágrafo único
parte no processo, art. 167-A, §§ 3º-4º
princípios constitucionais
 unidade/indivisibilidade/independência funcional, art. 55, parágrafo único
realização de monitoramento, art. 291, I
relatórios de processos, art. 61, § 2º
representação ao Procurador Geral de Justiça/Procurador Geral da República, art. 61, VII
requisição de cópia de instrumento convocatório, art. 263, parágrafo único
rescisão de decisões definitivas, arts. 61, XI, 354, parágrafo único, 359, parágrafo único, 360, parágrafo único
responsabilização de autoridade, art. 315, § 3º
Secretaria
 composição, art. 63
serviços
 organização/direção, art. 62, II
vista dos autos
 não devolução pelo advogado, art. 195, § 4º

MONITORAMENTO

apoio do órgão de controle interno, art. 313, V
cadastro de recomendações, art. 292
definição, art. 290
espécie de instrumento de fiscalização, art. 278, III,
inabilitação para cargo em comissão/inidoneidade para licitação e contratação, art. 315, § 4º
realização, arts. 291, I-II, parágrafo único, 292
regulamentação, art. 293

MULTA

aplicação, arts. 315, I, § 3º, 317, parágrafo único, 322
certidão, art. 154, parágrafo único
fixação, arts. 320-321, parágrafo único
não pagamento
 inscrição no cadastro de inadimplentes, art. 368, parágrafo único
parcelamento, arts. 323, 366, §§ 1º-4º
princípios, art. 320
quitação, art. 369
recolhimento, art. 369, parágrafo único
prazo, arts. 364, 366, § 3º, 368
valores, arts. 318, I-XI, parágrafo único, 319
 atualização, arts. 318, parágrafo único, 367
ver também Débito

MUNICÍPIO

fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, art. 1º, parágrafo único
gestão fiscal, arts. 297, I-VII, 298, I-V, 299-300
procuradoria
 realização de monitoramento, art. 291, I

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

consulta, art. 213, § 2º

elaboração do registro das deliberações, art. 202
juntada aos autos, arts. 77, § 7º, 97, parágrafo único, 98, § 2º
registro de suspeição/impedimento, art. 132, parágrafo único
revisão, arts. 98, §§ 1º-2º, 206, § 2º
substituição por certidão, art. 97

NOTIFICAÇÃO

espécies, arts. 166, I-II, § 1º, I-VI, §§ 2º-8º, 167
formalização, art. 151
nulidades, arts. 172, § 1º, 173
prazos, arts. 168, I-IV, § 1º, 169, 233, § 2º, 265, 276, 307

OAB

participação na realização de concurso público
Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 56
representação, art. 185, § 4º

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

ver Empréstimo/Operação de crédito

ORÇAMENTO DO TCEMG

programação, art. 4º, VI

ORDEM DE SERVIÇO

deliberação, art. 41, III
espécie de ato normativo, art. 209, V

OUVIDOR

designação, arts. 41, XXXIV, 46
exercício de funções, art. 46, parágrafo único
relatório anual das atividades, arts. 41, XXXV, 47

OUVIDORIA

finalidade, art. 45, parágrafo único
funcionamento, art. 48
integração à estrutura organizacional, art. 23, VI

PARECER

deliberação em consulta, arts. 25, IV, 200, II, b, 207-208
empréstimo e operação de crédito, arts. 25, V., 200, II, c

PARECER PRÉVIO

emissão, arts. 240, I-III, 350, parágrafo único
pedido de reexame, arts. 349-350, I-III, parágrafo único, 390
pedido de rescisão, art. 354, parágrafo único
prestação de contas
Governador, arts. 3º, I, 25, I, 228, §§ 1º-2º, 229, § 3º, 232, parágrafo único, 234, parágrafo único, I-II, 240, I-III, 349
pedido de rescisão, art. 354, parágrafo único
Prefeito, arts. 3º, II 3º, 32, I, 232, 235, §§ 1º-3º, 237-238, parágrafo único, I-II, 240, I-III, 349
pedido de rescisão, art. 354, parágrafo único
remessa ao Poder Legislativo, art. 353

PARTIDO POLÍTICO

denúncia, arts. 3º, XXVII, 301, § 1º, I-V

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

ver Reconsideração

PEDIDO DE REEXAME

- admissibilidade, art. 390
- apreciação, art. 350, parágrafo único
- cabimento, art. 349
- competência do Relator, art. 331, § 1º
- conteúdo, art. 350, I-III
- decisão, art. 25, XXIV, 32, XII
- distribuição, arts. 121, 350, parágrafo único
- espécie de recurso, arts. 324, IV, 349
- interposição, arts. 350, parágrafo único, 351, parágrafo único, 352
- manifestação do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 331, § 2º
- parecer prévio do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, e
- prazo, arts. 234, parágrafo único, 238, parágrafo único, 350-352
- protocolização
 - marco temporal
 - critérios, art. 389, I-II

PEDIDO DE RESCISÃO

- admissibilidade, arts. 354, parágrafo único, 355, I-III, §§ 1º-3º, 358, parágrafo único
- conteúdo, art. 356, I-III
- deliberação, art. 25, XXV
- distribuição, arts. 122, 357, parágrafo único, 358
- inadmissibilidade, art. 355, §§ 2º-3º
- manifestação do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 331, § 2º
- prazo, arts. 355, §§ 2º-3º, 357, parágrafo único, 359-360, parágrafo único

PENSÃO

- de servidor
 - apreciação da legalidade de atos, art. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, IX, c, 256, II

PERMISSÃO

- fiscalização de instrumentos, art. 3º, XVII

PESSOA FÍSICA

- como administrador público, art. 2º, I

PESSOA JURÍDICA

- de órgão público, art. 2º, I
- denúncia, art. 301, § 2º

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

- aprovação, art. 41, XXXI
- elaboração, art. 47, XXXI

PODER EXECUTIVO

- administradores
 - julgamento das contas, arts. 3º, III, 241, parágrafo único, I-V
- representação, art. 310, parágrafo único, I
- rol dos responsáveis, art. 242, § 2º

PODER JUDICIÁRIO

- administradores
 - julgamento das contas, arts. 3º, III, 241, parágrafo único, I-V
- representação, art. 310, parágrafo único, I
- rol dos responsáveis, art. 242, § 2º

PODER LEGISLATIVO

- administradores
 - julgamento das contas, arts. 3º, III, 241, parágrafo único, I-V
- auxílio do TCEMG, art. 1º
- parecer prévio, art. 353
- pedido de informações ao TCEMG, art. 3º, XIV
- prestação de informações, art. 25, XI

PODER LEGISLATIVO (CONTINUAÇÃO)

processo referente a contrato impugnado pelo TCEMG, art. 41, XX
representação, art. 310, parágrafo único, I
rol dos responsáveis, art. 242, § 2º
ver também Câmara Municipal

PORTAL DO TCEMG

divulgação
 parecer prévio
 contas do Governador, art. 234, II
 contas do Prefeito, art. 238, II
 relatórios da Corregedoria, art. 41, V, IX
publicação
 atas, 79, § 1º
 súmulas, art. 221

PORTARIA

delegação de competência, arts. 140, § 3º, 184, § 1º, 294, parágrafo único
deliberação, art. 41, II
divulgação por meios informatizados, art. 383
espécie de ato normativo, art. 209, IV

PRAZOS

agravo, arts. 338, I-III, parágrafo único, 339, §§ 1º-2º
apreciação da legalidade de atos sujeitos a registro, arts. 257, § 2º, 258, § 1º, II
apresentação de defesa, arts. 151, §§ 1º-2º, 152, parágrafo único
contagem, arts. 168, I-IV, §§ 1º-2º, 169-170, §§ 1º-2º
contas anuais, art. 244, §§ 1º-3º, 253, II-III, § 2º
 Governador, arts. 3º, I, 229, §§ 1º-3º, 233, §§ 2º-3º, 234, parágrafo único
 Prefeito, arts. 3º, II, 235, §§ 1º-3º, 238, parágrafo único, 239, § 1º
contas iliquidáveis
 desarquivamento, art. 255, §§ 1º-2º
débito
 pagamento, arts. 364, parágrafo único, 365-366, § 3º, 368
denúncia, arts. 302, § 1º, 304, 307, 309
embargos de declaração, arts. 343-344
envio de informações via sistema de transmissão, arts. 108, § 1º, 114, § 5º
exame de processos, art. 145, §§ 1º-2º
impedimento para contratação e licitação, art. 315, § 1º
impugnação da distribuição de documentos, art. 114, § 4º
incidente de impedimento e suspeição, arts. 136-137
início de sessão
 tolerância, art. 74
inspeções e auditorias
 sonegação de documentos, art. 268, § 1º
interposição de recursos, art. 154, 167-A, §§ 1º-4º
julgamento de parecer prévio pela Câmara Municipal
 envio de documentos ao TCEMG, arts. 239, §§ 1º-2º, I-II, §§ 3º-4º, 349-350, I-III, parágrafo único, 351, parágrafo único, 352-359
multa, arts. 318, VII, 364, 366, § 3º, 368
pagamento de débito/multa, arts. 364, parágrafo único, 365-366
pauta das sessões, art. 77, §§ 1º-3º
pedido de reexame, arts. 350, I-III, parágrafo único, 351, parágrafo único, 352-353
pedido de rescisão, arts. 355, §§ 2º-3º, 357, parágrafo único, 359-360, parágrafo único
pedido de vista, arts. 193, §§ 1º-2º, 184-185, §§ 1º, 4º, 6º
posse de Conselheiro, art. 10, § 1º
posse de Presidente/Vice-Presidente/Corregedor, art. 37
 vacância, art. 38, §§ 1º, 6º
processos de fiscalização, arts. 276, §§ 1º-3º, 277, § 4º, I
prorrogação, art. 170, § 2º
reconsideração
 pedido de, art. 389, parágrafo único

PRAZOS (CONTINUAÇÃO)

reconstituição/restauração de autos, art. 179, parágrafo único
recursos, arts. 328, 331, parágrafo único, 333, 336, 338-339
regimento interno, arts. 374, §§ 1º-2º, 376, 393, parágrafo único
representante da parte
renúncia, art. 164, § 3º
requisição de recursos orçamentários, art. 41, XXII
ressarcimento aos cofres públicos, art. 316, parágrafo único
revisão de notas taquigráficas, art. 98, §§ 1º-2º
sessão extraordinária
provimento de cargo de Conselheiro
vacância, art. 15
suspensão, arts. 145, § 2º, 167-A, §§ 1º-2º
suspensão de licitação, arts. 264, § 2º, 265, §§ 1º-2º
sustação de contrato, art. 3º, XXVIII
sustentação oral, art. 191, §§ 1º-4º
tomada de contas especial, arts. 246, I-II, 247
tramitação de processos, art. 145, §§ 1º-2º
vício na representação da parte
regularização, art. 164, § 1º

PREFEITO

contas anuais, arts. 228, §§ 1º-2º, 235-239
apreciação, arts. 3º, II, 228, § 1º
deliberação por parecer, art. 200, II, a
parecer conclusivo
Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, g
prestação de contas
assinatura do parecer, art. 208
constituição, art. 236
parecer do órgão de controle interno, art. 236
parecer prévio, arts. 3º, II, 32, I, 232, 235, §§ 1º-3º, 237-238, parágrafo único, I-II, 240, I-III, 349
publicação, art. 238, II,
relatório do órgão de controle interno, art. 236
representação, art. 310, parágrafo único, I
rol dos responsáveis, art. 242, § 2º

PREJULGADOS

deliberação, art. 25, VIII
votação, art. 41, XV

PRESIDÊNCIA

expedição de ato normativo, art. 144, parágrafo único
integração à estrutura organizacional, art. 23, III
vacância
nova eleição, arts. 14, I-IV, 38, §§ 1º-3º, 5º, I

PRESIDENTE

afastamento
concessão, arts. 20, §§ 1º-2º, 392
apensamento de processo, art. 157
aplicação de penalidades a servidores, art. 41, VII
apreciação do plano de auditorias e inspeções, art. 283, § 2º
apresentação
prestação de contas e relatórios de atividades, art. 41, XXIX
propostas de projetos de lei, art. 41, XXIII
relatório anual das atividades do Ouvidor, art. 41, XXXV
relatórios das decisões do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 41, XL
aprovação
plano anual de auditorias e inspeções, art. 283
plano anual de fiscalização, art. 41, XXXI
assento nas sessões, art. 68, §§ 1º-2º

PRESIDENTE (CONTINUAÇÃO)

- assinatura/publicação do Relatório de Gestão Fiscal, art. 41, XXX
- assinatura de acordos de cooperação, art. 380, parágrafo único
- assunto administrativo
 - proposição ao Tribunal Pleno, art. 26, II
- atos/decisões administrativas
 - recurso administrativo, art. 42
- autorização
 - ausência do país, art. 41, XII
 - realização de auditorias e inspeções, art. 284, parágrafo único
- cessão de servidores, art. 41, XI
- ciência
 - expedientes externos recebidos, art. 41, XLIV
 - extravio de autos, art. 179, parágrafo único
- competência, arts. 41, I-XLIX, §§ 1º-2º, I-III, 42, 284, parágrafo único
- comunicação de irregularidades pelo Corregedor, art. 44, XI
- convocação de Auditores, art. 54, I-II
- sessão extraordinária
 - provimento de cargo de Conselheiro
 - vacância, arts. 14, parágrafo único, 15, 21, 41, XLVI
- decisão sobre conflitos de competência, art. 41, XLI
- decisões do Tribunal Pleno, art. 41, XLV
- deliberações, arts. 41, § 2º, I-III, 215
- desapensamento de processo, art. 157
- designação
 - intérprete, art. 41, XVII
 - membros de comissões, art. 41, XXXVI, 53, parágrafo único
 - Ouvidor, arts. 41, XXXIV, 46
- servidores
 - desempenho de funções de auditoria e inspeções, arts. 285, I-III, §§ 1º-3º, 286, § 2º
 - Secretaria do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 63
- direção do TCEMG e dos serviços auxiliares, art. 41, I
- distribuição e redistribuição de processos, art. 41, XXXIII
- elaboração de lista tríplice, art. 16, I-II, § 3º, 41, XXXVII
 - apresentação ao Tribunal Pleno, art. 41, XXXIX
 - encaminhamento ao Governador, art. 41, XXXVIII
- eleição, arts. 4º, I, 25, XVIII, 27, § 2º, 28, 36, §§ 1º-6º
 - convocação, art. 38, § 6º
- exercício do juízo de admissibilidade
 - representações/denúncia, art. 41, XLII
- expedição de atos
 - Conselheiros/Auditores/Procuradores do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 41, VIII
 - servidores, art. 41, VII, IX
- expedição de certidões, arts. 41, XXVIII, 192, §§ 1º-2º, 194, I, 195
- férias, art. 19, parágrafo único
 - concessão, art. 41, VIII, X
- fixação
 - jornada de trabalho, art. 41, XLVII
- incidente de impedimento e suspeição, arts. 133, § 2º, 134, I-II, 135-137, 139
- inclusão/revisão/cancelamento/restabelecimento de súmula, art. 218, parágrafo único
- iniciativa para elaboração e alteração do Regimento Interno, arts. 4º, II, 372
- instauração de tomada de contas extraordinária, art. 244, §§ 1º-2º
- instituição de comissões, art. 41, XXXVI
- juízo de admissibilidade, art. 149
- licença
 - concessão, arts. 20, §§ 1º-2º, 41, VIII, X, 392
- medidas cautelares, art. 197, §§ 1º-3º
- ordem para realização de inspeções e auditorias, art. 41, XXXII
- parecer prévio das contas do Governador
 - divulgação, art. 234, II
 - encaminhamento à ALMG, art. 234, I
- pedido de informações, art. 193, § 1º

PRESIDENTE (CONTINUAÇÃO)

planejamento da atividade correcional, art. 44, IV
posse, arts. 37, parágrafo único, 38, §§1º-5º, I-II, 6º, 67, § 2º
Auditor, arts. 41, III, 49, parágrafo único
Conselheiro, arts. 9º, § 3º, 41, III-IV
presidente eleito, art. 41, IV
Procurador do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 41, III
servidor, art. 41, V
presidência do Tribunal Pleno, art. 24, parágrafo único
procedimentos afetos às partes, art. 41, XVIII-XIX
proposição de penalidades pelo Corregedor, art. 44, VII
provimento do cargo de Conselheiro
 lista tríplice do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 62, VI-VII
redistribuição de processos, art. 115, parágrafo único
relatoria de suspeição, art. 41, XIV, 43, III
relatório anual da Ouvidoria, art. 47
relatório semestral do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 62, V
remessa
 processo referente a contrato impugnado à ALMG, art. 41, XX
 proposta orçamentária do TCEMG ao Poder competente, art. 41, XXI
remuneração
 parcela de natureza remuneratória, art. 40
representação junto aos Poderes, art. 41, XXV, XLIII
requerimento de denúncia, art. 302
requerimentos referentes a processos findos
 decisão, art. 41, XXVI, § 1º
requisição de recursos financeiros
 duodécimos, art. 41, XXII
restauração/reconstituição de autos, arts. 41, XXVII, 179, parágrafo único
substituição, arts. 39, 43, I
vacância, arts. 38, §§ 1º-3º, 5º, I, 6º, 43, I
verificação de crimes de responsabilidade
 documentos/provas, art. 41, XXIV
vista dos autos, arts. 41, XLIX, 185, §§ 1º-2º, 5º
votação em matérias do TCEMG, art. 41, XV-XVI, XLIX

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

aplicação de recursos
 subvenção/ auxílio/contribuição, arts. 270, §§ 1º-3º, 271
definição, art. 241, parágrafo único, II
parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, b
relatório/parecer conclusivo do órgão de controle interno, art. 242, § 1º

PRIMEIRA CÂMARA

ver sob Câmaras do TCEMG

PROCESSO

abertura do contraditório, art. 151
apensamento, arts. 142, 156, §§ 1º-2º, 157, parágrafo único, 158, parágrafo único, a-c, 159, I-II, 160, 181, 275, I, 276, § 3º, 327, parágrafo único, 341
 por conexão, arts. 26, IV, 90, 158, parágrafo único, a-c
apreciação, arts. 81, 85, I-III, §§ 1º-2º, 191, §§ 1º-6º, 275, I-V, 276, §§ 1º-3º, 277, § 1º, I-II, §§ 2º-4º, I-II, § 5º
aprovação por unanimidade, art. 97
arquivamento, arts. 176, I-V, §§ 1º-2º, 177, §§ 1º-2º, 275, I
 incidente de impedimento e suspeição, art. 138
 reabertura, art. 124, parágrafo único
atuação
 Auditor, art. 54, IV
 Relator, arts. 124, parágrafo único, 331, 1º
autuação
 normas, arts. 111-112, I-V, parágrafo único

PROCESSO (CONTINUAÇÃO)

certidão

fornecimento, art. 41, XXVIII

citação, arts. 166, I, § 1º, I-VI, §§ 2º-8º, 167

conversão em tomada de contas especial, arts. 255, § 2º, 258, § 4º

de monitoramento, art. 123, parágrafo único

decisões

definitivas, arts. 41, § 1º, 61, XI, 124, 176, I, 196, § 2º, 201, I-III, 334, 353-354, parágrafo único

interlocutórias, arts. 196, § 1º, 337

monocráticas, arts. 200, VI, 264, § 1º, 339, I-II, 342

requerimento referente a processos findos, art. 41, XXVI, § 1º

terminativas, arts. 124, parágrafo único, 176, III, 178, III, 196, § 3º, 201, I-III, 255, § 2º, 337

deliberação por acórdão, art. 200, I, a

desapensamento, arts. 142, 157

desarquivamento, arts. 178, I-IV, 255, § 2º

direito à ampla defesa, art. 183, I-VI, parágrafo único

distribuição/redistribuição, arts. 41, XXXIII, 113, parágrafo único, 114, §§ 1º-5º, 115,

parágrafo único, 116-123, parágrafo único, 124, parágrafo único, 125, § 2º, 126-128, §§ 1º-3º, 129-130, 132

documento

desentranhamento, art. 142, § 1º

juntada, arts. 106, § 2º, 112, parágrafo único, 142, §§ 2º, 3º, 239, § 1º

recebimento, arts. 105, §§ 1º-4º, 106, §§ 1º-2º, 107, parágrafo único, 108, §§ 1º-2º, 109-110

meio eletrônico, art. 110

sistema de transmissão, art. 108, §§ 1º-2º

encaminhamento à unidade técnica, art. 149

findo, art. 41, § 1º

vista, art. 184, §§ 4º-6º

formação de apartados, arts. 161, §§ 1º-2º, 162

impedimento e suspeição, arts. 131, parágrafo único, 132, parágrafo único

incidente de impedimento e suspeição, arts. 133, §§ 1º-2º, 134, I-II, 135-139

inclusão em pauta, arts. 41, XLVIII, 77, §§ 3º, 5º, 7º-8º

instrução, arts. 140, §§ 1º-3º, 141-142, §§ 1º-3º, 143, 187, §§ 1º-2º

apartado, art. 161, § 2º

reabertura, art. 143

interessado, art. 164, § 2º

aceitação da decisão, art. 326, parágrafo único

ampla defesa/contraditório, arts. 183, I-VI, parágrafo único, 187, §§ 1º-2º, 188, parágrafo único, 189-190, parágrafo único

arguição de incidente de uniformização de jurisprudência, art. 223, parágrafo único

interposição de recursos, art. 325, II

pedido de rescisão, art. 354, parágrafo único

provocação de nulidade, arts. 172, § 3º, 175

revel, arts. 167, § 7º, 189

intimação, arts. 166, II, § 1º, I-VI, §§ 2º-6º, 8º, 167

juízo de admissibilidade, art. 149

julgamento, art. 191, §§ 1º-6º

adiamento, art. 95

conjunto, art. 91

proclamação do resultado, art. 96

linguagem imprópria

eliminação, art. 41, XIX

manifestação do Ministério Público junto ao TCEMG, arts. 61, § 3º, 331, § 2º

necessidade de intérprete, art. 41, XVII

nulidade, arts. 172, §§ 1º-3º, 174, §§ 1º-3º, I-II, 175

partes

advogado

renúncia, art. 164, § 3º

ampla defesa/contraditório, arts. 183, I-VI, parágrafo único, 187, §§ 1º-2º, 188, parágrafo único, 189-190, parágrafo único, 355, § 1º

apensamento de processo, art. 157, parágrafo único

definição, art. 163, §§ 1º-2º

PROCESSO (CONTINUAÇÃO)

faltas, art. 41, XVIII
injúria/desrespeito, art. 41, XIX
Ministério Público junto ao TCEMG, art. 167-A, §§ 3º-4º
procurador, arts. 71, 164, § 2º-3º, 191, §§ 1º-6º
renúncia, art. 164, § 3º
sustentação oral, art. 191, §§ 1º-6º
vista, arts. 184, §§ 1º-8º, 185, §§ 1º-6º, 186
pedido de vista, arts. 93, §§ 1º-3º, 94-95, 184, §§ 1º-8º, 185, §§ 1º-6º, 186, 308
petição de recurso, art. 327, parágrafo único
princípios, art. 104
reconstituição/restauração de autos, arts. 116, 179-182
regência, art. 103
registro em sistema informatizado, art. 382
responsável, art. 163, § 1º
aceitação da decisão, art. 326, parágrafo único
ampla defesa/contraditório, arts. 183, I-VI, parágrafo único, 187, §§ 1º-2º, 188, parágrafo único, 189-190, parágrafo único, 253, I, III, 276, § 1º
arguição de incidente de uniformização de jurisprudência, art. 223, parágrafo único
interposição de recursos, art. 325, I
multa, arts. 276, § 2º, 364, parágrafo único, 365-366, § 3º, 368, parágrafo único, 369, parágrafo único
pedido de rescisão, art. 354, parágrafo único
providências, art. 275, II
provocação de nulidade, arts. 172, § 3º, 175
ressarcimento aos cofres públicos, art. 316, parágrafo único
revel, arts. 154, parágrafo único, 167, § 7º, 189
retificação, art. 96, parágrafo único
retirada de pauta, art. 77, §§ 7º-8º
rito especial, art. 148
rito ordinário, arts. 148-151, §§ 1º-2º, 152, parágrafo único, 153, parágrafo único, 154-155
sanções, arts. 315, I-III, §§ 1º-4º, 316, parágrafo único
sem voto vencedor, art. 26, III
sobrestamento, arts. 92, 145, § 2º, 171, parágrafo único
solicitação de vista dos autos pelo Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, § 1º
sonegação, art. 318, V
sustentação oral, art. 191, §§ 1º-6º
tramitação, arts. 144, parágrafo único, 145, §§ 1º-2º, 146-147, I-IX, 160
divulgação por meios informatizados, arts. 383, 388
exame
ajuste, art. 389, I-II, parágrafo único
urgência, arts. 125, § 2º, 126, 128, § 3º, 129, 147, I-VII, 166, § 1º, II
votação, art. 41, XLIX
ver também Autos

PROCESSO ADMINISTRATIVO-DISCIPLINAR

designação dos membros da comissão, art. 44, VII
deliberação pelo Tribunal Pleno, art. 25, XXI
instauração, art. 44, VI
penalidades, art. 44, VII
presidência, art. 44, VI

PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCEMG

alteração do Regimento Interno, arts. 373-374, §§ 1º-2º
apensamento de processo, art. 157, parágrafo único
arguição de incidente de uniformização de jurisprudência, art. 223, parágrafo único
atos de direitos e vantagens, art. 41, VIII
atuação em consulta, art. 213, § 2º, I
ausência do país
autorização, art. 25, XV
concurso público, art. 4º, V, 41, II, 56
designação

PROCURADOR MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCEMG (CONTINUAÇÃO)

- Ouvidor, arts., 41, XXXIV, 46
- sessões das Câmaras, arts. 62, III, parágrafo único, 68-69, 75, 83, §§ 1º-2º, 84
- direitos/garantias/prerrogativas/vedações/regime disciplinar, art. 57
- férias
 - concessão, art. 41, VIII
- inclusão/revisão/cancelamento/restabelecimento de súmula, art. 218, § 1º
- inclusão em lista tríplice
 - provimento de cargo
 - Conselheiro, arts. 4º, XI, 7º, I, b, 16, I-II, §§ 1º-3º, 25, XX, 41, XXXVIII-XXXIX
 - Procurador Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 58, parágrafo único
- ingresso na carreira, arts. 56-57
- licença
 - concessão, art. 41, VIII
- nomeação, art. 55
- posse
 - competência do Presidente, art. 41, III
- proposição de matérias para deliberação do Tribunal Pleno, art. 26, I, parágrafo único
- propostas de realização de auditorias e inspeções, arts. 283, § 1º, 284
- provimento de cargo de Conselheiro
 - vacância, art. 15
- reabertura de instrução processual, art. 143
- sobrestamento de processo, art. 92
- substituição de Procurador Geral do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 60, §§ 1º-2º
 - vacância, art. 60, §§ 1º-2º
- suspeição/impedimento, arts. 25, IX, 41, XIV, 131, parágrafo único, 132, parágrafo único, 133, §§ 1º-2º, 134, I-II, 135-139

PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCEMG

- comparecimento às sessões do Tribunal Pleno, art. 62, I
- competência, art. 62, I-VII, parágrafo único
- designação de Procuradores para sessões das Câmaras, arts. 62, III, 68-69, 75, 83, §§ 1º-2º, 84
- encaminhamento de relatórios semestrais ao Presidente do TCEMG, art. 62, V
- escolha, art. 58
- expedição de ofícios, art. 62, IV
- mandato, art. 58
- organização/direção dos serviços do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 62, II
- provimento do cargo
 - lista tríplice, arts. 58, parágrafo único, 60, § 1º
- remuneração
 - parcela de natureza indenizatória, art. 59
- substituição, art. 60, §§ 1º-2º
 - vacância, art. 60, § 1º

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO TCEMG

- envio ao poder competente, art. 41, XXI

RECEITA

- arrecadação
 - fiscalização, art. 272
- fiscalização, arts. 3º, IV, 32, III, 268-270, §§ 1º-3º
- renúncia, art. 273, parágrafo único

RECONSIDERAÇÃO

- recurso de
 - protocolização
 - marco temporal
 - critérios, art. 389, parágrafo único

RECURSO

- admissibilidade, arts. 328, parágrafo único, 329, I-IV, §§ 1º-2º
- contra a mesma matéria, art. 119

RECURSO (CONTINUAÇÃO)

deliberação por acórdão, art. 200, I, b

desistência do recorrente, art. 333

espécies, art. 324, I-IV

interposição, arts. 325, I-III, 330

Ministério Público junto ao TCEMG, arts. 61, VIII, 325, III, parágrafo único

juízo de admissibilidade, art. 328, parágrafo único

parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, e

petição, art. 327, parágrafo único

prazo, art. 154

aplicação do CPC, art. 333

certidão de trânsito em julgado, art. 154, parágrafo único

protocolização

marco temporal

critérios, art. 389, I-II, parágrafo único

urgência, art. 147, VIII

RECURSO ADMINISTRATIVO

cabimento, art. 42

decisão, art. 25, XXVI

RECURSO ORDINÁRIO

apreciação, art. 335, § 1º

cabimento, arts. 334-335, § 2º

competência do Relator, art. 331, § 1º

conteúdo, art. 335, I-III

deliberação, art. 25, XXIII

distribuição, art. 118

efeitos, art. 334

espécie de recurso, arts. 324, I, 334

interposição, arts. 335-336

manifestação do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 331, parágrafo único

parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, e

parecer prévio, art. 335, § 2º

prazo, arts. 335-336

protocolização

marco temporal

critérios, art. 389, I-II

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

requisição pelo TCEMG, art. 41, XXII

RECURSOS PÚBLICOS

repasse

entidade privada, art. 3º, XXIII

fiscalização, arts. 3º, XXIII, 268-270, §§ 1º-3º

subvenção/auxílio/contribuição, arts. 270, §§ 1º-3º, 271

REDATOR

acórdão recorrido

recurso ordinário, art. 118

REFORMA

registro

apreciação da legalidade de atos, arts. 3º, VIII, 37, VIII, parágrafo único, 61, IX, c, 256, II

REGIMENTO INTERNO DO TCEMG

alteração, arts. 370, parágrafo único, 376, § 2º

inadmissibilidade de pedido de vista, art. 93, § 3º

aprovação por resolução, arts. 200, IV, a, 370, parágrafo único, 376

discussão/votação da matéria, arts. 375-376, § 1º

emendas, arts. 371, II, 374, §§ 1º-2º, 377, parágrafo único

REGIMENTO INTERNO DO TCEMG (CONTINUAÇÃO)

elaboração e alteração

iniciativa, art. 4º, II

instituição, Resolução do TCEMG Nº 12/08

projeto

aprovação, arts. 373, 376, §§ 1º-2º

distribuição, art. 373

emendas, art. 374, § 1º

iniciativa, art. 372

publicação, arts. 370, parágrafo único, 377, 383

reforma, art. 371, I-II

revisão, arts. 371, II, 377, parágrafo único, 393, parágrafo único

RELATOR

acompanhamento da gestão estadual, arts. 25, XIX, 231, §§ 1º-2º, 233, §§ 1º-5º, 234, I

emissão de alerta, art. 300

afastamento, arts. 145, § 2º, 204, § 3º, I, V

agravo, arts. 120, 337, parágrafo único, 338, I-III, parágrafo único, 339

alegações de defesa, arts. 187, §§ 1º-2º, 188

apensamento de processos, arts. 142, 157, 275, I, 276, § 3º

arquivamento de processos, art. 275, I

assinatura de acórdão, art. 204, §§ 1º-3º

atos concessórios

aposentadoria/pensão/reforma, arts. 257, §§ 3º, I, 6º, 257-A, § 1º

atuação, arts. 124, parágrafo único, 125, § 2º, 126, 128-129

auditorias e inspeções

sonenação de informações, art. 286, §§ 1º-2º

citação/intimação, arts. 166, § 1º, I, IV, § 2º, § 7º, 233, § 2º, 306, I

competência exclusiva, art. 142, § 1º

conflito de competência, art. 159, I-II

consulta, arts. 211-214, parágrafo único, 213, I-II, §§ 1º, I-IV, 2º, III

contas

irregulares, art. 253, I-IV

Prefeito, art. 239, I-II, § 4º

decisões interlocutórias, art. 196, § 1º

declaração de nulidade, arts. 172, 174, § 3º, I

delegação de competência, arts. 140, § 3º, 142, 184, §§ 1º-2º, 294, parágrafo único

deliberações em processo de fiscalização, arts. 275, I-V, 276, §§ 1º-3º

denúncia, arts. 305, parágrafo único, 306, I-III, 307, § 2º

desapensamento de processos, arts. 142, 157

desarquivamento de processos, art. 178, IV

desentranhamento de documentos, art. 142, § 1º

designação de Auditor, arts. 125, §§ 1º-2º, 127-128, 128, §§ 1º-3º, 129-130

elaboração

ementa de acórdão, art. 203, parágrafo único

relatório, art. 153, parágrafo único

embargos de declaração, arts. 120, 343, 345

fixação de prazo para diligência, art. 151, § 2º

impedimento/suspeição, arts. 114, § 2º, 133, §§ 1º-2º, 136, 138-139

incidente de uniformização de jurisprudência, art. 224, §§ 1º-3º

instrução do processo, art. 140

juízo de admissibilidade, art. 149

juntada de documentos, art. 142

medidas cautelares, art. 198, §§ 1º-2º

multa, arts. 318, III, VI, 323

pedido de informações, art. 198, § 1º

pedido de reexame, arts. 121, 350, parágrafo único

pedido de rescisão, arts. 122, 357-358, parágrafo único, 359, parágrafo único, 360, parágrafo único

petições, art. 327, parágrafo único

procedimentos licitatórios

diligência, art. 263, parágrafo único

processos de matéria conexa, art. 117

RELATOR (CONTINUAÇÃO)

projeto de súmula, art. 218, § 2º
proposta de voto, art. 153, parágrafo único
reabertura
instrução processual, art. 143
processo arquivado, art. 124, parágrafo único
reconhecimento de interessado no processo, art. 64, § 2º
recursos, arts. 325, parágrafo único, 329, §§ 1º-2º, 331, 335, § 1º, 336, parágrafo único, 337, parágrafo único, 338-339, 343, 350, parágrafo único, 351, parágrafo único, 352
contra a mesma matéria, art. 119
reexame da matéria, art. 188, parágrafo único
regimento interno, arts. 373-374, §§ 1º-2º, 376
registro de atos de admissão/concessão de aposentadoria/reforma/pensão, art. 258, § 1º, I, a-c, II, §§ 3º-5º
requisição de informações e documentos, art. 294, I-II, parágrafo único
restauração de autos, art. 116
suspensão de licitação, art. arts. 264, § 1º, 265, §§ 1º-2º, 266
tomada de contas especial, arts. 245, § 3º, 248, § 3º, 249, 275, IV-V
vista dos autos, arts. 184, §§ 1º-2º, 5º, 185, § 6º

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

assinatura/publicação, art. 41, XXX

REPRESENTAÇÃO

admissibilidade, arts. 41, XLII, 301, § 1º, 312, parágrafo único
aplicabilidade de normas relativas à denúncia, art. 311
autuação como denúncia, art. 312, parágrafo único
competência, art. 310, parágrafo único
decisão, arts. 25, VII, 32, IX
definição, art. 310
indicação de ato inquinado/definição de responsabilidades, arts. 3º, XX, 25, XVI
infração penal, art. 307, § 4º
manifestação preliminar do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, § 3º
nome da parte, art. 78
parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, d
relatoria de processos, art. 44, VIII
suspensão de procedimento licitatório, art. 267, parágrafo único
urgência, art. 147, IV

REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS

competência, art. 264, I-II, parágrafo único
denúncia, art. 306, II
espécie de instrumento de fiscalização, art. 278, IV
exercício do monitoramento, art. 291, parágrafo único
sonegação, art. 318, V, VII

RESOLUÇÃO

deliberação por, arts. 200, IV, a-b, 370
divulgação por meios informatizados, art. 383
espécie de ato normativo, art. 209, I
regulamentação
atribuições e especificações dos Serviços Auxiliares, art. 23, § 2º
funcionamento
Escola de Contas e Capacitação “Professor Pedro Aleixo”, art. 65
Ouvidoria, art. 48
programa de estágio, art. 384, parágrafo único

RESOLUÇÃO DO TCEMG Nº 10/1996

revogação, art. 394

RESOLUÇÃO DO TCEMG Nº 12/2008

vigência, art. 397

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL

em tomada/prestação de contas, arts. 3º, V, 253, I-III
sanções, arts. 3º, XV, 254
multa, art. 317, parágrafo único

REVISOR DE PROCESSO

acompanhamento da gestão estadual, arts. 25, XIX, 231, §§ 1º-2º, 233, § 5º, 234, I
prestação de contas do Governador
assinatura de parecer, art. 208
votação, art. 99

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS

direção, art. 43, V
Vice-Diretor, art. 43, V

SANÇÃO

aplicação, arts. 3º, XV, 254, 315, I-III, §§ 1º-4º, 316, parágrafo único

SECRETARIA DE ESTADO/MUNICÍPIO

fornecimento de informações ao TCEMG, art. 3º, § 3º

SECRETARIA GERAL

entrega de certidão, art. 192, § 2º
supervisão da distribuição de documento, art. 114, § 3º

SEGUNDA CÂMARA

ver sob Câmaras do TCEMG

SENADOR

representação, art. 310, parágrafo único, IV

SERVIÇOS AUXILIARES

deliberação sobre atribuições e especificações, art. 23, § 2º
direção, art. 41, I
integração à estrutura organizacional, art. 23, X

SERVIDOR DO TCEMG

aplicação do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, art. 378
atos de direitos e vantagens
expedição, art. 41, VI
ausência do país
autorização, art. 41, XII
cessão, art. 41, XI
citação/notificação
responsável por, art. 166, § 1º, II-III
código de ética, art. 44, X
concurso público, arts. 4º, V, 41, II
cumprimento de deveres e obrigações, art. 44, II
denúncia, art. 44, VIII
desempenho de funções de auditoria e inspeção
ameaça/intimidação, art. 286, § 2º
prerrogativas, art. 285, I-III, §§ 1º-3º
designação como Ouvidor, art. 41, XXXIV
diárias, arts. 4º, VII, 25, XIV
posse
competência do Presidente, art. 41, V
processo administrativo-disciplinar, art. 44, VI
punição art. 41, VII
representação, art. 44, VIII
sindicância, art. 44, VI-VII

SERVIDOR PÚBLICO

- admissão
 - legalidade do ato, arts. 3º, VII-VIII, 61, IX, c, 256, I
 - registro, arts. 3º, VII, 256, I
- aposentadoria
 - legalidade do ato, arts. 3º, VIII, 61, IX, c, 256, II
 - registro, arts. 3º, VIII, 256, II
- pensão
 - legalidade do ato, arts. 3º, VIII, 61, IX, c, 256, II
 - registro, arts. 3º, VIII, 256, II
- reforma
 - legalidade do ato, arts. 3º, VIII, 61, IX, c, 256, II
 - registro, arts. 3º, VIII, 256, II
- representação, art. 310, parágrafo único, VI

SINDICÂNCIA

- designação dos membros da comissão, art. 44, VII
- instauração, arts. 44, VI, 179, parágrafo único
- penalidades, art. 44, VIII
- presidência, art. 44, VI

SINDICATO

- denúncia, arts. 3º, XXVII, 301, § 1º, I-V

SUBVENÇÃO

- aplicação de recursos
- fiscalização, art. 271

SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA

- aprovação de enunciados, arts. 25, XII, 217, §§ 1º-2º
- consolidação, art. 221
- constituição, art. 217, §§ 1º-2º
- deliberação por acórdão, art. 200, I, d
- inclusão/revisão/cancelamento/restabelecimento, art. 218, §§ 1º-2º
- normas, arts. 217, §§ 1º-2º, 219, parágrafo único, 220-222
- numeração, arts. 219, parágrafo único, 220
- publicação, art. 221
- relatoria do projeto, art. 218, § 2º
- votação, art. 41, XV

SUSPEIÇÃO

- julgamento, art. 25, IX
- relatório de, arts. 41, XIV, 43, III
- ver também Exceção de suspeição/Impedimento

TESOURO PÚBLICO

- disponibilidades
- fiscalização, art. 3º, XXI

TÍTULO DECLARATÓRIO DE DIREITO

- averbação, art. 3º, XXV

TÍTULO EXECUTIVO

- eficácia
- débito/multas aplicadas pelo TCEMG, art. 263

TOMADA DE CONTAS ANUAL

- contas
 - Governador, art. 229, § 2º
 - Prefeito, art. 235, § 2º
- conversão de processos, arts. 255, § 2º, 258, § 4º
- definição, art. 241, parágrafo único, III

TOMADA DE CONTAS ANUAL (CONTINUAÇÃO)

parecer conclusivo do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, IX, b
promoção da, art. 3º, VI
relatório/parecer conclusivo do órgão de controle interno, art. 242, § 1º

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

arquivamento, art. 248, § 2º
conversão
de denúncia, art. 307, § 3º
de procedimentos de fiscalização, arts. 249, parágrafo único, 275, V
definição, art. 241, parágrafo único, V
desarquivamento, art. 248, § 3º
instauração, arts. 245, §§ 1º-4º, 247, 275, IV, 313, III
julgamento, art. 248, § 1º-3º
prazo, arts. 246, I-II, 247
tramitação, arts. 245, §§ 3º-4º, 246-247, parágrafo único, 248, §§ 1º-3º, 249, parágrafo único

TOMADA DE CONTAS EXTRAORDINÁRIA

definição, art. 241, parágrafo único, IV
instauração, art. 244, § 1º
prazo, art. 244, § 2º

TRIBUNAL DE CONTAS

atos normativos
expedição, art. 3º, XXIX
votação, art. 41, XV
auditoria operacional, art. 289
cadastro de inadimplentes, arts. 154, parágrafo único, 368, parágrafo único
Cadastro de Jurisdicionados, art. 165
Câmaras
número, art. 27
celebração de acordo de cooperação
entidades governamentais e civis, art. 380, parágrafo único
citação/intimação, arts. 166, § 1º, II, IV, §§ 2º, 7º, 167
competência, arts. 3º, I-XXXI, §§ 1º-3º, 241, parágrafo único, I-V
competência privativa, art. 4º, I-XI, §§ 1º-2º
composição, art. 5º
concurso público
realização, arts. 4º, V, 41, II
denúncia, arts. 306, I-III, 308-309
desarquivamento de processo, art. 178, IV
direção, art. 41, I
divisão em Câmaras, arts. 27, 34
divulgação, art. 388
demonstrativos de despesas, art. 4º, X
estágio, art. 384, parágrafo único
estrutura organizacional, art. 23, I-X, §§ 1º-4º
exame de processos em tramitação
ajuste, art. 389, I-II, parágrafo único
expedição de atos normativos, art. 3º, XXIX
finalidade, art. 1º
fiscalização, arts. 318, III-IV, VI-VII, 323
funcionamento
expedição de normas regulamentares, art. 386
instalação de unidades regionais, art. 23, § 4º
instituição
Comissões, art. 23, § 3º
Diário Eletrônico, art. 388
instrumentos de fiscalização, art. 378, I-V
jornada de trabalho
fixação, art. 41, XLVII
jurisdição, arts. 1º-2º, I-VIII

TRIBUNAL DE CONTAS (CONTINUAÇÃO)

- lista tríplice
 - elaboração, art. 4º, XI
- Ministério Público junto ao
 - integração à estrutura organizacional, art. 23, VIII
- pedido de informações, arts. 193, §§ 1º-3º, 194, II
- plano de metas, art. 145, § 1º
- prestação de contas, arts. 4º, VIII, 41, XXIX
- programação orçamentária, art. 10, VI
- projeto de lei
 - apresentação à ALMG, art. 4º, III
- proposta orçamentária
 - encaminhamento ao Poder competente, art. 41, XXI
- publicação, arts. 167-168, IV
- recesso anual, art. 387
- recursos financeiros
 - duodécimos, art. 41, XXII
- regimento interno
 - alteração, arts. 370-377
- relatório à ALMG
 - anual de atividades, arts. 4º, IX, § 2º, 41, XXIX
 - controle interno, art. 4º, VIII
- representação, art. 310, parágrafo único, III
 - junto aos poderes, art. 41, XLIII
- requisição
 - certidão de denúncia, art. 309
 - cópia de instrumento convocatório, art. 263, parágrafo único
 - informações e documentos, art. 294, I-II
 - prestação de serviços técnicos especializados, art. 3º, § 1º
- responsáveis julgados em débito
 - arresto dos bens, art. 61, V
- resultado de auditorias e inspeções, art. 288
- rol dos responsáveis
 - recebimento, art. 3º, § 2º
- sede, art. 1º
- serviços auxiliares, art. 23, X
- solicitação a autoridades
 - elementos para exercício de sua competência, art. 3º, § 3º

TRIBUNAL PLENO

- agravo, art. 399, I
- apreciação
 - assuntos administrativos, art. 26, II
 - constitucionalidade de leis e atos, art. 26, V
 - consultas, art. 213, II
 - recurso ordinário, art. 335, § 1º
- aprovação
 - acordos de cooperação, art. 380, parágrafo único
 - Código de Ética dos Servidores, art. 44, X
 - enunciados de súmulas de jurisprudência, art. 25, XII
 - regimento interno, art. 376, §§ 1º-2º
- autorização para ausência do país, art. 25, XV
- ciência de expedientes externos recebidos, art. 41, XLIV
- competência, arts. 20, § 1º, 25, I-XIX, 26, I-V, parágrafo único
- composição, art. 24
- comunicação de irregularidades pelo Corregedor, art. 44, XI
- concessão de licença e afastamento do Presidente, art. 20, § 1º
- conflito de competência, art. 159, II
- contas irregulares, art. 253, I-IV
- decisões, arts. 25, VII, XXIV, XXVI, 26, III, 41, XLV, 61, II-IV, 196, 208
 - declaração de nulidade, art. 175
 - definitivas

TRIBUNAL PLENO (CONTINUAÇÃO)

- solicitação de rescisão pelo Ministério Público junto ao TCEMG, art. 61, XI
- recursos, arts. 334, 337, 342
- definição, art. 24
- definição do recesso anual do TCEMG, art. 387
- deliberações, arts. 25, II-III, VI, VIII, XVII, XX-XXI, XXIII, XXV, 26, I, parágrafo único, 196-225
 - cumprimento, art. 41, XLV
- eleição de Presidente/Vice-Presidente/Corregedor, art. 25, XVIII
- embargos de declaração, art. 342
- emissão
 - alerta, arts. 25, XIII, 298, I-V
 - parecer em consultas, art. 25, IV
 - parecer prévio, art. 25, I
 - parecer sobre empréstimo e operação de crédito, art. 25, V
- expedição de atos normativos, art. 25, X
- fixação do valor de diárias, art. 25, XIV
- funcionamento, art. 66, parágrafo único
- incidente de uniformização de jurisprudência, art. 223-224, §§ 1º-2º, 225
- integração à estrutura organizacional, art. 23, I
- julgamento
 - contas anuais, arts. 242, § 3º, 250, I-III, a-e, §§ 1º-2º, 251-252, parágrafo único, 253, I-IV, 254, §§ 1º-2º, 255, §§ 1º-2º
 - exceção de suspeição/impedimento, art. 25, IX
 - processos administrativos, art. 26, IV
 - tomada de contas especial, art. 248, §§ 1º-3º
- órgão deliberativo, art. 23, § 1º
- pedido de rescisão, arts. 354, parágrafo único, 361
- posse
 - de Conselheiro, art. 9º
- preenchimento de vaga de Conselheiro, art. 41, XXXIX
- presidência, arts. 24, parágrafo único, 41, XIII
- presidente
 - assento especial, art. 68
 - convocação
 - Auditor, art. 54, III
 - substituição de Conselheiro, art. 21
 - sessões, art. 67, § 2º
 - pauta das sessões, art. 77
 - prestação de contas do Governador
 - assinatura do parecer, art. 208
- prestação de contas do TCEMG, art. 41, XXIX
- prestação de informações ao Poder Legislativo, art. 25, XI
- procedimentos licitatórios
 - diligência, art. 263, parágrafo único
- processo administrativo-disciplinar
 - autorização, art. 44, VI
 - deliberação, art. 25, XXI
- propostas relativas a projetos de lei, art. 41, XXIII
- questões relativas à antiguidade, art. 25, XXII
- reconhecimento de interessado no processo, art. 164, § 2º
- recurso administrativo, art. 42
- relatório anual das atividades do Ouvidor, art. 41, XXXV
- relatório de atividades do TCEMG, art. 41, XXIX
- relatório de decisões do Ministério Público junto ao TCEMG, art. 41, XL
- representação sobre irregularidade e abuso, art. 25, XVI
- secretaria, art. 77, § 4º
 - autos de consultas, art. 213, § 1º, I-IV
 - pedido de rescisão, art. 357, parágrafo único
 - vista dos autos, arts. 184, § 1º, 185, § 2º
- secretário, art. 68
- sessões, arts. 66, parágrafo único, 67, §§ 1º-2º, 68, §§ 1º-2º, 69-70, §§ 1º-2º
- ata

TRIBUNAL PLENO (CONTINUAÇÃO)

assinatura, art. 79, § 1º
conteúdo, art. 79, I-VI
discussão/votação, art. 80, parágrafo único, 81
publicação, art. 79, § 2º
atuação de representante do Ministério Público junto ao TCEMG, arts. 61, II, 62, I,
parágrafo único, 68-69
convocação, art. 41, XIII
deliberações, arts. 87-93, §§ 1º-3º, 94-96, parágrafo único, 97, parágrafo único, 98, §§ 1º-2º
extraordinárias, arts. 67, § 1º, 229
ordem dos trabalhos, arts. 80, parágrafo único, 81-83, §§ 1º-2º, 84-85, I-III, §§ 1º-2º, 86
pauta, art. 77, § 1º-8º, 78
prazo de tolerância para início, art. 74
procuradores das partes, arts. 71, 164, §§ 1º-3º
“quorum”, arts. 54, III, 72-76, 80, parágrafo único
secretas, arts. 70, § 1º, 191, § 6º
solenes, art. 67, § 2º
entrega do “Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria de Alkmim”, art. 385
votação, arts. 99, parágrafo único, 100-101, I-II, parágrafo único, 102
sorteio
Conselheiro-Relator/Revisor/Auditor, art. 25, XIX
membros das Câmaras/Auditores, art. 28
súmula de jurisprudência, arts. 25, XII, 217, §§ 1º-2º, 218, 222

UNIDADE REGIONAL

instalação, art. 23, § 4º

UNIDADE TÉCNICA

contas anuais, art. 244, § 1º
Diretor
apensamento de processo, art. 157, parágrafo único
designação de servidor
desempenho de funções de auditoria e fiscalização, art. 285, I-III, §§ 1º-3º
elaboração
plano anual de auditorias e inspeções, art. 283, § 2º
plano anual de fiscalização, art. 41, XXXI
instrução de processo, art. 140, § 1º
análise, arts. 152, 307, § 1º
delegação de competência, art. 140, § 3º
exame, art. 140, § 1º
instrumento convocatório, arts. 263, parágrafo único, 265, § 1º
juntada de documentos, art. 142, § 2º
monitoramento no cumprimento de decisões, art. 275, III
prestação de informação, arts. 149-150, 213, I
relatório conclusivo, art. 141
prestação de contas do Governador, arts. 233, § 1º, 234, I
processos referentes a pessoal
registro, art. 155
realização de monitoramento, art. 291, II
recurso, arts. 366, parágrafo único, 351, parágrafo único, 352, 359, parágrafo único, 360,
parágrafo único
representação, art. 310, parágrafo único, VII
requisição de informações e documentos, art. 294, parágrafo único
tomada de contas especial, art. 245, § 3º

VEREADOR

representação, art. 310, parágrafo único, IV

VICE-PRESIDÊNCIA

integração à estrutura organizacional, art. 23, IV
vacância, arts. 14, I-IV, 38, §§ 1º-5º, I

VICE-PRESIDENTE

competência, art. 43, I -V
coordenação da comissão de jurisprudência e súmulas, art. 43, IV
designação de Auditor para Vice-Diretor da Revista do Tribunal de Contas, art. 43, V
direção da revista do Tribunal de Contas, art. 43, V
eleição, arts. 4º, I, 25, XVIII, 27, § 2º, 28, 36, §§ 1º-6º
férias, art. 19, parágrafo único
incidente de impedimento e suspeição, art. 139
posse, arts. 37, parágrafo único, 38, §§ 1º-5º, I-II, 6º, 41, IV, 67, § 2º
presidência
 Primeira Câmara, arts. 28, § 1º, 43, II
 Tribunal Pleno, art. 24, parágrafo único
relatoria de suspeição, art. 43, III
relatoria do projeto de súmula, art. 218, § 2º
substituição, arts. 39, parágrafo único, 43, I
vacância, art. 38, §§ 1º-3º, 5º, I-II, 6º

***Índice Elaborado pela
Equipe da Coordenadoria de Área de Biblioteca***